

O Desemprego Regional em Portugal

Cláudia Henriques

O Conflito, e sua Gestão na Organização Profissional

Ileana Pardal Monteiro

**Potencial dos Sistemas e Tecnologias de Informação
para o Negócio Turístico**

Sílvia Fernandes

Estudo do Perfil do Turista do Algarve:

Via Aérea - Época Alta 1995

Paulo Águas • Catarina Pinheiro de Melo

**Algumas Estratégias Identitárias dos Algarvios face ao
Impacte do Turismo - Uma Abordagem Psicossociológica**

Maria Manuela Neto • Lígia Amâncio

O Mosaico Romano de Motivo Decorativo Geométrico no Algarve

Ana Ferreira

Contabilidade: Competência Científica ou Competência Técnica?

Cristina Jesus

Estudo sobre as Intenções de Voto no Concelho de Portimão:

Junho de 1997

Paulo Baptista • Paulo Carrasco

**Alterações Estratégicas e/ou Estruturais nas Empresas Portuguesas
e suas Implicações na Gestão de Recursos Humanos**

Ana Trindade

#2

Índice

- 2** Editorial
Leonor Moreira
- 5** O desemprego regional em Portugal
Cláudia Henriques
- 12** O conflito, e sua gestão na organização profissional
Ileana Pardal Monteiro
- 21** Potencial dos sistemas e tecnologias de informação para o negócio turístico
Sílvia fernandes
- 25** Estudo do perfil do turista do Algarve: via aérea - época alta 1995
Paulo Águas • Catarina Pinheiro de Melo
- 31** Algumas estratégias identitárias dos algarvios face ao impacte do turismo
-uma abordagem psicossociológica
Maria Manuela Neto • Lígia Amâncio
- 39** O mosaico romano de motivo decorativo geométrico no Algarve
Ana Ferreira
- 45** Contabilidade: competência científica ou competência técnica?
Cristina Jesus
- 48** Estudo sobre as intenções de voto no concelho de Portimão • Junho de 1997
Paulo Baptista • Paulo Carrasco
- 52** Alterações estratégicas e/ou estruturais nas empresas portuguesas
e suas implicações na gestão de recursos humanos
Ana Trindade

Editorial

Existe um déficite democrático na educação, em Portugal. Este déficite manifesta-se em quatro frentes: **1)** a inexistência de uma rede pública correctamente dimensionada de ensino pré-escolar; **2)** o incumprimento da escolaridade obrigatória; **3)** a incapacidade da escola para gerir a diversidade da população que a frequenta; **4)** a demissão da escola relativamente ao seu papel na educação para a cidadania crítica.

Os três primeiros aspectos violam o princípio de que a educação é um direito do cidadão; todos eles limitam o futuro cidadão na capacidade de conhecer os seus direitos, de os reivindicar e de os exercer com conhecimento e responsabilidade. De facto, na ausência dos recursos educacionais requeridos para usar dos direitos civis e políticos, a cidadania fica vazia para todos os efeitos práticos.

É provável que, no decorrer do ano de 1998, os portugueses sejam chamados a referendar a integração de Portugal na União Económica e Monetária Europeia.

Depois da publicação, no início deste ano, dos resultados de um estudo sobre literacia, ocorre-me perguntar:

Quantos portugueses, com capacidade eleitoral, terão da União Europeia uma ideia mais clara do que a dum pai pródigo a quem os ministros estendem a mão, do que a dumã mãe severa que limita as quotas de pesca da *nossa sardinha*?

Quantos perceberão os efeitos da adesão à moeda única, para além da possibilidade de viajar (quem pode) pela Europa sem efectuar câmbios?

Quantos preferirão um qualquer lixo televisivo para assistir a um debate sobre a questão europeia?

Enfim, quantos se dão conta de que os direitos humanos estão a ser sujeitos às exigências do funcionamento do mercado, quantos se dão conta que, para além do emprego, a protecção social e o ambiente são também componentes económicos de primordial importância?

A literacia não está só relacionada com a incapacidade de ler e escrever correctamente, interpretar gráficos e fazer uma estimativa do custo das compras; também está ligada a formas de ignorância política ou ideológica que funcionam como uma matriz das percepções que temos do mundo, que funcionam como uma recusa em acreditar que os nossos actos podem alterar a sociedade. Ora, a democracia não consiste apenas na eleição dos governantes; im-

plica discussão e crítica da governação, implica lutar por uma qualidade de vida que beneficie todos os indivíduos. A democracia não é um bem adquirido, é algo que é preciso reconquistar todos os dias.

Tradicionalmente, o papel da escola tem sido a preparação dos alunos para a sua futura participação nos processos laborais da sociedade. Esta posição é assumida explicitamente no diploma que define os objectivos do ensino superior politécnico. Mas há diferentes correntes que têm vindo a reclamar para a escola o objectivo de preparar os indivíduos para lidar com aspectos da vida social, num contexto mais amplo do que o do trabalho, incluindo os aspectos culturais e políticos, isto é, um dos objectivos da educação tem de ser a preparação para uma cidadania crítica.

Não se trata de assumir que a Escola é a única instituição da sociedade que pode chamar a si a tarefa de desenvolver a competência democrática, mas de reivindicar para a Escola a liderança deste processo.

Leonor Moreira

Universidade do Algarve

Estudos Superiores Especializados

- Computadores no Ensino
- Educação Especial - Dificuldades de Aprendizagem
- Gestão Financeira
- Marketing - Empresarial ou Turístico
- Engenharia Civil - Construção
- Engenharia Electrotécnica - Tecnologia de Informação; Telecomunicações e Sistemas de Energia
- Sistemas Europeus de Educação de Infância
- Educação Física
- Interculturalismo
- Educação em Ciências da Natureza
- Ensino de Línguas Estrangeiras no 1º Ciclo, variantes de Francês e Inglês
- Educação Ambiental
- Gestão Imobiliária
- Engenharia Mecânica, ramos de Termodinâmica e Gestão Industrial
- Educação Artística
- Engenharia Alimentar
- Engenharia Electrotécnica - Ramo de Sistemas de Energia

Mestrados

- Aquacultura
- Ciências Económicas e Empresariais
- Engenharia de Sistemas e Computação
- Estudos Marinhos e Costeiros
- Mestrado Europeu em Gestão Cultural
- Master Europeu - Management de la Filière de Fruits et Légumes
- Química Celular
- Observação e Análise da Relação Educativa
- Psicologia da Educação
- Supervisão

Doutoramentos

Ramos e Especialidades

Ramo: Ciências Exactas

- Matemática
- Física
- Química

Ramo: Ciências do Mar

- Oceanografia
- Aquacultura
- Ciências e Tecnologia das Pescas

Ramo: Ciências de Engenharia

- Informática
- Electrotecnia
- Mecânica
- Civil

Ramo: Ciências Sociais e Humanas

- Ciências Linguísticas e Literatura
- Ciências da Educação
- Ciências Sociais

Ramo: Ciências Económicas

- Economia

Ramo: Ciências Biológicas

- Biologia
- Ecologia

Ramo: Ciências da Terra

- Geologia

Ramo: Ciências Agrárias

- Protecção de Plantas
- Protecção Vegetal
- Geociências
- Bioquímica Vegetal

Ramo: Ciências de Gestão

- Gestão

Universidade do Algarve

Campus da Penha • Estrada da Penha • 8000 FARO

Tel/Fax (089) 800182

e-mail • gre@mozart.si.ualg.pt | internet • <http://www.gre.pt>

O Desemprego Regional em Portugal

Cláudia Henriques

Equip. a Prof. Adjunta da ESGHT

É do domínio comum que o desemprego tem vindo a ganhar expressão na conjuntura económica e social portuguesa. Se pensarmos nos seus efeitos negativos verificamos que eles se fazem sentir, em primeira instância, no espaço circunscrito. Isto é, no espaço onde o indivíduo se move e em que, privado do seu estatuto no seio da organização social, vê potencializadas situações de isolamento e exclusão.

Nesta ordem de ideias, fará sentido considerarmos este desequilíbrio do mercado de trabalho não apenas a nível nacional mas também, e com especial ênfase, a nível regional. De facto, existem assimetrias entre as regiões portuguesas que não devem ficar "esbaidadas" e mesmo "esquecidas" através de médias nacionais e/ou de suas evoluções contraditórias. As assimetrias devem ser evidenciadas para que seja possível averiguar se as políticas de combate e suporte ao desemprego foram delineadas levando-as em conta, ou se, esquecendo-se delas, apenas as reforçaram. A consideração das especificidades regionais associada à suposição de que Portugal no seu processo de Integração Europeia não deveria ser tratado como uma região única, aquando da delimitação de políticas, são aspectos fulcrais quando a reflexão se centra sobre o desemprego regional.

Visto que não existe um corpo teórico unificado e coeso que, em articulação com o modo de produção vigente, seja capaz de, por si só, proceder à explicação dos fenómenos ocorrentes no mercado de trabalho, vimo-nos na ne-

cessidade de recorrer a múltiplos contributos aquando do estudo do desemprego regional em Portugal¹.

Os corpos teóricos mais relevantes para o estudo em questão foram a teoria neo-clássica e as escolas da segmentação.

O primeiro fundamentalmente devido à sua abordagem micro-económica que se adequa a um estudo desagregado por regiões. O segundo pela assumpção de que "a diferença não deve ser sentida como uma anomalia, mas antes como uma das características essenciais do funcionamento das economias de mercado. O mercado deixa de ser entendido como uma *soma de partes* que prefazem um todo homogéneo - muitos dos elementos que o constituem, estão desigualmente distribuídos"². Neste contexto teórico, o desemprego passa a ser entendido não como um fenómeno homogéneo mas como um fenómeno cujas características se distribuem desigualmente sobre o espaço regional em que ocorrem. A preocupação dirigir-se-á então para a identificação das características únicas dos mercados de trabalho geograficamente definidos e a

delimitação dos correspondentes segmentos, bem como aquela que pretende detectar os segmentos existentes e sua natureza, confrontando segmentos regionais homogêneos com os heterogêneos.

A caracterização do desemprego à escala regional foi feita baseada na terminologia do INE³ e o desemprego foi estudado no seu sentido restrito⁴ durante o período compreendido entre 1986 e 92. Paralelamente, considerámo-lo um fenómeno selectivo "por regiões", "por condição perante o trabalho", "por idades", "por idades e duração de procura de emprego", "por sectores de actividade", "por profissão anterior ao desemprego".

A selectividade por regiões ficou demonstrada através da verificação de que, consoante a região de trabalho ou de residência, os indivíduos têm maior ou menor propensão ao desemprego. As regiões Alentejo e LVT (Lisboa e Vale do Tejo) apresentam taxas de desemprego (TXD), em sentido restrito (s.r.), 1º emprego e novo emprego (1ºE + NE), superiores à média nacional, no período referido. Através da análise do Quadro 1 verificamos que se, entre 1986 e 92, a TXD nacional se situou entre 8,5% e 4,1%, no Alentejo ela atinge o dobro dos valores situando-se entre os 16% e 8%, e em LVT a TXD é superior à média nacional, muito embora não seja tão expressiva quanto no Alentejo.

Taxas de desemprego/ sentido restrito (1º emprego e novo emprego) nos NUT LVT, Alentejo e Continente.

anos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
LVT	11,2	9,9	8,4	7,2	6,4	5,0	5,0
Alentejo	16,9	14,6	12,6	11,0	11,6	11,4	7,7
Continente	8,5	7,1	5,8	5,0	4,7	4,1	4,1

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 1986 a 1992, Quadro 1.

Neste contexto, cabe salientar que o período em consideração foi de "quase retorno ao pleno emprego". A TXD, sr (1E + NE) tendeu à baixa de 86 a 91, e em 92 estagnou constituindo-se aquela data como o ponto de inflexão.

Quanto à selectividade "por condição perante o trabalho", verificamos que, para todas as regiões, os indivíduos que procuram "novo emprego" são em maior número do que os que procuram o "1º emprego". As desigualdades interregionais fazem-se sentir fundamentalmente entre os desempregados que já tiveram emprego.

A selectividade por idades é indiciada pelo facto de se verificar que são os grupos etários mais jovens aqueles que maior propensão têm para recair no desemprego, nomeadamente o dos "0 aos 19", "20 aos 24" e "25 aos 34" anos. O Alentejo constitui mais uma vez excepção ao apresentar o grupo etário dos "45 e +" como sendo aquele que detêm o maior peso relativo no desemprego, nos anos de 86, 90 e 92. A interpretação do desemprego "por idades" não pode ser dissociada da análise da estrutura demográfica de cada região e dos fluxos demográficos inter-regionais⁵.

A selectividade "por tempo de procura" evidencia a predominância do desemprego de curto prazo, para todas as regiões⁶.

A selectividade "por sectores de actividade (NE)", mostra-nos que a relação

de ordem mais frequente entre os sectores, no que respeita ao desemprego é: **Secundário > Terciário > Primário**⁷, porém o Alentejo constitui-se uma vez mais como excepção face às outras regiões, dado que mantém sistemática-mente uma relação de hierarquia entre a taxa de desemprego gerada pelos três sectores diferentes da das outras regiões: **Primário > Secundário > Terciário**. Existem igualmente outras situações de excepção nomeadamente em 1990, no Norte e Algarve, o terciário torna-se o primeiro sector a gerar desemprego e em 1990 e 1991, LVT mantendo o sector secundário como o mais gerador de desemprego, vê o peso do desemprego provindo do sector primário sobrepor-se ao do sector terciário.

Um estudo exaustivo, a nível nacional, discriminado por sectores, diz-nos que o comportamento da TXD afecta ao sector primário foi muito irregular, exprimindo os bons e maus anos agrícolas onde o factor clima tem um papel determinante. A TXD afecta ao sector secundário tem vindo a declinar entre 86 e 90 apresentando uma inflexão à subida entre 90 e 92. A TXD no sector terciário declinou durante todo o período considerado. Se analisarmos detalhadamente o ano de 1992, visto que é o ano de inflexão, verificamos que o grande "causador" do desemprego foi o sector secundário que apresenta TXD crescentes no Norte, Centro e LVT.

A selectividade por profissões evidencia as categorias "trabalhadores da produção" e "pessoal dos serviços de protecção, segurança, serviços pessoais e domésticos" como as que mais recaem no desemprego. Exceptua-se a NUT (Nomenclatura de Unidade Territorial para fins estatísticos) Alentejo, onde os "agricultores" / "trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços" são as categorias mais afectadas.

Da caracterização dos mercados de trabalho regionais foi-nos possível aperceber alguns indícios de situações de segmentação decorrentes da sobre-representação de LVT e Alentejo no desemprego e da situação de contínua excepção que o Alentejo foi evidenciando ao longo dos sete anos. O facto estabelece a possibilidade destas regiões se constituírem como segmentos onde as variáveis detêm um comportamento particular que é preciso ter em consideração. Diferentes evoluções no nível de desemprego das regiões bem como diferentes direcções e amplitudes dos movimentos geográficos da população (diferente composição etária, diferente dinamismo dos sectores, diferente grau de implantação do movimento sindical, diferentes comportamentos institucionais terão que ser considerados.

Neste contexto, afigurou-se importante verificar se as políticas de suporte e combate ao desemprego eram adequadas à especificidade das regiões uma vez que Portugal não deveria ser tratado como uma região única no seu processo de integração europeia...

Políticas passivas e activas

A multiplicidade de políticas de emprego/desemprego leva-nos a considerar a tipologia que opõe políticas passivas a políticas activas. Ou seja, políticas passivas preocupadas em reduzir ou neutralizar os efeitos decorrentes da situação de desemprego sentidos, quer pelos seus actores, quer pelo próprio mercado de trabalho, contrapostas às políticas activas, não direccionadas para colmatar os efeitos adversos do desemprego, mas sim interessadas em actuar transformando e reduzindo a dimensão do fenómeno em si.

No que se relaciona com as políticas passivas, evidenciamos a protecção social ao desemprego. Esta política tem

sido alvo de debates acesos entre teóricos da corrente neoclássica e teóricos da corrente keynesiana. Os neoclássicos, sob uma perspectiva essencialmente micro-económica, perfilham a assumpção de que a indemnização ao desemprego pode constituir, por si só, uma fonte de desemprego. Os keynesianos, sob uma perspectiva marcadamente macro, consideram que a supressão da indemnização não garantirá um nível de emprego mais elevado, ou um nível de desemprego mais fraco, na medida em que através do seu efeito redistributivo ela tem capacidade de travar a queda do consumo e, por consequência, gerar um efeito favorável na procura efectiva. A supressão da ajuda aos desempregados poderia contribuir para o aumento do desemprego involuntário. A oposição à protecção no desemprego também é perfilhada pelos novos neoclássicos, nomeadamente através da teoria da procura de emprego - "job search".

Para a teoria em questão - "job search", o subsídio de desemprego dá ao indivíduo mais tempo para procurar um emprego. Fazendo prospecção, o desempregado renuncia de imediato a um rendimento derivado de um emprego que poderia surgir, na esperança de encontrar um posto de trabalho mais adequado às suas expectativas. O desempregado toma as suas decisões em função do que lhe custa o investimento em que incorre. Se recebe um subsídio de desemprego, o custo indirecto consagrado ao tempo de procura de um melhor emprego diminui. Quanto à duração média de procura ligada ao salário de aceitação escolhido, ela aumentará sempre que o desempregado receba uma indemnização. A indemnização incita a retardar a aceitação de um emprego.

As abordagens da segmentação do mercado de trabalho explicam que o comportamento dos desempregados face ao

respectivo subsídio difira consoante os segmentos existentes no mercado. Como expõe Malinvaud(1980), no mercado de trabalho podem existir simultaneamente sectores que sofrem de desemprego keynesiano e outros que sofrem de desemprego clássico.

Para este tipo de abordagens, ao pressupor-se a existência de segmentos com diferentes comportamentos está-se a admitir que devem ser estabelecidas medidas de política especificamente orientadas para cada um dos segmentos existentes. Ou seja, pressupõe-se que na elaboração de políticas deve haver a preocupação em adequá-las a segmentos com determinadas características, bem como em averiguar se as ditas políticas respondem ou não aos problemas existentes no interior de cada segmento. É neste contexto que passaremos a estudar algumas das políticas passivas e activas dirigidas ao mercado de trabalho, com a intenção de as avaliar em função dos segmentos detectados. Preocupar-nos-emos, especialmente, em averiguar se as políticas foram ou não delimitadas em função dos segmentos de base regional existentes no mercado de trabalho português, se contribuíram ou não para corrigir as assimetrias e se ajudaram a colmatar as insuficiências que atingem fundamentalmente os trabalhadores com maior risco de desemprego.

A protecção social ao desemprego em Portugal

O Sistema de Segurança Social(SSS) português cobre quase todas as prestações previstas nos regulamentos internacionais. No entanto, existem alguns aspectos que nos distanciam inequivocamente dos nossos parceiros europeus: - O sistema redistributivo é fraco e assenta em apoios de baixo valor pecuniário,

- A rigidez nos critérios de acesso a determinadas prestações exclui um nú-

mero significativo de potenciais beneficiários, facto que explica os baixos níveis de cobertura das medidas de protecção social entretanto criadas.

A par da modéstia da protecção social portuguesa, verificamos ser elevado o peso das quotizações "suportadas" pelo empregador português, quando comparado com outros países europeus⁽⁸⁾. Tal facto pode onerar o custo da mão-de-obra e consequentemente constituir-se como um elemento desincentivador da contratação de trabalhadores, sobretudo dos menos qualificados.

No que respeita às prestações de protecção social destinadas ao emprego/desemprego, elas são também reduzidas em Portugal.

A protecção prevista no corpo social português, destinada a minorar as situações vividas pelos desempregados, assenta fundamentalmente no "subsídio de desemprego" e no "subsídio social de desemprego". Estas políticas passivas de "combate" ao desemprego, caracterizam-se, do mesmo modo que as outras prestações previstas no SSS, por um valor pecuniário e por uma rigidez nos critérios de acesso.

Aprofundando o "cenário" negativo que assim se perspectiva, deparamos com taxas de cobertura muito baixas, isto é, verificamos que a grande maioria da po-

pulação desempregada no nosso país, e em todas as regiões, não recebe subsídio, ou seja não recebe subsídio de desemprego nem qualquer outro tipo de subsídio (NS). Cabe no entanto salientar que, a partir de 1989, a situação começa a melhorar com a modalidade "Sim, recebe subsídio"(CS) a ganhar importância crescente no conjunto das regiões. O Quadro 2, a seguir exposto transparece exactamente essa informação.

O "cruzamento entre a protecção social e os grupos etários evidenciou que foram os jovens os menos protegidos pelos subsídios de desemprego. Esta menor protecção proveio, a nosso ver, da rigidez dos critérios de acesso aos subsídios que fez com que os jovens, nomeadamente os dos "0-19", quando desempregados, não se inscrevessem nos centros de emprego na medida em que sabiam de antemão não reunir as condições para receber um subsídio.

Ora, tendo presente que o desemprego era constituído, no período em referência, fundamentalmente por grupos etários mais jovens (exceptuava-se o Alentejo), a situação descrita - jovens como os menos protegidos - apontou para a existência de um sério défice de protecção do desemprego nas regiões portuguesas. Paralelamente, a fraca protecção deste grupo de idades deveria, de algum modo, ser compensada por uma

maior importância da modalidade "Sim, outros tipos de subsídios"(SOTS), no sentido de colmatar as insuficiências decorrentes da não cobertura dos jovens pelo subsídio de desemprego, o que também não ter aconteceu.

No intuito de melhor averiguarmos como se correlacionam a "cobertura social"⁽⁹⁾ e ou ausência dela e o "desemprego" estimamos determinado tipo de regressões por regiões:

$$E1: \log CS/População Activa = a + a' \log TXD, E2: \log NS/População Activa = b + b' \log TXD.$$

De uma análise conjunta das regressões verificámos que para o período 1986/91 as regiões em estudo apresentam o desemprego e a cobertura social como variáveis não correlacionadas. Como algumas das regressões não foram aceites, não temos dados estatísticos robustos de modo a inferir que a cobertura social não constitui uma política eficaz anti-desemprego, embora aparentemente disso haja indícios⁽¹⁰⁾.

Apenas LVT é a região excepção ao apresentar as variáveis em estudo como variáveis correlacionadas. Paralelamente somos levados a afirmar que a região em referência foi alvo de um maior esforço por parte do governo português, uma vez que a cobertura ao desemprego aumenta mesmo com a TXD a decrescer no período em consideração. Estudando o sinal do coeficiente da regressão de tipo E1, temos que por cada 1% de aumento na TXD a cobertura relativa desce em média 0.55%.

Quanto à regressão do tipo E2, ela revela-se válida para todas as regiões. A situação traduz que a aumentos da TXD correspondem aumentos do número de indivíduos ponderados pela população activa a não receber subsídio de desemprego.

A situação exprime potencialmente uma deficiente cobertura social do desemprego levando-nos a pressupor que

Variações do Peso Relativo da Modalidade "Sim, recebo susídio "(nº de desempregados) por NUT II.

anos	Norte	Centro	Lvt	Alentejo	Algarve
86/87	-5%	+16%	0%	-69%	+91%
87/88	+2%	+14%	+7%	-11%	-14%
88/89	+49%	+6%	+29%	-17%	-11%
89/90	-7%	+37%	+40%	+122%	-6%
90/91	+38%	+42%	+79%	+37%	+27%

Fonte: Henriques, C., Desemprego Regional em Portugal, Quadro 2

esta política passiva comporta sérias insuficiências. É certo que para uma análise mais aprofundada e conclusiva seria importante considerar os sectores e preferencialmente os estratos profissionais, no entanto a insuficiência de dados revelou essa intenção impossível.

A formação profissional em Portugal

No que respeita às políticas activas, destacamos a da Formação Profissional. A formação profissional, cuja importância se fez predominantemente sentir a partir da integração comunitária, visava potencializar a adequação da qualificação do trabalhador às necessidades competitivas das empresas. Assim, durante o período de referência assistimos a um aumento no "número de formandos" e no "número de formandos aprovados", comprovativo da aposta de investimento em capital humano via formação profissional.

A formação profissional foi essencialmente dirigida para o grupo de idades com "25 anos e mais", o que se nos afigurou positivo se lembrarmos que as regiões mais atingidas pelo desemprego - LVT e Alentejo - eram aquelas onde os grupos dos "25-34" e "45 e +" tinham maior expressividade no fenómeno.

A acrescer a este cenário benéfico, verificámos que o número de "formandos aprovados por região" foi especialmente significativo em LVT - em 1989 esta foi a que deteve a maior expressividade no total das regiões (40.2%), situando-se em 1990 e 1991 no segundo lugar (38.5% e 36.6% respectivamente). Ora, sabendo que LVT detinha elevadas taxas de desemprego face à média nacional e que a protecção social de que foi alvo era claramente deficitária, o papel relevante da formação profissional só podia surgir-nos como francamente positivo.

Porém, se LVT e também o Norte detiveram uma importância relativa considerável em termos de "número de formandos aprovados" (entre os 35% e os 40% em 1989 e 1991) o mesmo não aconteceu no Centro (15.7% em 1989, 17.9% em 1991), Alentejo (5.0% em 1989, 4.7% em 1991) e Algarve (3.9% em 1989 e 2.8% em 1991).

Para melhor analisarmos em que medida a formação contribuía para diminuir o desemprego fizemos uma correlação entre a TXD e o número de formandos.

Vejamos: As conclusões apontam para uma forte associação entre o número de formandos aprovados relativo e a TXD no Norte e LVT. O facto pode de algum modo ter a ver com a maior densidade empresarial e tecnológica das regiões em causa, a qual se compatibiliza com uma procura mais exigente de qualificações. Paralelamente também evidenciam que a influência do número de formandos relativos na TXD é negativa, com excepção do Alentejo, o que aponta para o fraco impacto da política de formação profissional na região. Se lembrarmos que a cobertura social também não tinha favorecido a região, apercebemo-nos que o Alentejo, enquanto região mais afectada pelo desemprego, não vê as políticas accionadas pelas entidades governamentais terem repercussões dignas de relevo.

Os resultados descritos, poderão estar relacionados com o facto da formação profissional se ter orientado

fundamentalmente para os serviços, em detrimento da indústria, e de forma muito reduzida para agricultura. Aliás, quando estabelecemos comparações intra-comunitárias, verificámos que em Portugal o peso relativo dos trabalhadores dos serviços nas acções de formação profissional foi muito superior ao dos outros países. Estas constatações não abonam a favor da orientação tomada pelas políticas de formação profissional, se lembrarmos que no período em estudo - período de quase retorno à situação de pleno-emprego - o sector secundário foi "responsável" pelo recrudescimento do desemprego.

Detalhando a análise da formação por qualificações profissionais, verificamos que no referente à NUT Norte predominam as acções de formação dirigidas fundamentalmente para os grandes grupos profissionais "Pessoal Administrativo e Trabalhadores Similares" e os "Trabalhadores da Produção das Indústrias Extractiva e Transformadora e Condutores de Máquinas Fixas e de Transporte". No entanto, em 1993 verificam-se algumas alterações, nomeadamente o ganho de importância dos grupos "Pessoal de Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e de Profissões Similares", "Pessoal do Comércio e Vendedores" e "Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Pessoais e Domésticos e Trabalhadores Similares".

Quanto ao Alentejo, as acções desenvolvidas, fizeram-se sentir sobretudo no

Coefficiente de Correlação entre a TXD e o nº SA (ponderado pela população activa)

NUT II	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
Coefficiente Correlação	-0.997	-0.5	-0.999	+0.38	-0.44

Fonte: Henriques, C., Desemprego Regional em Portugal, Quadro 3

âmbito do grupo "Agricultores, Criadores de Animais, Trabalhadores Agrícolas e Florestais, Pescadores e Caçadores". Como o desemprego incidiu também especialmente sobre os indivíduos desta área profissional, pareceu-nos importante indagar até que ponto a formação estaria a levar devidamente em conta a necessidade de "reconversão" dos trabalhadores, sendo conhecido o nível de saturação relativo do sector agrícola.

Passámos então a discriminar a análise por modalidades de formação. Nas NUT salientadas - LVT e Alentejo -, o número de "Formandos aprovados por modalidades de formação, por região, 86/91 foi mais significativo das modalidades "Qualificação", "Aperfeiçoamento" e "Aprendizagem"; entretanto as modalidades "Reciclagem" e "Reconversão" foram praticamente inexpressivas, o que só veio confirmar a nossa ideia inicial de que a formação insistiria excessivamente em (algumas) qualificações excedentárias, nomeadamente na NUT Alentejo.

Para aferirmos com maior rigor da performance das políticas de formação profissional, apoiámo-nos ainda noutros critérios de avaliação global de políticas. Um deles foi o da análise do impacto da formação profissional nas empresas/indústrias. Esta análise chamou-nos a atenção para o facto da formação profissional ser dirigida em 1989/1990 maioritariamente para "Trabalhadores afectos a Empresas" e em menor percentagem para "desempregados" (respectivamente 11% e 13%, consoante a acção fosse em empresas em geral ou nas indústrias transformadoras). Dos desempregados que participaram em cursos de formação, ficaram nas empresas cerca de 56.97%, dos quais uma percentagem significativa afecta aos "Transportes e Comunicações". Nas indústrias transformadoras a percentagem de desemprega-

dos que se integrou nos respectivos quadros foi menor - 47.74%. As indústrias que captaram uma percentagem superior a 50% do seu número de ex-formandos desempregados foram respectivamente e por ordem decrescente, "Fabrico de Artigos e Matérias Plásticas", "Fabricação de Calçado", "Indústria de Madeira e Cortiça com excepção de Mobiliário", "Fabricação de Artigos de Vestuário com excepção de Calçado", "Outras Indústrias Transformadoras" e "Indústrias Têxteis"⁽¹¹⁾.

Outro indicador a que recorremos para avaliar a formação profissional desenvolvida no nosso país foi o número de formandos por programa operacional. Entre 1990 e 1992 foi o P01 - "Formação Profissional de Activos" o mais expressivo em todas as NUT. Exceptua-se a Nut Alentejo, onde as "Operações Integradas de Desenvolvimento - Nordeste Alentejano" - (1990 e 1991) e "Península de Setúbal" ocupam os lugares cimeiros. Tal situação pareceu indiciar a preocupação das medidas de política em colmatar problemas específicos da região Alentejo. Ao longo dos anos referidos, verificou-se também uma ascensão do peso relativo do P03-"Aprendizagem" (12).

Do estudo das políticas de formação profissional fomos levados a concluir que as mesmas, aquando da sua delimitação e orientação, tiveram em consideração algumas das situações de clivagem dos mercados de trabalho regionais. De facto, enquanto no caso das políticas passivas - centradas na protecção social através dos subsídios de desemprego e social de desemprego - tínhamos verificado que elas potencializavam, de algum modo, a segmentação o mesmo parecia não acontecer com as políticas activas.

No entanto, as políticas de formação têm um peso menor do que seria desejável na maioria das NUT, ao mesmo tem-

po que a sua excessiva orientação para os serviços e a insuficiência das modalidades de reconversão e reciclagem contribuíram para diminuir a sua eficácia global.

Uma avaliação mais criteriosa das políticas de formação profissional exigiria, no entanto, a disponibilidade em informação estatística sectorial e regionalmente mais desagregada, questão que como referimos não está resolvida. Mas suporia, também, que levassemos em conta a contribuição específica da formação profissional por confronto com a de outras políticas activas, *démarche* que estava obviamente muito para além dos nossos propósitos. Assim, quando a informação estatística o venha a permitir abrem-se aqui pistas importantes para futuros desenvolvimentos da investigação neste domínio.

d'a

Notas

- 1 Henriques, C., *O Desemprego Regional em Portugal: Caracterização, Ensaio Interpretativo e Políticas*, tese de mestrado, 1994.
- 2 Gazier, B., *Economie du Travail et de Gambier, D. e Vernières l'emploi*, 2ª edição, Dalloz, Paris, 1992. Este corpo teórico (Escolas da Segmentação) propõe quatro linhas metodológicas, muito embora só se tenham considerado no estudo referido as duas primeiras:
 - i) Identificação das características únicas dos mercados de trabalho geograficamente definidos e delimitação dos correspondentes segmentos,
 - ii) Determinação do número de segmentos,
 - iii) Caracterização dos processos pelos quais os segmentos se hierarquizam e formam espaços hierarquizados de mobilidade,
 - iv) Explicação da forma como os trabalhadores se encontram inscritos nestes segmentos, atendendo aos seus itinerários de actividade e profissionais.
- 3 A "observação" do fenómeno desemprego (por regiões) assentou na terminologia do Instituto Nacional de estatística (INE). Instituto que na linha do B.I.T., considera como desempregado todo aquele que preenche as seguintes condições: tem idade mínima de 14 anos (antes de 92, com idade mínima de 12 anos) e está sem trabalho, está disponível para trabalhar e faz diligências para encontrar trabalho.
- 4 A condição "faz diligências para encontrar trabalho" deixa patente que se está a entender desemprego em sentido estrito, ou seja, considera-se desempregado apenas aquele que desenvolve uma procura activa de emprego.
- 5 Neste domínio verificamos que a região Norte apresenta a mais elevada taxa de natalidade o que se compatibiliza com um maior peso do GE "0-19" no desemprego. A região Alentejo é a que maior taxa de envelhecimento apresenta, o que se compatibiliza com uma maior TXD do GE "45 e +". Esta região é também a que se revela mais "repulsiva". No entanto, os grupos mais propensos à mobilidade são os mais jovens e por conseguinte o facto não tem repercussões positivas a nível do emprego. As políticas de mobilidade do IEFP conheceram um fracasso relativo devido à resistência à migração interna demonstrada pelo escalão populacional "45 e +".
- 6 O Alentejo e o Algarve apresentam sempre a predominância do desemprego de curto prazo o que pode estar relacionado com as suas actividades predominantes serem sazonais: Agricultura, Turismo.
- 7 Ter em atenção que a análise da TXD afecta aos sectores só é possível pressupondo um certo grau de enviesamento nos cálculos. Tal acontece porque cerca de 1/3 dos desempregados provêm da inactividade (1ª entrada no mercado de trabalho - 1º emprego ou retoma da actividade) e, como tal, não podem ser afectados a nenhum ramo ou sector de actividade anterior. Só podem ser afectados a sectores os desempregados que perderam ou deixaram o seu emprego. Assim calculou-se a relação, por sectores, entre os desempregados que neles têm origem e a população activa afecta a esses mesmos sectores.
- 8 in Tableau 4 - "Recettes Courantes de Protection Sociale. Cotisations Sociales d'Employeur em % du Total des Recettes Courantes", Eurostat, 1990
- 9 INE, *Inquérito ao Emprego, 1986/91*, relativo ao nº de desempregados a receber subsídio por NUT
- 10 Validadas pelos testes F-Snedecor, T-Statistics, R ao nível de 10% (e = 10%). Para mais informação consultar Henriques C., *O Desemprego Regional em Portugal ..*, Quadro 4, pg.12
- 11 *Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Empresas (IIAFPE) e Inquérito ao Impacto das Acções de Formação Profissional nas Indústrias Transformadoras (IIAFPIT)*.

O conflito,

Ileana Pardal Monteiro

Equi.Prof. Adjunta da ESGHT

e sua gestão na organização profissional

Neste artigo pretendemos analisar o conflito nas organizações que Mintzberg (1982) denominou de burocracias profissionais e cujas características – de grande diferenciação horizontal e vertical e de autonomia dos profissionais – nos sugerem a existência de um nível de conflito elevado. O trabalho de Orton e Weick (1990) sobre os sistemas imperfeitamente conectados revela-se, em nosso entender, muito útil para compreender estas organizações, ao identificar as possíveis fontes de conflito e formas de os gerir. Um estudo empírico realizado num pequeno hospital distrital do Sul do País permitiu-nos mostrar que o conflito, embora exista implicitamente, não é significativo, talvez devido ao papel da administração na sua gestão.

O Conflito nas Organizações

A temática do conflito, à semelhança de outras dimensões organizacionais, tem vindo a evoluir desde o início do século. Assim, se os clássicos o consideravam como algo negativo, a ser evitado, a Escola das Relações Humanas, considerou-o natural e inevitável e pôs a tónica nas estratégias de gestão de conflito.

Hoje em dia, o conflito nas organizações pode ser analisado numa perspectiva interaccionista, sendo considerado como um factor, não só positivo da dinâmica de grupos, mas indispensável ao bom desempenho e à prossecução dos objectivos grupais e organizacionais. É neste nível de análise interpessoal que se podem situar os trabalhos de Thomas (1992). Este autor define o conflito como “o processo que começa quando uma das partes percebe que a outra parte a afectou negativamente ou está prestes a fazê-lo”. Considera que esta definição tem a vantagem de ser simples, de mostrar que existe alguma interacção para além da relação de incompatibilidade e de ser

suficientemente ampla para cobrir uma vasta gama de comportamentos (da simples discussão à violência). Situa o conflito no seio de um sistema mais geral, como uma organização, e considera-o como uma sequência de eventos. A figura 1 exemplifica um episódio de um conflito, e mostra como os factores situacionais, ou seja, a presença de elementos favoráveis à eclosão de um conflito influenciam a percepção e os comportamentos dos indivíduos.

Thomas (1992) procurou aliar aos aspectos cognitivos, uma dimensão social e normativa (ou seja, moral e ética), assim como uma dimensão emocional. O resultado é conceptualizado relativamente ao grau de satisfação que cada uma das partes obtém. Assim, o indivíduo percebe um dos quatro resultados possíveis (acordos salientes):

- solução ganha-perde ou perde-ganha que resulta na satisfação total de uma das partes e na consequente frustração da outra parte;
- solução ganha-ganha, solução integrativa, que resulta na satisfação de ambas as partes

- solução perde-perde - conflito insolúvel que resulta na frustração de ambas as partes.

Do modo como os indivíduos percebem e sentem o problema (durante a etapa da cognição e emoções), ante- vendo possíveis soluções, resultam as intenções de cada uma das partes. Thomas procurou no seu modelo integrar as forças motivacionais resultantes do pensamento racional instrumental, do raciocínio normativo e as emoções. O autor para elaborar o seu modelo taxonômico de intenções estratégicas realizou uma extensa revisão de literatura. As cinco intenções estratégicas resultariam da conjugação de duas dimensões independentes: a assertividade (tendência para satisfazer os seus próprios interesses) e a co- operação (tendência para satisfazer os interesses da outra parte). São elas:

- competição resulta do desejo de satisfazer os seus próprios interesses independentemente do impacto na outra parte;
- colaboração procura-se satisfazer todas as partes envolvidas;
- evitação ambas as partes procuram fugir ao conflito
- acomodação que resulta do desejo de uma das partes dar prioridade aos interesses da outra parte;
- compromisso, ambas as partes estão dispostas a ceder algo para resolução do conflito.

Na sequência das intenções estratégicas emerge o comportamento, o conflito torna-se visível. Ao comportamento de uma das partes segue-se a reacção da outra parte; interação mais ou menos prolongada consoante as situações concretas e a intensidade do conflito (que pode variar do simples desentendimento, passando pelos ataques verbais assertivos, até à agressão física e destruição).

Um outro conjunto de investiga- ções analisa o conflito como um processo de interacção social, passando para um nível de análise intergrupar. É neste sentido que as investigações de Sherif e seus colaboradores (citadas por Maria Benedita Monteiro¹) salientam que os conflitos entre grupos surgem da existência (real ou simbólica) de objectivos incompatíveis. Para reduzir a hostilidade entre os grupos, consi-

Tajfel entende por categorização social "o processo através do qual se reúnem os objectos ou acontecimen- tos sociais em grupos, que são equiva- lentes no que diz respeito às acções, intenções e sistemas de crenças dos indivíduos" (1982: 289,290) e "que serve para ordenar o ambiente social, como um sistema de orientação que cria e define o lugar particular de um indi- víduo na sociedade" (1982: 293). O conceito de identidade social refere- se "àquela parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva do seu conhe- cimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e o valor asso- ciado àquela pertença" (1982: 290). Através de um processo de comparação social as pessoas avaliam as caracterís- ticas do grupo (ou grupos) a que per- tence. O conceito de comparação social estabelece assim a ligação entre a identidade social e a categorização social. As pessoas procuram, comparan- do o seu grupo aos outros grupos, cons- truir uma identidade social positiva. A comparação social conduz ao favoritismo do próprio grupo e à discriminação do outro grupo.

Quando a identidade social se en- contra ameaçada estamos numa situa- ção de conflito. Segundo Tajfel (1982), as respostas à situação de conflito po- dem envolver estratégias individuais (o indivíduo procura mudar de grupo, psicologicamente, objectivamente ou ambos, construindo uma nova identi- dade social - trata-se de uma estraté- gia de mobilidade individual). A com- petição social constitui uma estraté- gia colectiva através da qual os mem- bros de um grupo (dominado) procu- ram a paridade com o outro grupo (do- minante) relativamente a atributos que considera salientes, mantendo a sua distintividade noutros aspectos. O con-

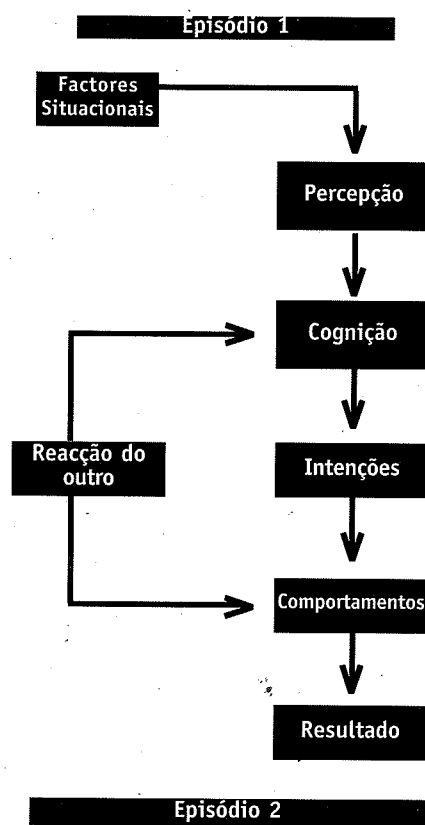


Figura 1: As etapas de um episódio de um conflito (adaptado de Thomas, 1992: 658)

dera o autor necessário aumentar a interdependência, pela criação de ob- jectivos superordenados.

Também a teoria da identidade so- cial de Tajfel, (1982) analisa as rela- ções intergrupais. Para compreendermos esta teoria impõe-se a definição de alguns conceitos base: categori- zação social, identidade social e com- paração social.

flito emerge então entre dois grupos de estatuto diferente. Uma terceira estratégia possível é a da mudança social ou criatividade social, através da qual os membros do grupo procuram uma distintividade positiva pela modificação ou criação de novos elementos de comparação.

Resumindo, ao falar de conflitos nas organizações podemos perspectivá-los a um nível interpessoal, resultante das interações entre os indivíduos, ou ao nível intergrupar, resultante do processo de comparação social.

Os teóricos das organizações consideram o conflito como um factor de saúde organizacional, realçando que, não só o conflito é positivo no grupo,

que nas empresas bem sucedidas o gestor enfrentava abertamente o conflito, manifestando intenções estratégicas de colaboração ou compromisso.

Os estudos desenvolvidos por Vala, Lima e Monteiro(1994)² procuram soluções no âmbito da teoria da identidade social, salientando as estratégias de diferenciação adoptadas pelos grupos cuja identidade social é ameaçada. O conflito deverá pois ser gerido por forma a garantir a preservação de uma identidade social positiva a ambos os grupos. O plano de acção proposto incluía medidas estruturais e funcionais, tais como a criação de um objectivo supraordenado através da clarificação de objectivos que permitissem a

nas instituições profissionais estatais (como em hospitais ou universidades públicas) o conflito seja melhor aceite e que os seus gestores o procurem gerir adequadamente.

Realizámos um estudo empírico num pequeno hospital distrital do Sul do país, procurando evidenciar as percepções dos vários grupos profissionais. Contudo parece-nos importante, antes de caracterizar o conflito nesta organização referir sucintamente as principais características das organizações profissionais.

Características das organizações profissionais

Os teóricos têm salientado as particularidades das organizações em que trabalham profissionais com elevado nível de qualificação. Mesmo autores clássicos, como Weber (1949) referiu as variantes ao modelo burocrático puro, considerando que, instituições como hospitais, igrejas ou exércitos, são geridas por funcionários com características diferentes. Outros (Etzioni, 1974; Stelling e Bucher, 1972) salientam a impossibilidade de uma gestão mecanicista³. O elevado nível de qualificação dos profissionais dificulta ou impossibilita a supervisão hierárquica. Esta ideia de que o elevado nível de qualificação das pessoas vem impossibilitar a supervisão hierárquica tem sido retomada por vários autores: Miner (1988) descreve o sistema profissional baseado no conhecimento, de uma forma que se aproxima da configuração de burocracia profissional de Mintzberg (1982) cujo modelo adiante aprofundaremos. Também, Blacker, Reed e Whitaker (1993) constataram que, medida que as qualificações vão aumentando, o saber e o trabalho baseado no conhecimento desempenham um papel cada vez mais importante nas teorias do desenvolvimento das soci-

os conflitos são fonte de criatividade e inovação

mas ele é indispensável ao seu efectivo desempenho, desde que não se excedam determinados limites. Dentro destes limites o conflito pode contribuir para a melhoria da qualidade da decisão e ser um verdadeiro incentivo à criatividade e inovação. Esta perspectiva remete-nos para a importância da gestão dos conflitos organizacionais.

Lawrence e Lorsch (1973), no seu clássico estudo contingencial, mostraram a importância dos mecanismos de integração na coordenação das actividades interdepartamentais. As formas de integração estruturais são múltiplas: a hierarquia, "integradores" individuais, equipas e grupos de trabalho e departamentos. Quanto ao comportamento adoptado pelo gestor, os autores, retomando a conceptualização de Thomas acima descrita, constataram

responsabilização de todos proporcionando termos de comparação claros e relevantes, bem como a institucionalização dos contactos intergrupais.

Se a ideia de que os conflitos são fonte de criatividade e inovação é aceite pela comunidade científica, constata-se que os gestores das nossas organizações ainda toleram mal o conflito e raramente o encorajam. Neste sentido, parece-nos interessante salientarmos as conclusões de Rahim (1992: 12-13) que estudou a influência do tipo de organização sobre as percepções que os gestores têm do conflito: em empresas com fins lucrativos o conflito é associado a baixa qualidade, enquanto em organizações sem fins lucrativos os gestores associam-no à alta qualidade. Se estes resultados se podem generalizar ao nosso país será de esperar que

dades industriais. O conhecimento começa a ser considerado um recurso estratégico, prevendo-se que a perícia venha a transformar-se rapidamente numa vantagem competitiva. Em termos organizacionais, esta perspectiva obrigaria a mudar de ênfase na gestão dos peritos para a gestão das qualificações ou da perícia.

As organizações de profissionais caracterizam-se pela existência de duas hierarquias paralelas e pelo poder dos profissionais o que dificulta ou mesmo impossibilita a gestão baseada no controlo e na hierarquia. Consideramos importante realizar uma descrição mais aprofundada da estrutura destas organizações para que possamos compreender a dinâmica das interações entre os vários sub-sistemas. Escolhemos, para tanto, o modelo de Mintzberg (1982) que, além de ser hoje claramente consensual entre a comunidade científica, nos permitirá salientar as principais dificuldades e fontes de conflito organizacional.

Para Henri Mintzberg (1982) a burocracia profissional é uma organização muito diferenciada vertical e horizontalmente, em que o poder se situa no centro operacional, parte mais importante da organização. Os serviços de apoio existem apenas para servir o centro operacional; a tecnoestrutura e a hierarquia são embrionárias. Sendo descritas, entre outras, como burocracias profissionais escolas e hospitais, ser-nos-á permitido exemplificar esta afirmação referindo-nos à instituição hospitalar: o Enfermeiro-Director e a Enfermeira Supervisora podem ser considerados como tecnoestrutura pois procuram a standardização de alguns procedimentos.

O autor refere ainda que, no centro operacional, o principal mecanismo de coordenação das actividades é a standardização das qualificações, cujos

parâmetros de concepção correspondentes são a formação e a socialização. A organização recruta profissionais devidamente formados e socializados e confere-lhes autonomia para controlo do seu trabalho. Por exemplo, o médico trabalha de modo quase independente dos seus colegas, e está próximo do cliente ou utente. Faz o diagnóstico e aplica assim a cada caso o programa standard adequado.

A burocracia profissional difere substancialmente da burocracia mecânica, na medida em que os profissionais obedecem a valores, normas éticas e códigos profissionais e não a uma hierarquia. Esta cultura profissional é transmitida durante a longa formação e prática supervisionada pelos professores, colegas e pelas associações profissionais. Grande parte do poder situa-se na base da hierarquia, cada profissional trabalha com os seus clientes e submete-se apenas ao controlo dos seus colegas que o formaram e socializaram; são eles que têm o direito de censurar em caso de erro profissional.

O poder dos profissionais tem duas razões: a primeira, reside no facto do seu trabalho ser demasiado complexo para ser controlado por um superior hierárquico (não profissional) ou estandardizado por analistas e a segunda razão, na grande solicitação de que são objecto os seus serviços, permitindo-lhes uma grande autonomia. A progressão na carreira obedece a critérios profissionais, associados à capacidade de resolver problemas de crescente complexidade; o poder assenta pois na competência profissional. Assim o profissional tende a identificar-se mais com a sua profissão que com a organização onde exerce.

O profissional garante o seu poder na organização, não apenas pelo controlo sobre o seu próprio trabalho, mas procura controlar as decisões de carácter administrativo que lhes dizem res-

peito. Para tanto, assegura ele próprio parte do trabalho administrativo, através da participação em comissões ou grupos de trabalho, cujo número tende a ser relativamente importante. Estaremos, pois, no centro operacional, em presença de uma estrutura muito participativa ou democrática.

Paralelamente, o autor descreve a área administrativa como uma burocracia mecânica. O estatuto e a posição na carreira estão associados à função desempenhada. Existem regras e procedimentos definidos cujo cumprimento é controlado pela hierarquia.

Estas duas hierarquias são independentes e tendem a manter-se separadas até ao nível do vértice estratégico.)

Relativamente aos factores de contingência habitualmente referido Mintzberg (1982) apenas refere um meio envolvente complexo mas estável e um sistema técnico pouco sofisticado e não regulador.

Esta estrutura, controlada pelos profissionais, suscita algumas dificuldades referentes, nomeadamente, à coordenação das actividades, ao controlo da autonomia dos profissionais e à inovação. Deixemos de parte os problemas relacionados com a inovação e concentremo-nos nos problemas susceptíveis de provocar conflitos.

A existência de duas hierarquias distintas, acima referidas, com objectivos e valores tão diferentes, é fonte de incompreensões e conflito. (As incompreensões acentuam-se ainda no nosso país dado o peso burocrático dos processos de gestão da Administração Pública).

A crescente especialização das disciplinas científicas obrigam a abordagens parcelares, e dificulta a integração e a coordenação das actividades entre os profissionais. Existem assim importantes fontes de diferenciação entre as várias especialidades. Retomando o exem-

plo da instituição hospitalar, a grande especialização da medicina não permite que se trate o corpo humano globalmente, como um todo integrado. Pelo contrário, tende a ser visto como uma justaposição de órgãos independentes. A falta de coordenação entre serviços e profissionais poderá ser gravosa para um paciente cuja patologia não se enquadre perfeitamente num dos programas-padrão e exija a intervenção de diferentes especialistas e serviços.

Um outro problema pode advir da grande autonomia de que gozam os profissionais, em caso de incompetência ou negligência. Estas organizações são geralmente impotentes para lidar com este problema. Enquanto a univer-

meadamente pelo utentes/clientes, administradores, tutela governamental e sociedade em geral) como decorrentes da ausência de controlo sobre os profissionais e a profissão. Por isso procuram aumentar o controlo através da supervisão hierárquica ou da standardização do trabalho ou do produto, aumentando o descontentamento dos profissionais e levando-os a sindicalizarem-se e procurarem impor as suas exigências através dos sindicatos.

Seguindo ainda a caracterização de Mintzberg (1989:247) a burocracia profissional, dispondo de um sistema de autoridade fraco, ao lado de um poderoso sistema de competências, tende a ser uma estrutura de poder difusa e

mais clara repartição de responsabilidades e competências no âmbito dos serviços.

A elevada diferenciação que se manifesta na burocracia profissional levou-nos a interessar-nos pelos trabalhos de Orton e Weick (1990) sobre os sistemas imperfeitamente conectados, que definem como sistemas em que os elementos respondem em conjunto, embora preservando a sua diferenciação e identidade. A conexão imperfeita numa organização sugere a existência de elementos inter-dependentes relacionados entre si, mas capazes de um certo nível de independência. "Dado resulta um sistema simultaneamente aberto e fechado, indeterminado e racional, espontâneo e deliberado" (p. 204-205).

A burocracia profissional aparece-nos, neste sentido e a vários níveis, como um sistema imperfeitamente conectado. Existe uma marcada diferenciação vertical e horizontal entre os serviços e departamentos: entre serviços operacionais e administrativos; entre serviços operacionais e de apoio; entre os próprios serviços operacionais e entre os próprios profissionais. A diferenciação faz-se sentir na dificuldade de standardização do trabalho dos profissionais dada a sua complexidade e urgência, exigindo assim uma gestão casuística da actividade. O meio interno é fragmentado, como o atesta a grande autonomia de que gozam os profissionais, sendo de salientar o paradoxo entre esta tendência para a autonomia e a necessidade de coordenação das actividades internas sentida por toda a organização. O meio envolvente externo, também fragmentado, caracteriza-se por estímulos dispersos, os diferentes tipos de clientes, e pela existência de expectativas incompatíveis ou contraditórias, tais como as pressões institucionais para a redução dos

a falta de coordenação entre serviços e profissionais poderá ser gravosa para um paciente

sidade tem meios para controlar a subida na carreira, recebendo assistentes fora do quadro e só os contratando depois de provas dadas, no hospital os mecanismos de contratação e promoção são externos, assegurados pelo Ministério e a Ordem dos Médicos. O hospital não tem intervenção na gestão das carreiras dos profissionais estando-lhe vedada a gestão das recompensas. Assim, verifica-se que não há pressão para o empenhamento na organização; o profissional tende a identificar-se com a sua profissão e não com a instituição onde exerce. Se esta autonomia e independência os leva a ignorar as necessidades da organização ela também os pode levar a descurar os interesses dos "clientes".

Estas questões tendem a ser interpretadas pelos não profissionais, no-

distribuída por um elevado número de indivíduos. Podemos assim concluir que se trata de um terreno propício aos jogos de poder e influência, sendo de prever que os diferentes grupos se envolvam em estratégias de diferenciação inter-grupal, no sentido que Tajfel (1982) lhe atribui.

Tajfel salientou a importância das variáveis sócio-cognitivas - como a identidade social ou a percepção do conflito - para os comportamentos adoptados pelos grupos. Retomando esta perspectiva, Monteiro, Lima e Vala (1994: 90) estudaram a problemática da diferenciação entre médicos (grupo dominante) e enfermeiros (grupo dominado) de um hospital da capital e referem que o conflito não é manifesto mas sim implícito, manifestando-se essencialmente nas exigências mútuas de uma

custos e as pressões dos utentes e dos profissionais para o aumento da qualidade de trabalho.

Para compensar a conexão imperfeita, Orton e Weick (1990) identificaram três tipos de estratégias - a liderança, a focalização e a partilha de valores.

A liderança deve ser subtil e individualizada, assegurando-se que a visão central esteja sempre presente, facilitando assim a integração do sistema.

Numa estratégia de focalização, o líder procura mudar o comportamento dos seus subordinados, mas apenas naquilo que considera essencial, deixando-lhes uma considerável margem de liberdade para adaptação às situações. A título de exemplo procurar-se-ia uma mudança dos comportamentos relacionados com o utente, através da implementação de um sistema de informação permanente sobre o "sistema cliente" e o meio envolvente externo (Nunes, 1994: 23).

Quanto à partilha dos valores, e tendo em conta as características da organização hospitalar, podemos considerar que a perda de controlo a que se assiste actualmente é compensada por uma orientação clânica (Ouchi, 1986). Contudo, a perspectiva de focalização acima mencionada, ao exigir um aumento da coordenação que, neste contexto, obriga a uma mudança dos valores, remetendo-nos assim para uma liderança transformacional, como é definido por Burns e mais tarde retomado por Bass (1985).

Os sistemas imperfeitamente conectados, em termos de resultados organizacionais, tendem a apresentar, segundo Orton e Weick (1990), uma maior estabilidade, amortecendo o impacto dos problemas e impedindo-os de afectar toda a organização. Parecem evidenciar simultaneamente uma maior adaptabilidade, fomentando a

experimentação e inovação (parecendo por isso adequado à resolução de problemas complexos), o juízo colectivo (através da pertença a grupos ou associações colectivas), bem como a preservação do desacordo (garantindo a capacidade de influência das minorias). Estas organizações proporcionariam assim maior satisfação aos seus membros e seriam mais eficazes.

Resumindo, poderíamos dizer que as organizações de profissionais são muito diferenciadas horizontal e verticalmente, situando-se o poder no centro operacional. Existe pouca pressão para o envolvimento dos diversos grupos profissionais que se identificam com a sua profissão. Apresentam várias caracte-

de cuidados diferenciados à população da zona, assumindo simultaneamente a prestação de cuidados primários, de consultas de especialidade e, devido à falta de camas na região, é obrigado a assumir igualmente a prestação de cuidados de rectaguarda.

Este estudo incidiu apenas sobre os dirigentes do vértice estratégico e as chefias profissionais no centro operacional. Realizaram-se assim entrevistas semi-directivas junto dos quatro elementos que integram o conselho de administração, de oito dos nove directores de serviço, da enfermeira supervisora e dos cinco enfermeiros chefes então existentes nesta instituição. Estas dezoito entrevistas foram submetidas a uma aná-

a hierarquia médica e a hierarquia de enfermagem são independentes até ao nível estratégico

terísticas dos sistemas imperfeitamente conectados, como a fragmentação do meio interno e externo, o que nos leva a prever a existência de conflitos internos, tornando, conseqüentemente, essencial uma gestão que compense as dificuldades de partilha da informação e de coordenação das acções entre os diferentes actores organizacionais.

3. O Estudo Empírico

Procurando analisar a emergência de conflitos no seio de uma burocracia profissional, escolhemos como campo de estudo um pequeno hospital distrital, do Sul do País, que evoluiu de hospital da Misericórdia, com funções de prestação de cuidados de rectaguarda, para hospital distrital que denominamos aqui HDE (Hospital Distrital em Estudo). Tem por missão a prestação

de conteúdo temática (Bardin, 1977; Vala, 1986) de onde foram emergindo, por aproximações sucessivas, as categorias.

Foi igualmente realizado um questionário, distribuído à totalidade dos profissionais. A fraca representatividade das respostas impossibilitou uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos.

Sintetizando os resultados, e referindo apenas os mais significativos de modo a não nos alongarmos demasiado, podemos afirmar que se trata de uma organização descentralizada vertical e horizontalmente. A descentralização vertical é reconhecida nomeadamente pelos membros do conselho de administração que afirmam a necessidade de delegar e consideram a sua gestão participativa (embora os direc-

tores de serviço manifestem gozar ainda de autonomia insuficiente).

A descentralização horizontal verifica-se a dois níveis: entre os serviços, não sentindo os seus directores necessidade de integração das actividades; e entre os grupos profissionais, verificando-se uma dupla hierarquia dentro dos próprios serviços - a hierarquia médica e a hierarquia de enfermagem, independentes até ao nível estratégico. De realçar aqui a grande fragmentação do meio interno que nos coloca em presença de um sistema imperfeitamente conectado.

Quanto aos mecanismos de coordenação que encontramos no hospital estudado é de salientar, a par da estan-

tos cognitivos. Assim, adoptando a conceitualização de Lawrence e Lorsch (1967) retomada por Baldwin (1978) num estudo aplicado aos hospitais norte americanos, procurámos no discurso dos entrevistados diferenças de atitude relativas à natureza dos objectivos, ao horizonte temporal e ao estilo de liderança. Pudemos evidenciar diferenças significativas entre os membros do conselho de administração, que prosseguem objectivos quantitativos e de médio prazo com maior intensidade, e os profissionais cujos objectivos são de natureza essencialmente qualitativa e de curto prazo. Mas no seio dos profissionais registam-se igualmente diferenças entre chefias médicas e de enfermagem quan-

consideram haver hoje uma melhoria substancial.

No que concerne a identidade, chefias médicas e de enfermagem identificam-se com a sua profissão, privilegiando a sua carreira, em detrimento da organização. Verifica-se assim uma fragmentação identitária, para utilizar o conceito de Cremadez (1992).

Face a estes dados, procurámos, no discurso dos entrevistados, conteúdos que nos colocassem em presença de conflitos interserviços ou interprofissionais. Neste hospital constatamos que o conflito não é significativo. Todos os entrevistados se referem à pequena dimensão desta organização que, possibilitando muito ajustamento mútuo, dificulta a emergência de conflitos expressos. Consideramos igualmente que a diversidade dos mecanismos de integração contribui para a baixa conflituosidade nesta instituição.

Um outro resultado do estudo realizado diz respeito ao modo como os membros do conselho de administração definem o seu próprio papel. Com efeito afirmam-se como garante das fronteiras da organização, assegurando as relações com o exterior da organização no sentido da negociação dos recursos. De forma libertam os profissionais das pressões do meio envolvente externo e asseguram-lhes as condições para trabalhar. Os membros do vértice estratégico definem-se ainda como gestores dos conflitos internos. Esta autopercepção corresponde cabalmente ao perfil que Mintzberg traça para o administrador profissional.

A história recente do HDE constitui um bom exemplo do poder dos profissionais e das dificuldades que uma tentativa de controlo pela hierarquia de enfrentar. Uma administração mais centralizadora viu-se impossibilitada de terminar o seu mandato. A contestação dos médicos obrigou o Ministério

a burocracia profissional aparece-nos como um sistema imperfeitamente conectado

dardização das qualificações (o HDE recebe profissionais devidamente formados e socializados), muito ajustamento mútuo. A integração das actividades realiza-se, por um lado, através destas relações informais (ajustamento mútuo) e, por outro, através de grupos de trabalho e comissões. Ainda no centro operacional, mas apenas no corpo de enfermagem a integração efectua-se também através da hierarquia, na medida em que existe alguma standardização dos procedimentos (a implementação dos sistemas de enfermagem e de classificação de doentes são disso exemplo). Assim, constata-se a existência de múltiplos mecanismos de integração das actividades.

Sendo o hospital uma estrutura complexa e fragmentada, procurámos os indícios de diferenciação nos proces-

to à natureza qualitativa dos objectivos: os médicos apresentam essencialmente preocupações de carácter técnico-científico, enquanto os enfermeiros manifestam uma orientação humanista, confirmando os resultados de Baldwin (1978)

Quanto ao estilo de liderança, os dados emergentes referem-se apenas à centralização / descentralização da tomada de decisão, tendo-se registado diferenças entre as percepções dos membros do conselho de administração e dos directores de serviço (afirmando os primeiros que fomentam a participação, enquanto os médicos directores dos serviços, consideravam essa participação insuficiente). As chefias de enfermagem, por seu lado, referindo-se ao passado recente sob uma administração mais centralizadora,

Saúde a substituir o conselho de administração. Verifica-se assim, que a intenção de centralização do poder, através de uma liderança política, faz surgir de imediato o conflito com o centro operacional. Este conflito só será apaziguado voltando a dar o poder ao centro operacional.

Finalmente, pudemos constatar que a perspectiva do cliente encontra-se ausente do discurso dos entrevistados. O hospital tem utentes a quem é facultada a possibilidade de reclamar (no gabinete do utente) mas não instituiu mecanismos para sua auscultação sistemática. Se considerarmos, com Hirschman, que apenas os sistemas que promovem as reclamações dos clientes se actualizam e aperfeiçoam, podemos concluir que, estando os profissionais afastados da pressão do utente, não se impõe a institucionalização de mecanismos para a melhoria da qualidade. Confirmamos mais uma vez o modelo teórico da burocracia profissional, segundo o qual existiria pouca tendência para a inovação e mudança.

Conclusões

Podemos assim concluir que este pequeno hospital mostrou possuir a maioria das características da burocracia profissional, tal como é descrita pelos teóricos.

No Hospital estudado o conflito não é significativo. Em nosso entender vários factores concorrem para esta situação: em primeiro lugar julgamos de salientar a importância do ajustamento mútuo entre profissionais que, conjuntamente com a standardização das qualificações permite a coordenação das actividades. (Recorde-se que Mintzberg apenas refere a standardização das qualificações).

Um segundo factor que nos parece responsável pelo baixo nível de conflito nesta organização, diz respeito à

diversidade dos mecanismos de integração registados neste hospital e, nomeadamente, o funcionamento de comissões e grupos de trabalho. Também em determinados grupos profissionais a instituição de procedimentos mais uniformizados e o trabalho em equipa, procura fomentar uma identidade organizacional e não apenas profissional.

E finalmente, a importância da administração da instituição que, ao definir-se como o garante das fronteiras organizacionais e o gestor dos conflitos internos, ao realçar a importância da participação dos profissionais, respeita integralmente as características dos sistemas imperfeitamente conec-

Parece delinear-se uma mudança no sentido da institucionalização de uma estrutura adocrática, respeitando os princípios dos sistemas imperfeitamente conectados.

Gostaríamos de terminar este artigo com uma reflexão relativamente às organizações de ensino, onde a influência da tecnologia ainda não se fez sentir. O campo do saber tem-se, é um facto, alargado criando novas disciplinas e exigindo cada vez maior interdisciplinaridade, essencialmente ao nível da investigação. Ao nível da escola, o mal-estar que hoje se manifesta ao nível social, dever-se-á à configuração adoptada, a burocracia profissional, que concedendo o poder aos seus profissi-

a diversidade dos mecanismos de integração contribui para a baixa conflituosidade

tados, conseguindo, assim gerir a instituição sem conflitos de maior.

A crescente sofisticação da tecnologia começou já a criar interdependências entre profissionais. O tempo em que o médico actuava só face aos seus doentes tende a desaparecer.

Pre vemos que a crescente interdependência entre os diferentes profissionais, que já se começa a verificar, venha aumentar significativamente os níveis de conflito na organização hospitalar. Com efeito, o grupo dos médicos, hoje ainda dominante, verá disputado o estatuto pelos outros grupos profissionais.

A interdependência entre profissionais das mais diversas especialidades virá a pôr em questão a presente estrutura organizacional, obrigando a uma maior orientação para o cliente.

onais, exerce pouca pressão no sentido da auscultação do cliente e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade.

Seria interessante estudar também a instituição escolar, permitindo encontrar soluções organizacionais garantidas de uma melhoria de qualidade.

d'a

Notas

1 Sherif, M., Harvey O.J., White, B.J., Hood, W.R. e Sherif, C.W. (1961). *Intergroup conflict and Cooperation: The Robbers Cave Experiment. Já célebre experiência citada por Maria Benedita Monteiro (1993) Conflito e cooperação nas relações intergrupais.* Vala, J. e Monteiro, M.B. (coord.). *Psicologia Social.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

2 Vala, Lima e Monteiro. *Conflitos intergrupais em contexto organizacional, problemas de investigação e intervenção,* in Vala, J., Monteiro, M.B., Lima, L. e Caetano (1994): 63-78 e Monteiro, M.B., Lima, L. e Vala, J. *Relações entre Grupos e Gestão de Conflitos, a retórica da discriminação,* in Vala, J., Monteiro, M.B., Lima, L. e Caetano (1994): 79-98

3 A organização mecanicista segue os princípios da autoridade legal e racional de Weber (1949). São eles, uma direcção centralizada, separação entre a direcção e a execução, coordenação realizada através de norma, regulamentos ou procedimentos estandardizados e controlados pela hierarquia.

Bibliografia

- Alcorn, S. (1990). Using matrix organisation to manage health care delivery organisations. *Hospital and Health Services Administration*, 35: 4, 575-590.
- Baldwin, L. (1978). An empirical study: the effect of organisational differentiation and integration on hospital performance. In A. Kovner and D. Neuhauser (eds.) *Health and Services Management readings and commentary.* New York: Health Administration Press.
- Bardin, L. (1994). *Análise de Conteúdo.* Tradução portuguesa. Lisboa: Edições 70.
- Blacker, F., Reed, M. & Whitaker, A. (1993). Editorial introduction: knowledge workers in contemporary organisations. *Journal of Management Studies*, 30: 6, 851-862.
- Cremadez, M. (1992). *Le Management Stratégique Hospitalier.* Paris: Dunod.
- Etzioni, A. (1974). *Análise Comparativa das Organizações Complexas, sobre o poder, o engajamento seus correlatos.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lawrence, P. & Lorsch, J. (1973). *Adapter les Structures de l'Entreprise, intégration ou différenciation.* Paris: Les Editions d'Organisation.
- Miner, J. (1988). *Organizational Behavior, performance and productivity.* New York: Random House.
- Mintzberg, H. (1982). *Structures et dynamique des Organisations.* Paris: Les Editions d'Organisation.
- Neuhauser, D. (1978). The hospital as a matrix organisation. In A. Kovner & D. Neuhauser (eds.) *Health and Services Management, readings and commentary.* New York: Health Administration Press.
- Nunes, F. (1994). As Organizações de Serviços de Saúde, alguns elementos distintivos. *Revista Portuguesa de Gestão*, 3-4: 5-28.
- Orton, J. D. & Weick, K. (1990). Loosely Coupled Systems: a reconceptualization. *Academy of Management Review*, 15 (2): 203-223.
- Ouchi, W. (1986). *Teoria Z, como as empresas podem enfrentar o desafio japonês.* São Paulo: Nobre.
- Ramos, F. (1994). O financiamento público do Sistema de Saúde. Caridade do Estado ou a busca da eficiência? *Revista Portuguesa de Gestão*, 3-4: 67-74.
- Stelling, J. & Bucher, R. (1972). Autonomy and monitoring on hospital wards. *The Sociological Quarterly*, 13 (Fall): 431-446.
- Starbuck, W. (1992). Learning by Knowledge-Intensive Firms. *Journal of Management Studies*, 29: 6: 713-740.
- Vala, J. (1986). A Análise de Conteúdo. Organizadores: A. Santos Silva, & J. Moreira Pinto (1986). *Metodologias das Ciências Sociais.* Porto: Edições Afrontamento.
- Vala, J., Monteiro, M.B., Lima, L. e Caetano, A. (1994). *Psicologia Social das Organizações, estudos em empresas portuguesas.* Lisboa: Edições Celta.

Potencial dos Sistemas e Tecnologias de Informação para o Negócio Turístico

Sílvia Fernandes

Assistente da ESGHT

«Está a emergir uma mudança fundamental na natureza e aplicação das tecnologias de informação na gestão (...) com profundas e extensas implicações para as organizações (...). Muitas empresas estão a ter grandes dificuldades em expandir a computação para além dos bastidores do processamento de dados para a linha da frente do negócio, na entrega de serviços e produtos aos clientes.»

(Tapscott e Caston, 1993, pp. 51-52)

Introdução

O ambiente sócio-económico actual caracteriza-se por uma crescente instabilidade, para a qual têm contribuído factores como: a globalização das economias, o reforço da concorrência daí resultante, a diversificação de mercados, o ritmo acelerado de evolução tecnológica, entre outros. Face à imprevisibilidade característica destes factores, não existem soluções únicas e certas e não existem estratégias seguras de sucesso. O tempo de decisão torna-se um factor crítico de sucesso, pelo que se atribui cada vez maior importância à informação como elemento de racionalização da tomada de decisão. A informação potencia a estruturação das decisões, contribuindo assim para a redução da incerteza e do tempo de resposta que são os atributos que mais valor acrescentam à gestão no actual contexto económico. Se a informação for gerida como «recurso» ou «activo» estratégico, utilizando para isso os mesmos critérios económicos que se aplicam na gestão dos outros recursos essenciais - como

o capital e o trabalho - as empresas poderão tirar partido da informação como factor de diferenciação competitiva.

Por sua vez, para aumentar a eficácia na gestão do recurso informação, reconhece-se o potencial contributo dos sistemas e tecnologias de informação (SI/TI), pelo seu rigor estruturante e sobretudo pelas suas novas potencialidades de descentralização e integração de dados e processos que hoje ultrapassam largamente a fronteira entre a organização e o meio envolvente. Podem destacar-se os sistemas de bases de dados relacionalmente geridas e os sistemas descentralizados de rede que têm proporcionado a comunicação intra e inter-organizacional em tempo real, contribuindo para a integração alargada das cadeias de valor dos vários agentes envolvidos no sistema global do negócio ou sector alvo de interesse. A independência no espaço e no tempo daí resultante pode desencadear impactos estratégico-estruturais importantes nas empresas envolvidas, o que vem reforçar o poten-

cial competitivo dos SI/TI e avivar a necessidade de integrar a gestão dos SI/TI no planeamento estratégico do negócio.

Como sector objecto de estudo de alguns dos principais impactos dos SI/TI, foi escolhido o sector turístico pelo particular interesse que este revela para a nossa região e, daí, pela importância de que se reveste o seu estudo a todos os níveis. Embora os potenciais impactos dos SI/TI, a seguir abordados sobre o sector turístico, se possam estender a outros sectores e actividades, procurou-se centrar a sua abordagem no referido sector e sectores relacionados pelas razões atrás mencionadas.

a informação é um recurso crítico em todos os negócios turísticos

Potenciais Impactos dos SI/TI na «Cadeia de Valor» do Negócio Turístico

O negócio turístico caracteriza-se por uma grande diversidade de produtos e destinos que, embora criem uma grande riqueza de experiências, criam também uma grande complexidade. Os próprios turistas contribuem para o aumento dessa complexidade através da heterogeneidade dos seus perfis e necessidades e da sua crescente sofisticação (Peacock, 1994; Zornoza, 1995). Todos estes aspectos fazem da informação um recurso crítico em todos os negócios turísticos e encarecem, para os operadores turísticos, os custos de pesquisa da informação de que necessitam. Por isso, a organização das fon-

tes de dados facilmente acessíveis sobre determinado produto ou destino turístico constitui um factor vital para gerar procura e assegurar a satisfação e fidelização do turista. Nesta afirmação, está implícito o valor potencial dos SI/TI, não só a nível da organização interna, como também a nível externo. Em seguida são sistematizados alguns dos principais impactos dos SI/TI com particular enfoque na cadeia de valor do negócio turístico, tais como:

- o potencial dos SI/TI na melhoria da eficiência operacional. As TI contribuem não só para a redução dos tempos de operação, como também dos erros lógicos frequentes em serviços massificados como acontece, por

exemplo, com as operações de: gestão de clientes; gestão de reservas; gestão de divisas; entre outras (Go, 1992);

- o potencial dos SI/TI na redução dos custos operacionais. Grande parte das actividades que integram a cadeia de valor do negócio turístico centram-se na prestação de serviços, pelo que uma grande percentagem dos custos operacionais resulta de operações de tratamento de informação (Zornoza, 1995). A automatização de qualquer área operacional incorre geralmente numa redução de custos, uma vez que o tratamento informático é bem mais eficiente que o tratamento manual;

- o potencial dos SI/TI na melhoria da produtividade do trabalho e na redução de trabalho menos qualificado

(Pine, 1992). Uma vez automatizadas as operações de rotina administrativa, começa-se a requerer do pessoal um perfil de competências mais comercial e assessor, que conjugue conhecimentos técnicos com conhecimentos de gestão para uma melhor adequação dos SI/TI aos objectivos e necessidades reais da empresa. Torna-se assim cada vez mais imperativa a necessidade de integrar a estratégia de SI/TI na estratégia de negócio e de orientar as suas sinergias para o mercado e para o cliente;

- o potencial dos SI/TI na melhoria da qualidade do serviço ao cliente, não só pela criação de novos serviços ou de novas formas mais eficazes de o realizar, como também pela libertação das tarefas de rotina, o que facilita a dedicação a um atendimento mais personalizado (Reid e Sandler, 1992; Zornoza, 1995);

- o potencial dos SI/TI na ligação e integração das empresas turísticas com todos os potenciais canais e agentes que actuam no sistema global de valor do negócio, tais como por exemplo: clientes; operadores turísticos; unidades hoteleiras; companhias aéreas; rent-a-car's; canais de distribuição; entre outros quer a nível nacional, quer a nível internacional (Kasavana e Davy, 1992; Zornoza, 1995). Soluções estratégicas inter-organizacionais globais permitirão captar na origem as diversas transacções ligadas ao sistema de valor do negócio turístico, que incidem directamente ou indirectamente envolvidos, contribuindo, entre outros aspectos, para superar os custos e ineficiências do processo de intermediação que a indústria turística muitas vezes está sujeita. Pela importância deste aspecto, apresentam-se a seguir alguns dos principais impactos que po-

advir da exploração do potencial dos SI/TI inter-organizacionais para o sistema de valor global do sector em estudo.

Potenciais Impactos dos SI/TI no «Sistema de Valor» do Sector Turístico

O negócio turístico tem vindo a ser ameaçado por uma série de factores que estão a produzir uma mudança profunda no sector. Entre eles, destacam-se: a inovação tecnológica; a formação tecnológica dos próprios clientes e, sobretudo, a crescente segmentação do mercado e a liberalização dos sistemas de distribuição que tem desencadeado um intenso processo de desintermediação (Zornoza, 1995). Perante estas mudanças, as empresas turísticas encontram nos SI/TI, quer intra, quer inter-organizacionais, uma potencial alavanca para melhorar a sua posição competitiva no actual contexto sócio-económico.

Sendo de destacar as externalidades que podem ser geradas pelos sistemas de rede inter-organizacionais, dada a multiplicidade de serviços que podem integrar um produto turístico, os SI/TI para o sector do turismo devem ser reorientados no sentido de integrarem um sistema logístico global suficientemente flexível à integração de outros sectores do sistema global de valor do negócio turístico (Kasavana e David, 1992). A escala de integração e extensão dos sistemas inter-organizacionais turísticos reforçará o suporte da função de decisão do turista em relação a um pacote completo de serviços. Assim, entre as principais tendências a enfrentar pelos fornecedores de serviços turísticos (Reid e Sandler, 1992; Zornoza, 1995), destacam-se as seguintes:

- a oferta de serviços atempados e personalizados tende a tornar-se um

imperativo. A qualidade das características de acesso e de apresentação do produto serão tão importantes como a qualidade do produto em si;

- a oferta de pacotes integrados deverá incorporar a flexibilidade necessária para facilitar a configuração de produtos individuais «à medida». A sua divulgação e distribuição electrónica, nomeadamente através de sistemas de «quiosques» multimédia ou através da «Internet», poderá coexistir com políticas económicas de concorrência e de oferta e procura;

- a venda directa de serviços ao consumidor final, sem intermediação de outros agentes, extender-se-á à escala mundial. Por exemplo, através da

a eficácia da sua gestão e a qualidade do capital humano envolvido são factores críticos para o sucesso da internalização dos SI/TI naqueles negócios.

Breves Recomendações de Carácter Geral

A importância dos potenciais impactos estratégico-estruturais dos SI/TI nas organizações leva a concluir que cada vez mais o planeamento tecnológico nas empresas deve ser integrado na própria estratégia de negócio desde o início, ou seja, desde o debate sobre a natureza da mudança necessária e das alternativas disponíveis. As iniciativas de SI/TI incorrem quase sempre em grandes

os sistemas e tecnologias de informação são os mais importantes instrumentos de transformação tecnológica

«Internet», poderá aceder-se a uma grande variedade de serviços interactivos a partir de qualquer local, quer de terminais privados de clientes ou empresas, quer de terminais de acesso público.

Por todas estas considerações, os SI/TI inter-organizacionais tendem a ser os mais importantes instrumentos de transformação estratégica do sector turístico, entre outros. Não só pelo seu potencial na melhoria da qualidade do serviço, como também pelas oportunidades que oferecem de optimização do fluxo e do uso do recurso informação para alcançar vantagens competitivas. A consciencialização dos gestores dos diferentes negócios turísticos para as oportunidades competitivas dos SI/TI e a preocupação com o desenho de processos que melhorem

somas de investimento e não estão certas dos benefícios concretos a atingir porque quase nunca são confrontadas com as verdadeiras prioridades da estratégia empresarial. Isto porque predomina ainda nas empresas uma grande imaturidade quanto à questão da avaliação económica dos SI/TI, sendo estes frequentemente tratados como um custo e não como um «activo» para as empresas (Earl e Feeny, 1994). Se os SI/TI, pelas suas potencialidades inerentes, podem actuar como agentes de mudança da estrutura e estratégia não só de uma organização como também de toda uma indústria, então devem ser considerados e avaliados como um recurso estratégico ou «activo» e não como uma mera despesa de equipamento.

O Planeamento estratégico dos SI/TI deve assim centrar-se na identificação de aplicações que sirvam a estratégia da empresa ou que criem novas oportunidades de negócio. Para tal devem contribuir, além dos especialistas e gestores de SI/TI, os gestores de topo pela sua visão do negócio e pelas suas competências de gestão executiva. Daí, que, segundo Earl e Feeny (1994), seja da maior relevância para a empresa que a equipa de gestão de SI/TI integre também a gestão de topo para que os projectos de SI/TI sejam geridos como projectos de negócio e não como meros desenvolvimentos técnicos. Uma visão partilhada do potencial competitivo dos SI/TI e um diálogo aberto e constante com a gestão executiva são condições essenciais para orientar a concepção dos SI/TI no sentido dos objectivos estratégicos da empresa. Por todas estas razões, os projectos de SI/TI não devem ser exclusivamente delegados ao pessoal de SI/TI que tem uma perspectiva predominantemente técnica e de curto prazo, centrada na «performance» operacional das TI. Falta-lhes uma perspectiva proactiva e de longo prazo da estratégia global da empresa. Daí que se deva incentivar nos profissionais de SI/TI um perfil «híbrido» de competências (Zorrinho, 1991), isto é, multidisciplinar que integre um «mix» adequado de capacidades e conhecimentos técnicos e de gestão para facilitar o trabalho em equipa com a gestão de topo e assim orientar os investimentos em SI/TI na direcção da estratégia global de negócio.

d'a

Bibliografia

- Earl, M. e Feeny, D. (1994) - «Is your CIO Adding Value?», Sloan Management Review, Vol. 35, 3, pp. 11-20
- Go, F. (1992) - «The Role of Computerized Reservation Systems in the Hospitality Industry», Tourism Management, Vol. 13, Nº 1, pp. 22-26
- Kasavana, M. e David, J. (1992) - «Creating a Micro-processor Environment Through Systems Integration», The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly, Vol. 33, Nº 4, pp. 57-62
- Peacock, M. (1994) - «Dear Doctor Ludd: Some Questions on the Hospitality Industry and Advancing Technological Change», International Journal of Hospitality Management, Vol. 13, Nº 1, pp. 1-10
- Pine, R. (1992) - «Technology Transfer in the Hotel Industry», International Journal of Hospitality Management, Vol. 11, Nº 1, pp. 3-22
- Reid, D. e Sandler, M. (1992) - «The Use of Technology to Improve Service Quality», The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly, Vol. 33, Nº 3, pp. 68-73
- Tapscott, D. e Caston, A. (1993a) - «The New Promise of Information Technology», Business Administration Quarterly, Vol. 57, Nº 4, pp. 51-60
- Zornoza, C. (1995) - «Dirección Hotelera y Tecnologías de la Información: Un Análisis Empírico en la Empresa Hotelera Valenciana», Estudios Turísticos, Nº 125, pp. 19-52
- Zorrinho, C. (1991) - Gestão da Informação, Lisboa, Editorial Presença, Biblioteca de Gestão Moderna

Estudo do Perfil do Turista do Algarve:

via aérea - época alta 1995

Paulo Águas

Prof. Adjunto da ESGHT

Catarina Pinheiro de Melo

Licenciada em Marketing pela ESGHT

1. Introdução

Estabelecimentos de ensino superior, empresas de consultoria e organizações do sector turístico, nas quais se incluem os organismos públicos, são as entidades com maior envolvimento na investigação em turismo (Cook e Azucenas 1994).

As ONTs¹ são oficialmente reconhecidas como as organizações especializadas em turismo ao nível nacional. Através desta organização não lucrativa o Estado desempenha um papel crucial no marketing do país enquanto destino turístico (Moutinho, Rita e Curry 1996).

Rita (1996) na condução de um estudo empírico sobre as ONTs refere uma população com 172 elementos, o que traduz uma implantação generalizada à escala mundial deste tipo de organizações. Todos os 24 países da designada Europa Ocidental possuem uma ONT, ou na forma de organização privada, ex.: Áustria, Holanda, Alemanha, Suíça e Reino Unido, ou como parte do governo, ex.: Bélgica, França e Espanha. Em qualquer dos casos, assiste-se a uma intervenção do Estado, em grau variável, mas que nunca deixa de se verificar, mesmo nos países de economia mais liberal (Kosters 1994)

Em Portugal, o ICEP - Investimento, Comércio e Turismo de Portugal assume o papel de ONT. O ICEP é um serviço público da Administração Central com autonomia financeira (Silva e Neves 1992). Em síntese, as responsabilidades do ICEP consistem na informação e promoção turística, nas relações públicas e na assistência técnica (CCE 1995).

Embora seja crescente o número de ONTs que elaboram planos de marketing, o esforço em pesquisa de mercado ainda continua a ser reduzido. A principal justificação para esta situação é dada pela grande importância assumida pelos acontecimentos externos, não controláveis, na actividade turística (WTO 1995).

A investigação nas ONTs deve ser de natureza aplicada. Os estudos devem ser definidos, conduzidos e interpretados de acordo com as necessidades de planeamento e operacionais das organizações (Taylor 1994). Na Europa apenas alguns países conduzem programas de pesquisa de mercado. Os elevados custos inerentes à pesquisa de campo (field research) não permitem que as ONTs de dimensão média possam realizar este tipo de investigação de for-

ma sistemática. Por outro lado, a não uniformização da pesquisa dificulta a recolha de informação de estudos realizados nos países emissores sobre os padrões de comportamento da sua população (desk research), pois os dados não são comparáveis (Kosters 1994).

Cook e Azucenas (1994), num trabalho sobre a investigação realizada pelas Organizações de Turismo das Províncias do Canadá e dos Estados dos EUA, identificam cinco grandes áreas de pesquisa:

- análise de impactes (ex.: económicos, sociais, ambientais e psicológicos);
- análise de mercados (ex.: estudo de imagem, barómetro do turista, estudos sobre motivações e comportamentos, inquérito de saída, etc..)
- avaliação de programas (ex.: prétestes de mensagens e de veículos de comunicação, testes de publicidade, pesquisa de utilização de cupões de promoção, etc..)
- identificação de recursos turísticos (ex.: inventário da oferta, identificação de oportunidades de investimento e de áreas carenciadas de infraestruturas, etc..)
- monitorização da actividade (ex.:

pesquisa para apoio ao planeamento, estudos sobre destinos concorrentes, previsão da procura, etc..)

A análise de mercados apresenta-se como a área mais rica em termos de variedade de estudos listados, 12 num total de 32 (37,5%). Em média, os estudos da área de avaliação de programas são os de realização mais generalizada no conjunto das entidades consultadas, ocorrendo o oposto com a área de monitorização da actividade. Ainda de acordo com o estudo de Cook e Azucenas (1994), os principais obstáculos à actividade de pesquisa resultam de restrições orçamentais e de escassez de pessoal.

A investigação conduzida sobre o perfil do turista do Algarve enquadra-se na área de pesquisa de análise de mercados (inquérito à saída) das Organizações de Turismo. O projecto foi desenvolvido por uma equipa da Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo e co-financiado pela Região de Turismo do Algarve, à qual foram apresentados os termos de referência da investigação.

O projecto teve como principal objectivo caracterizar o perfil do turista que visitou o Algarve na época alta de 1995, meses de Julho a Setembro, utilizando o avião como meio de transporte. A informação obtida é útil para as necessidades de planeamento de marketing ao nível da identificação de segmentos de mercado, *targeting* e posicionamento.

2 Metodologia

2.1. Amostragem

O estudo teve como universo todos os turistas com idade superior a 18 anos ou idade inferior desde que viajassem não acompanhados por adultos e que utilizaram o Aeroporto Internacional de Faro, nos meses de Julho a Setembro 1995, para regressar aos locais de origem. Admitiu-se que a esmagadora maioria, senão mesmo a totalidade, dos referidos turistas também uti-

lizou o transporte aéreo para chegar ao destino Algarve.

O plano de amostragem foi estratificado por país de destino do voo, tendo sido consultado para o efeito os voos previstos para o Aeroporto Internacional de Faro durante o período em análise.

A distribuição percentual dos valores previstos do universo e da amostra realizada foi a seguinte:

Reino Unido:	universo 36,5%; amostra 41,5%.
Alemanha:	universo 24,3%; amostra 24,1%.
Portugal:	universo 9,6%; amostra 2,4%.
Holanda:	universo 7,1%; amostra 8,0%.
Irlanda:	universo 5,9%; amostra 4,1%.
Bélgica:	universo 3,0%; amostra 4,2%.
Suiça:	universo 2,9%; amostra 2,3%.
França:	universo 2,2%; amostra 3,0%.
Áustria:	universo 1,7%; amostra 4,8%.
Itália:	universo 1,4%; amostra 0,5%.
Dinamarca:	universo 1,3%; amostra 0,2%.
Espanha:	universo 0,9%; amostra 0,2%.
Noruega:	universo 0,7%; amostra 0,3%.
Suécia:	universo 0,5%; amostra 0,2%.
Finlândia:	universo 0,5%; amostra 1,1%.
Luxemburgo:	universo 0,3%; amostra 0,2%.
Rússia:	universo 0,2%; amostra 0,0%.
Islândia:	universo 0,2%; amostra 0,0%.
Países da ex-Jugoslávia:	universo 0,2%; amostra 0,0%.

conjunto de outros países de residência: universo 0,5%;
amostra 2,9%.

A maior diferença da amostra ao universo previsto ocorreu em relação a Portugal (voos domésticos), contra 9,6%. Tratou-se de uma pequena discrepância resultante de:

- muitos passageiros nacionais pernôitam no Algarve pelo que não fazem parte do universo em estudo

- os voos domésticos para Lisboa são também utilizados por passageiros não residentes em Portugal para viagens internacionais.

As restantes diferenças entre os valores previstos e os valores da amostra podem ser consideradas irrelevantes e resultam de:

- agregação de alguns países devido a efeitos de recolha que impossibilitam o controlo do número de questionários realizados por país;²

- alguns países não têm ligações directas com Faro pelo que não dispõem, a priori, informação sobre a distribuição dos respectivos fluxos turísticos

- dificuldades de comunicação com alguns turistas, nomeadamente portugueses, que não se mostraram disponíveis para responder ao inquérito;³

- voos para destinos pouco frequentados em horários não cobertos pelo período de realização de inquéritos

O inquérito foi realizado através do método de entrevista directa no momento de embarque do Aeroporto Internacional de Faro no momento de regresso ao país de origem. A cada um dos entrevistadores envolvidos no processo de recolha de informação, aluna do Curso Superior de Turismo da Universidade do Algarve, foi indicado um determinado número de questionários a realizar por país de residência. Os turistas foram seleccionados ao acaso, tendo sido dadas indicações aos entrevistadores para que concentrassem a sua acção nos locais da zona de embarque e que escolhessem os inquiridos com base

critérios pessoais (ex.: homem/mulher; jovem/idoso; louro(a)/moreno(a); alto/baixo, etc..).

O número final de questionários validados (dimensão da amostra) foi de 1345, o que garante apuramentos com um grau de confiança a 95% e uma margem de erro máxima inferior a 5%.

2.2. Dados recolhidos e apuramentos

O inquérito permitiu a recolha de dados sobre:

- Características pessoais (país de residência, idade, composição do grupo, actividade profissional e habilitações literárias);

- Viagem ao Algarve (experiência de visita, motivo da viagem, factores de escolha, noites de permanência, tipo de alojamento, local / concelho do alojamento e modo de reserva do alojamento);

- Despesas realizadas (despesa global, na agência e na estada e distribuição dos gastos na estada por classes de despesa);

- Opinião sobre as férias (classificação das férias por atributo e intenção de regressar ao Algarve).

O conteúdo não diferiu substancialmente de outros inquéritos realizados nesta área, nomeadamente os de McQueen e Miller (1985) e de Andereck e Caldwell (1994).

Por se considerar que a amostra recolhida não se afastava das características conhecidas do universo em estudo, os apuramentos globais foram realizados sem qualquer ajustamento dos dados recolhidos.

Para além dos apuramentos globais procedeu-se a testes para verificação da existência de relação entre variáveis. O Quadro 1 apresenta as variáveis explicativas utilizadas, classificadas por critério de segmentação.

3. Síntese do Perfil do Turista

- Idade média de 33,4 anos, com 4,3% acima dos 55 anos.

- Aproximadamente dois terços dos turistas são provenientes do Reino Unido (41,5%) e da Alemanha (24,1%).

- Em média, viajam em grupos com 3,6 pessoas, 0,5 das quais têm menos de 16 anos.

- Aproximadamente um terço dos turistas (33,2%) têm profissões técnicas, artísticas e similares e quase metade (48,3%) possui grau académico ou frequência do ensino superior.

- Para uma vasta maioria (63,3%) é a sua primeira visita ao Algarve. Os que repetem a visita vieram, em média, 2,3 vezes ao Algarve nos últimos 5 anos.

- Apenas 11,1% visitam outro país no decurso desta deslocação.

- A casa/apartamento sem residentes não classificada é o tipo de alojamento mais utilizado (30,4%).

- Mais de um terço (35,3%) dos turistas não recorre aos serviços de agências/operadores para reserva do alojamento.

- O pacote agência mais utilizado (46,2%) inclui transporte e alojamento. Em 15,2% dos casos o pacote agência inclui aluguer de viatura.

- A despesa diária per capita é de 16,432\$00, repartida, aproximadamente, entre agência com 60% e dinheiro de bolso (despesa durante a estada) com 40%.

- O dinheiro de bolso é gasto, predominantemente, em alimentação e bebidas:

Critério de Segmentação	Variáveis Explicativas
geográfico	país de residência
demográfico	faixa etária
socio-económico	profissão habilitações literárias
comportamental	mês da visita experiência de visita modo de reserva do alojamento local do alojamento tipo de alojamento duração da estada intenção de regressar ao Algarve

Quadro 1

Variáveis Explicativas por Critério de Segmentação

- As férias constituem o principal, e quase único, motivo (94,2%) da actual viagem.

- Os principais factores de escolha do Algarve são, numa escala de 1 a 10, descanso/relaxe e praias (8,4), clima (8,3), gastronomia (7,8) e ar puro (7,0).

- O período médio de permanência é de 12,8 noites.

- Os concelhos de Albufeira (28,7%), Loulé (16,5%), Portimão (15,7%), Lagos (10,6%) e Lagoa (9,2%) recebem 80,7% dos turistas.

- 35,1% em supermercados e 27,0% em restaurantes e similares.

- Os factores mais apreciados na visita, numa escala de 1 a 10, são: clima (8,8), praias (8,7), descanso/relaxe (8,6), gastronomia (8,1) e ar puro (7,7). Tratam-se, precisamente, dos factores indicados como mais importantes na escolha do destino.

- Mais de metade (53,6%) dos turistas não sabe quando vai regressar, enquanto 43,2% pretende voltar num período máximo de 3 anos.

4. Poder Explicativo dos Critérios de Segmentação.

O Quadro 2 sintetiza os resultados dos testes efectuados para estudar a relação entre os critérios de segmentação (conjunto de variáveis explicativas) e as demais variáveis do inquérito.

Em linha são apresentadas as variáveis explicadas, individualmente ou em conjunto. Neste último caso o número encontra-se referenciado entre parêntesis. Em coluna são apresentadas as variáveis explicativas já referidas no Quadro 1. Os campos em branco indicam

ausência de relação entre as variáveis. No caso dos factores de escolha, das despesas e da classificação das férias o campo indica o número de variáveis, do respectivo conjunto, que apresenta relações estatisticamente significativas.

A leitura do Quadro 2 em coluna permite analisar o poder explicativo das diferentes variáveis e respectivos critérios de segmentação. As variáveis profissão e tipo de alojamento, colunas (3) e (9) e os critérios de segmentação sócio-económico e comportamental são os que apresentam maior poder explicativo.

Por sua vez, o país de residência, col (1) é a variável que apresenta o maior poder explicativo.

A leitura do Quadro 2 em linha permite analisar o grau de dificuldade em encontrar causas (variáveis explicativas) eventuais diferenças nos valores das variáveis. A despesa e a distribuição dos gastos durante a estada, o motivo de viagem e a composição do grupo são as variáveis mais difíceis de explicar, ou seja, são as que apresentam o maior grau de heterogeneidade na amostra recolhida.

Quadro 2
Poder Explicativo dos Critérios de Segmentação

Critérios de segmentação	Geog	Dem	Soc-Econ		Comportamental						
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Variáveis a explicar											
país de residência		•	•	•	X	•	•	•	•	•	•
faixa etária	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•
profissão	•	•		•	•	•	•		•		
habilitações literárias	•		•	•	•	•	•	•			
composição do grupo			•	•	•	•	•	•	•	•	•
experiência de visita			•	•	•	•	•	•	•	•	•
motivo da viagem	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•
factores de escolha (27) (a)		16	22	8	17	13	17	16	19	9	10
modo de reserva do alojamento	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•
local do alojamento	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•
tipo de alojamento	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•
duração da estada		•		•		•	•	•	•	•	•
despesa global (3) (b)			3	3	2	2	3	1	3		
despesa na agência (3) (c)			2	1	2	2	3	1	2		1
despesa durante a estada (3) (d)		1	1	;		1		1	3		
distribuição dos gastos na estada (8) (e)	1		2	2		1	4	2	2	1	
classificação das férias - opinião (24) (f)	2	3	12	9	5	14	5	8	11	222	
intenção de regressar ao Algarve	•	•	•			•	•	•	•	•	•
poder explicativo individual	11/81	29/81	50/81	31/81	33/80	44/81	43/81	37/81	50/81	20/81	42/81
poder explicativo relativo por critério de segmentação	13%	36%	61%	38%	41%	54%	53%	45%	61%	24%	52%
			50%					47%			

• apresenta relação estatisticamente significativa
X não se procedeu ao cruzamento dado que existem registos sobre os fluxos de tráfego aéreo por país de residência

(1) país de residência: Reino Unido; Alemanha; Holanda; Áustria; Bélgica e Irlanda.

(2) faixa etária: menos de 30 anos; 31-40 anos; 41-55 anos; mais de 56 anos.

(3) profissão: profissões científicas, técnicas e artísticas; directores e quadros superiores; pessoal administrativo e trabalhadores literários; pessoal do comércio e vendedores; trabalhadores daprodução; estudantes.

(4) habilitações literárias: ensino superior; ensino secundário completo; ensino secundário incompleto; ensino básico.

(5) mês da visita: Julho; Agosto; Setembro.

(6) experiência de visita: primeira visita; repetição de visita.

(7) modo de reserva do alojamento: reserva directa; reserva indirecta.

(8) local do alojamento: Albufeira; Loulé; Portimão; Lagos; Lagoa.

(9) tipo de alojamento: hotel; hotel apartamento; apartamento turístico; casa/apartamento alugado.

(10) duração da estada: 1-2 noites; 3-7 noites; 8-15 noites; mais de 15 noites.

(11) intenção de regressar ao Algarve: dentro de 1 ano; 3 anos; não sabe; nunca mais.

(a) descanso/relaxe; praias; clima; gastronomia; ar puro; alojamento preço/qualidade; h de; preço/qualidade; paisagem; segurança; acessibilidade; vida nocturna; compras; enriço pessoal; local onde nunca esteve; oportunidades de desporto; popularidade; tipicidade; s blicos; local calmo; conhece alguém que já cá veio; atracções históricas; bom para crianças; culturais; festivais; local onde vivem familiares e/ou amigos; golfe.

(b) global total; global per capita; global per capita/dia.

(c) agência total; agência per capita; agência per capita/dia.

(d) estada total; estada per capita; estada per capita/dia.

(e) % alimentação (supermercados); % bens e serviços diversos (restaurantes e bares); % a % transportes internos; % recreio e cultura;

% vestuário; % artigos domésticos; % cuidados médicos.

(f) clima; praias; descanso/relaxe; Algarve no geral; gastronomia; ar puro; segurança; hos paisagem; acessibilidade; alojamento preço/qualidade; bom para crianças; preço/quali nocturna; compras; oportunidades de desporto; tipicidade; enriquecimento pessoal; gol públicos; local calmo; atracções históricas; actividades culturais; festivais.

5. Conclusões e Recomendações

As conclusões e recomendações que de seguida se apresentam têm por base os resultados dos apuramentos ventila- dos por variável explicativa, os quais podem ser consultados em Águas et al. (1996).

a) Os dois principais mercados (países) geradores de fluxos turísticos para o Algarve, britânico e alemão, apresentam algumas diferenças que merecem ser destacadas. Em termos relativos, os turistas residentes no Reino Unido têm um melhor conhecimento do destino (maior percentagem de repetição de visitas) e revelam um grau de fidelização superior (maior percentagem de intenção de regresso dentro de 1 e 3 anos) ao dos turistas residentes da Alemanha. Para além de pertencerem a uma faixa etária menos jovem, os britânicos são provenientes de um estrato sócio-profissional mais elevado do que os alemães pois são mais letrados e as profissões científicas, técnicas e artísticas e os quadros superiores são mais frequentes.

O Reino Unido apresenta-se como um mercado maduro e fidelizado que prefere como alojamento a casa/apartamento alugado que encontra disponível nos canais de distribuição. A Alemanha apresenta-se como um mercado em crescimento, ainda não fidelizado, que recorre menos à reserva de alojamento directa, privilegiando o hotel como tipo de alojamento.

Recomendação: Analisar o perfil dos turistas britânicos e alemães que integram os respectivos fluxos turísticos internacionais com o objectivo de determinar se as diferenças indicadas resultam de um desigual desempenho do destino Algarve nos referidos mercados ou constituem o reflexo das características das origens.

b) O modo de reserva do alojamento apresenta-se muito relacionado com a experiência da visita. A repetição da visita potencia a reserva directa a qual está mais orientada para formas de alojamento não classificado. Contudo, verifica-

-se que parte da reserva indirecta de alojamento também utiliza formas de alojamento não classificado, mais concretamente a casa/apartamento alugado.

Recomendação: Consultar as brochuras dos operadores turísticos que programam o Algarve, em especial britânicos, com o objectivo de identificar o alojamento não classificado que está nos canais de distribuição e encontrar mecanismos para a sua classificação.

c) A concentração espacial da procura nos cinco principais concelhos analisados, Albufeira, Loulé, Portimão, Lagos e Lagoa, não é idêntica para todos os segmentos. Um melhor conhecimento do destino e o consequente recurso à reserva directa de alojamento conduz a uma menor concentração espacial da procura. Os mercados alemão e austríaco apesar de um menor conhecimento do destino e de um menor recurso à reserva directa de alojamento apresentam os níveis mais baixos de concentração espacial.

Recomendação: Desenvolver medidas para aumentar o grau de fidelização e as quotas dos mercados alemão e austríaco.

d) O mês de Agosto apresenta diferenças relativamente a Julho e Setembro ao captar grupos maiores, com uma maior incidência na faixa etária 31-55 anos e nas profissões científicas, técnicas e artísticas e quadros superiores. Verifica-se um maior recurso ao alojamento classificado com uma despesa global e na agência mais elevadas. Agosto tem maior poder de atracção de primeiras visitas.

Recomendação: Nenhuma.

e) As primeiras visitas trazem turistas mais jovens, com estadas mais curtas e uma maior opção pelo alojamento classificado.

Recomendação: A par das medidas para aumentar o grau de fidelização, fomentar as primeiras visitas com o duplo objectivo de, no curto prazo, defender o alojamento classificado e de, no médio / longo prazo, permitir a renovação dos turistas fidelizados.

f) Albufeira e Portimão apresentam algumas características semelhantes que os distinguem dos restantes principais concelhos, nomeadamente: menor dependência face ao Reino Unido; maior captação de primeiras visitas e de jovens em grupos de menor dimensão; estadas mais curtas e menores despesas globais mas com maior recurso a alojamento classificado; menor grau de fidelização. O concelho de Loulé, seguido pelo de Lagos, apresenta o maior grau de fidelização a que não é alheio o facto de ser líder no segmento de alojamento casa própria.

Recomendação: Diversificar a oferta dos concelhos de Albufeira e Portimão excessivamente concentrada na praia e no self-catering.

g) Os vários tipos de alojamento desempenham funções diferentes necessárias a um equilíbrio ajustado entre procura e oferta. O alojamento classificado capta uma maior percentagem de primeiras visitas, com os hotéis e os hotéis apartamentos a gerarem as despesas na estada per capita e per capita/dia mais elevadas. A casa própria e a casa/apartamento alugado geram as maiores despesas globais dado que são utilizadas por grupos maiores com estadas mais longas que, na maior parte dos casos, se encontram fidelizados (estão a repetir a visita). Genericamente, o self-catering é procurado por grupos maiores enquanto o hotel por grupos de duas pessoas. O hotel é o alojamento classificado com maior capacidade de gerar repetição da visita, pelo que representa um papel decisivo na renovação de turistas fidelizados.

Recomendação: Preservar os diferentes tipos de alojamento, em especial o hotel, encontrando mecanismos de integração do alojamento não classificado.

h) Directores e quadros e turistas com formação ao nível do ensino superior apresentam os maiores graus de fidelização, pelo que se conclui que o Algarve não tem vindo a afastar os estratos só-

cio-profissionais mais altos. Desconhece-se se no passado a intenção de regressar destes grupos foi superior.

Recomendação: Monitorizar no futuro, com carácter regular, as intenções de regresso e a experiência de visita (primeira visita versus visita repetida).

i) Modo de reserva do alojamento, tipo de alojamento e profissão são as variáveis de ventilação com maior poder explicativo de diferenças entre as classes de despesa analisadas. Por sua vez, país de residência, duração da estada, intenção de regressar e faixa etária revelam um poder explicativo quase nulo.

O aumento da despesa global per capita/dia passa por maior captação de primeiras visitas utilizando o hotel e de estratos sócio-profissionais mais especializados (frequência do ensino superior e quadros superiores), independentemente do país de residência. São os turistas com formação de nível superior que afectam uma maior percentagem do dinheiro de bolso para o consumo de serviços de restauração e similares.

Recomendação: Captar estratos sócio-profissionais mais especializados é o meio mais eficaz para aumento das despesas (receitas na óptica do destino) e de estimular a restauração e similares.

j) A despesa na estada (dinheiro de bolso) per capita/dia é a componente de despesa que se apresenta mais homogénea para o conjunto das variáveis explicativas utilizadas. O tipo de alojamento é a única variável capaz de explicar diferenças, com o hotel a registar os valores mais elevados.

Perante este resultado pode-se concluir que os gastos na estada dependem mais da oferta do que da procura, sendo esta, em certo sentido, homogénea para o conjunto da região.

Recomendação: Requalificar a oferta para potenciar o aumento da despesa na estada per capita/dia.

k) Globalmente, o valor atribuído à opinião sobre o atributo é sempre superior à sua importância enquanto factor

de escolha, o que pode ser considerado um excelente resultado (experiência ultrapassa a expectativa). A opinião é mais favorável nos atributos/factores considerados como mais importantes na escolha do Algarve.

Os turistas que não pretendem regressar ao destino apresentam opiniões menos favoráveis sobre os atributos, passando-se o oposto para os que tencionam voltar dentro de 1 e 3 anos, respectivamente. Pode-se concluir que o desempenho do destino (opinião sobre os atributos) é o principal determinante da intenção de regressar.

Recomendação: Melhorar o desempenho global da prestação no destino de modo a que a experiência continue a ultrapassar as expectativas e, consequentemente, a gerar satisfação nos turistas potenciando o seu regresso.

l) Os atributos "golfe" e "bom para crianças" são os que apresentam a maior diferença absoluta e a maior progressão no ranking entre importância (expectativa) e opinião (experiência). Os atributos "preço/qualidade" e "enriquecimento pessoal" são os que apresentam a maior quebra no ranking entre importância e opinião.

Recomendação: Utilizar os atributos "golfe" e "bom para crianças" no posicionamento do Algarve.

d'a

Notas

1 A referência às ONTs faz-se em sentido lato, abrangendo as ORTs (Organizações Regionais de Turismo) e as OLTs (Organizações Locais de Turismo).

2 O plano de amostragem previu, desde o início, a agregação de alguns destinos devido à extrema dificuldade em inquirir, dada a sua reduzida expressão, o número exacto de turistas de países com quotas inferiores a 2%.

3 O inquérito estava disponível em português, inglês, alemão e francês.

4 Re correu-se a testes do qui-quadrado (variáveis explicativas e dependente qualitativas) através da construção de tabelas de contingência e a testes ANOVA (variável explicativa qualitativa e variável dependente quantitativa). Em ambas as situações a hipótese nula representava a inexistência de relação entre as variáveis. Todos os ensaios de hipóteses foram realizados para um nível de significância (p) de 5%.

Bibliografia

- Águas, P., Jesus, M., Viegas, M. e Corrales (1996), *Estudo do Perfil do Turista do Algarve Via Aérea - Época Alta 1995*, Faro, Universidade do Algarve (não publicado).
- Andereck, K. e Caldwell, L. (1994), "Visitor Selection in Tourism Market Segments: A Test of the 'Model'", *Journal of Travel Research*, 33 (1), 47.
- CCE - Comissão das Comunidades Europeias (1995), *O papel da União em matéria de Turismo - Livro Verde da Comissão*, Bruxelas, COM(1995) 200 final.
- Cook, S. e Azucenas, V. (1994), "Research in State and Provincial Travel", in *Travel, Tourism and Hospitality Research*, 2nd Ed., eds. J.R. Ritchie e Charles R. Goeldner, New York, Wiley & Sons, Inc., 165-180.
- Kosters, M. (1994), "Tourism Research in the European National Tourist Organization", in *Travel, Tourism and Hospitality Research*, 2nd Ed., eds. J.R. Brent Ritchie e Charles R. Goeldner, New York, John Wiley & Sons, Inc., 155-164.
- McQueen, J. e Miller, K. (1985), "Target Market Selection of Tourists: A Comparison of Two Approaches", *Journal of Travel Research*, 24 (1), 2-6.
- Moutinho, L., Rita, P. e Curry, B. (1996), *Marketing Systems in Tourism Marketing*, London, Routledge.
- Rita, P. (1996), "Tourex. Desenvolvimento de um Sistema Pericial para Marketing Turístico", *Revista Portuguesa de Marketing*, 1(2), 1-10.
- Silva, A. e Neves, J. (1992), *Finanças Públicas e Política Macroeconómica*, 2ª ed., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Taylor, G. (1994) "Research in National Tourist Organizations", in *Travel, Tourism and Hospitality Research*, 2nd Ed., eds. J.R. Brent Ritchie e Charles R. Goeldner, New York, John Wiley & Sons, Inc., 147-154.
- WTO (1995), *Budgets & Marketing Plans for National Tourism Administrations*, Madrid.

Algumas estratégias identitárias

dos algarvios face ao impacte do turismo
uma abordagem psicossociológica

Maria Manuela Neto

Docente da ESGHT

Lígia Amâncio

Docente do ISCTE

As ideias expressas neste texto decor-

rem da tese de mestrado defendida no

ISCTE por Maria Manuela Neto sob a

orientação da Professora Doutora Lígia

Amâncio, no domínio científico da

Psicologia Social e Organizacional com o

título "Nós e os Outros - Dinâmicas

intergrupais: Turismo e Identidade

Social no Algarve"

Enquadramento teórico do objecto

Neste artigo vamos debruçarmo-nos sobre a identidade social de um grupo regional, os algarvios. Temos como objectivo conhecer quais as dimensões identitárias, reais ou simbólicas, e quais as estratégias identitárias utilizadas pelos algarvios. Pretendemos estudar o modo como a identidade regional de uma região portuguesa, o Algarve, se manifesta e que modalidades de distinctividade social os algarvios apresentam.

Adoptámos neste trabalho a perspectiva psicossociológica e tentámos articular, nas palavras de Amâncio, "as condições objectivas da relação intergrupos com uma dimensão cognitiva que faz da identidade social um constructo subjectivo" (1993, p.291). Baseámo-nos nas circunstâncias objectivas que nos são dadas pela geografia, pela história, pela sociologia e pela antropologia. Contudo realçámos essencialmente, neste trabalho, a dimensão subjectiva na medida em que nos apoiámos na dimensão social da identidade dando relevância ao sentido da per-

tença ao grupo e às representações que lhe estão associadas (Doise 1976/84, Amâncio, 1993).

Antigo reino mouro, o Al Garb ocidental, foi a última parcela do território nacional a ser conquistada, por D. Afonso III. Foi considerado, desde então, como um espaço diferente, pelo que manteve a categoria de Reino que já havia adquirido pela dissolução do califado de Cordóva (Guerreiro, 1989b). O Algarve manteve o título de reino durante toda a monarquia, mas foi de facto, como refere Manuel Gomes Guerreiro, "um galardão sem consequências regionais" (1989b, p.30), uma vez que nunca teve qualquer representação condigna nos órgãos de soberania.

Para Oliveira Marques (1987) o Algarve, separado das comunidades setentrionais pela serra que se prolongava por pastagens e charnecas, converteu-se na prática numa grande ilha, e durante séculos pagou o preço dessa insularidade. Estão criadas as condições objectivas, geográficas e históricas, propícias à diferenciação, e desde então o Algarve e os algarvios são con-

siderados como diferentes e negativamente discriminados pelo resto do país "o Algarve forma um mundo à parte no seio de Portugal Continental" (Pena e Cabral, 1992, p.14). Este mundo à parte, possivelmente, conferiu aos algarvios a consciência difusa da sua diferença, que se manifestou ao longo dos tempos, e que se manifesta, possivelmente ainda, "no nosso tempo", nomeadamente através de preconceitos etnocêntricos. Assim, os algarvios são considerados "em tudo diferentes do Homem do Norte, símbolo vivo da velha nobreza da Raça" (Correia, 1989, p. 137).

A região aparentemente não tem grandes monumentos, é uma região sísmica, foi assolada pela pirataria que a

vem na própria História do Algarve e da sua marginalidade" (Correia, 1989, p.137). As tradições, as circunstâncias históricas formatam as representações que se tem do grupo de pertença e dos outros grupos (Moscovici, 1992), neste caso o grupo dos algarvios e os outros portugueses. A representação social assume funcionalidade quando ligada à estrutura social e à consequente identidade social (Vala, 1992).

Com a emergência do turismo, nos anos sessenta, o Algarve apareceu aos olhos dos governantes de então, como um paraíso de praias e de divisas, um lugar onde o lucro era fácil e rápido, mentalidade própria de quem explora e de quem coloniza. Para além disso não havia especificidades culturais ou eco-

ção fusional (e.g. Amâncio, 1993).

Para Neto (1996) o turismo introduziu várias discontinuidades na região. Descontinuidade, entre o passado e o presente, nomeadamente na estrutura económica e no aspecto físico da região, que se transformou completamente - sendo durante muito tempo, agora menos, um estaleiro permanentemente. Tendo surgido um pouco por todo o lado, novas urbanizações, novos campos de golfe e novos hotéis. Mas a descontinuidade manifesta-se também, entre diferentes épocas de ano, a época baixa e a época alta. A descontinuidade para o residente manifesta-se, ainda, pela brevidade do contacto com o turista, pois o turista enquanto pessoa individual, muda todos os dias e a toda a hora. Sabemos que as descontinuidades bruscas entre o passado e o presente reflectem-se no autoconceito do indivíduo, pelas sucessivas comparações e redefinições que implicam na sua identidade social (Weinreich, 1983). Assim, é previsível que as descontinuidades existentes no Algarve se manifestem na identidade social dos seus residentes obrigando-os a sucessivas adaptações. Também o choque de culturas que o turismo introduziu foi há muito reconhecido pelos antropólogos como um factor gerador de ansiedade em virtude de haver perda de símbolos e sinais familiares (Oberg, 1960, citado por Furnham, 1984).

Em duas décadas o Algarve converteu-se num destino turístico intensivo, um destino chamado de sol e praia. Ao ser eleito como paraíso físico e ambiental, o Algarve alterou o seu posicionamento dentro do país. Se é verdade que o turismo trouxe visibilidade e centralidade ao Algarve, tanto dentro do país, como no estrangeiro, por outro lado, a cultura dos algarvios e do

o Algarve apareceu aos olhos dos governantes de então, como um paraíso de praias e de divisas

saqueava e destruía, faz, ainda parte, nas palavras de Orlando Ribeiro, (citado por Palma e Brissos, 1994) da "civilização do barro", em tudo diferente do centro e norte do país onde impera o granito e a construção perdura. Estas circunstâncias fizeram com que a região fosse vista, por olhos habituados a outras volumetrias e espaços, como tendo pouco interesse arquitectónico, o que originou, nos anos sessenta, a que não figurasse nos Inventários Artísticos Oficiais, acção levada a cabo pela Academia Nacional de Belas Artes (Correia, 1989). Assim, a região foi mais uma vez discriminada e o seu património completamente desvalorizado, tanto que podemos dizer que "a destruição do património algarvio tem raízes mais fundas que se inscre-

lógicas a respeitar (Correia, 1989). Neste âmbito, os algarvios e o Algarve continuaram a ser uma minoria discriminada, através dos processos sociais, sendo percebidos, podemos inferir, como tendo uma identidade colectiva. Hogg e Abrams (1988) enunciam a identidade colectiva como pertencendo a um conjunto de indivíduos que estão juntos, no mesmo lugar e no mesmo tempo e que se comportam em uniformidade e sem individualidade "de-individualizados". Neste sentido, os algarvios não são indivíduos são membros de uma categoria social bem definida e claramente distinta (Tajfel, 1981/83) que é percebida, a nosso ver, de modo negativo pelo resto do País ou pelo menos percebida como um grupo dominado na sua acep-

Algarve é percebida "pelos outros" como vazia de valores e sem especificidades culturais a respeitar (Neto, 1996). Para a autora este aspecto obriga-nos a mais um esforço na compreensão e no "ajustamento" das "tonalidades" deste fenómeno, sendo então compreensível que o grupo social dos algarvios procure "encontrar e readquirir a sua identidade, seguindo uma racionalidade histórica, política e ecológica que já teve" (Guerreiro, 1989a, p.381).

Por outro lado, o turismo introduziu a comparabilidade social dos algarvios com o grupo dos outros - os turistas, que possuem atributos, reais e simbólicos, salientes ao nível da comparabilidade social: têm alegria, têm à vontade, têm dinheiro, têm comportamentos de férias que podem ser percebidos como intrínsecos pelo grupo social dos algarvios. Estamos em verdadeiro contexto intergrupar temos "os de dentro" e "os de fora", estes são facilmente reconhecidos pelo seu aspecto físico, linguístico ou comportamental, ou utilizando a terminologia da psicologia social temos um *ingroup* e um *outgroup*. Neste contexto intergrupar, podemos pensar que a comparação social com o grupo dos outros seja desfavorável para os algarvios. Assumimos, neste trabalho, que o fenómeno do turismo introduziu no Algarve uma ameaça identitária, materializada pelas descontinuidades sociais bruscas e na comparabilidade social desfavorável para os residentes.

Assim sendo, interessa-nos conhecer a identidade social dos algarvios. A identidade social, permite-nos posicionar o autoconhecimento que o indivíduo tem da sua pertença grupal e qual o significado emocional e de valor que resulta dessa pertença (Tajfel, 1972, 1978, 1981/83). Interessa-nos,

neste trabalho, analisar quais as estratégias identitárias que os algarvios utilizam, de modo a valorizarem e a concederem distintividade ao seu grupo e à sua região, e quais as repercussões destas estratégias ao nível do seu autoconceito e no seu posicionamento social.

Para Tajfel (e.g. 1981/83) os processos básicos subjacentes à construção da identidade social são a categorização social, no sentido que o indivíduo sabe que pertence a determinada categoria social (realizando os enviesamentos inerentes, nomeadamente a maximização das diferenças entre a sua categoria social e as outras e minimizando as diferenças dentro da própria categoria). O indivíduo vai identificar-se como membro de determinada categoria social, e não de outra, que pode ser distinguida através de determinados atributos, que se podem tornar mais importantes porque se tornam salientes em determinados contextos sociais. Subjacente ao conceito de identidade social encontram-se os processos de comparação social entre os diferentes grupos sociais, é através desta que as características do grupo a que a pessoa pertence adquirem todo o significado. Ao perceber as diferenças, as conotações de valor e as conotações emocionais ligadas a essas diferenças, a comparação social atinge um âmbito de aplicação muito grande incluindo todo o contexto social.

A teoria da identidade social preconiza, que para aumentar o autoconceito, o indivíduo é motivado para realçar, na maior parte das vezes, as características socialmente valorizadas do seu grupo, alcançando deste modo uma identidade social positiva e sendo esta motivo de orgulho. Se a comparação social positiva não for possível, o indivíduo manterá com o seu grupo uma

relação mais problemática e tenderá a demonstrar uma identidade social negativa.

Tajfel e Turner (1979) discutiram as estratégias identitárias que os grupos sociais, ou categorias sociais, tendem a demonstrar de modo a salientarem, e a tornarem socialmente distintas; dimensões identitárias socialmente relevantes, essencialmente quando a categoria social a que pertencem é negativamente avaliada comparativamente a outros grupos sociais. Estas estratégias podem ter um cariz mais individualista, baseadas na mobilidade individual, o indivíduo pode mudar de grupo, quando a sua baixa auto-estima está associada a uma pertença grupal. Pelo contrário as estratégias colectivas apelam à mudança social no contexto do intergrupo. Contudo, para estas estratégias se efectivarem terá que haver ao nível do intergrupo, por parte dos grupos dominados ou desfavorecidos, uma certa percepção de instabilidade e de ilegitimidade na situação vigente, o que faz a passagem da não comparabilidade para a comparabilidade social. Como temos vindo a argumentar, pensamos que esta "instabilidade" emergiu no Algarve, exactamente com o aparecimento e o desenvolvimento do fenómeno do turismo.

Para Tajfel e Turner (1979) as estratégias de mudança social passam por estratégias de criatividade social e por estratégias de competição social. Através das primeiras, os elementos do grupo podem procurar a distintividade no próprio grupo, através da redefinição ou da alteração dos elementos de comparação, são estratégias mais de grupo do que individuais e apelam à acção social dos grupos sociais. Assim, a criatividade social passa por:

- comparar o seu grupo através de novas dimensões de comparação, o que

pode passar pela legitimação de novos produtos do grupo; assim, os algarvios podem legitimar como diferentes as suas paisagens, o seu artesanato, a sua arquitectura, conseguindo através destes atributos distintividade social.

- mudar o valor do atributo, o que passa por uma reinterpretação dos atributos; a comparação inicialmente negativa torna-se positiva. Assim, fizeram os negros dizendo que "o preto é bonito" (Tajfel e Turner, 1979, p. 42), bem como tudo o que está relacionado com a sua cultura. Deste modo, as antigas características são reinterpretadas e positivadas. Do mesmo modo, os algarvios podem reinterpretar o valor da sua pronúncia, cultura ou passado histórico. Estas características que

os sujeitos algarvios tenderão a demonstrar uma identidade social positiva

eram, anteriormente, motivo de estigmatização, podem, então, ser reinterpretadas através das dinâmicas sociais do grupo, e este atribuírem-lhes, agora, um valor positivo e diferenciador.

- mudar o termo de comparação, a dimensão de comparação deixa de ser feita com um grupo de alto estatuto e passa a ser feita com um grupo de baixo estatuto.

- assimilar as características do grupo tido como superior começando a valorizá-las como suas.

Os grupos procuram distintividade positiva, também, através de estratégias de competição social, procurando a competição com o grupo dos outros. Esta estratégia pode gerar conflitos entre o grupo dominado e o gru-

po dominante, pois ambos lutam pela distribuição de recursos, tal como é predito por Sherif (1956) na teoria dos conflitos realistas de interesses.

As hipóteses

A hipótese geral de trabalho é a de que os sujeitos algarvios tenderão a demonstrar uma identidade social positiva sobre si próprios e sobre a sua região.

Tendo em consideração a problematização que apresentámos podemos esperar que os sujeitos algarvios devido à "marginalização" histórica da região e, actualmente, devido ao impacto do turismo demonstrem, como forma de lidar com estas ameaças à sua identidade social, estratégias de positivação

da região, traduzidas na redescoberta ou criação de atributos que permitam a visibilidade social da região e concomitantemente uma identidade socialmente valorizada (e.g. Tajfel e Turner, 1979, Lima, 1993). Neste quadro podemos formular as seguintes hipóteses específicas

Hipótese 1

Esperamos que os grupos etários mais jovens demonstrem uma identidade social mais positiva, valorizem mais a região e as suas potencialidades do que os grupos mais velhos.

Uma vez que os mais novos nasceram e foram socializados numa região que já adquiriu visibilidade devido ao turismo, ao mesmo tempo que a sua identidade foi sendo ameaçada, pare-

ce-nos que este grupo tenderá a demonstrar uma identidade socialmente mais valorizada do que o grupo dos velhos.

Hipótese 2

Esperamos que os sujeitos que vivem em zonas que sofreram maior impacto turístico demonstrem uma identidade social mais saliente do que os que habitam em zonas que não sofreram grande impacto do turismo.

Partindo do princípio de que o turismo, por um lado, trouxe visibilidade e saliência à região e, por outro lado, pode ser visto como uma ameaça à identidade social, parece-nos que as zonas de maior impacto demonstrarão maior saliência ao nível dos atributos utilizados na definição da sua identidade social. Embora existam diferenças culturais entre a serra, o barrocal e o litoral algarvio, para não entrarmos no estudo destas diferenças intragrupo, escolhemos uma população das zonas algarvias do litoral, e entre estas, aquelas que tiveram impacto turístico e as que não o tiveram, ou que o tiveram de modo menos acentuado. Para a caracterização destas zonas baseámo-nos no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (CCRA; 1990).

Apesar de não colocarmos o estatuto como uma variável independente ao nível das nossas hipóteses não deixámos de analisar esta variável, pois estamos interessadas em saber que "tonalidades" é que esta variável adquiriria ao nível da identidade regional.

Metodologia

Sujeitos

Participaram neste estudo 283 sujeitos, sendo 77 do sexo masculino e 206 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 66 anos. Dos 283 sujeitos, 157 residem num

zona do litoral considerada sem impacte turístico e 126 residem numa zona considerada de impacte turístico (CRA, 1990). Dos sujeitos, 144 têm uma idade igual ou inferior a 24 anos, 77 têm uma idade entre 25 e 34 anos e 62 têm uma idade igual ou superior a 35 anos. Quanto à variável sexo a população é composta por 77 homens e 206 mulheres. Todos os sujeitos que participaram neste estudo são naturais do Algarve e residiam há pelo menos cinco anos na região e há um ano no mesmo concelho.

No que diz respeito à idade, a idade média da população é de 27.99, sendo o desvio padrão de 9.31. Na distribuição dos sujeitos pelos 3 níveis etários, o primeiro grupo tem uma média de idades de 21.14, sendo o desvio padrão de 1.66. No segundo grupo a média de idades é de 28.94 e o desvio padrão de 3.01. No terceiro grupo a média etária é de 42.73, sendo o desvio padrão de 7.08. Os homens apresentam uma média de idades inferior (média = 27.03, desvio padrão = 9.05) às das mulheres (média = 28.35, desvio padrão = 9.40).

Em relação à zona de residência temos 55.5% (157) dos sujeitos a residir numa zona considerada sem impacte turístico e 44.5% (126) a residir numa zona considerada de impacte turístico.

No que respeita às habilitações escolares todos os sujeitos ou têm um curso superior ou estão a frequentá-lo, estando 37.9% na primeira condição e 61.3% na segunda e só 0.7% dos sujeitos têm pós-graduação.

Procedimentos

A metodologia utilizada para a recolha dos dados foi o questionário. Este foi aplicado durante o mês de Julho de 1996, a professores do ensino secundário

de dez Escolas Secundárias do Algarve e a alunos do Ensino Superior de duas unidades da Universidade do Algarve. Nesta artigo só apresentaremos os resultados dos primeiros 18 indicadores do questionário, que se referem à operacionalização do conceito de criatividade social. Os conteúdos dos indicadores foram retirados de um estudo exploratório que analisámos através da análise de conteúdo, no âmbito de uma investigação mais alargada (Neto, 1996). Incluímos na operacionalização do conceito de criatividade social conteúdos referentes à diferenciação de ser algarvio (como a especificidade do percurso histórico e os conteúdos sócio-culturais), atributos de distintividade da região (o clima, praia, paisagens) e conteúdos estratégico-posicionais que estão incluídos em perguntas sobre a especi-

ficidade do processo de regionalização no quadro político da regionalização em Portugal.

Resultados

Para o tratamento dos dados começámos por efectuar uma Análise Factorial em Componentes Principais (AFCP), de modo a obtermos dimensões interpretáveis. Sobre estas dimensões foram criadas novas variáveis dependentes (a partir dos novos scores factoriais, como possibilita o SPSS for Window), e sobre estas efectuámos análises de variância (Anovas) utilizando as variáveis independentes em estudo, num plano factorial em que analisámos a idade x a zona de residência x o sexo. Com a aplicação deste plano factorial havia células que ficavam com um número muito reduzido de sujeitos do sexo masculino (4), portanto colocan-

Quadro 1
Estrutura factorial da criatividade social

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
Dimensão atributos de distintividade da região				
Algarve tem mais "para se ver"	.78	.07	.04	.22
As paisagens do Algarve são muito belas	.68	-.06	.17	-.06
Algarve tem mais divertimentos	.63	.17	-.13	.22
O clima do Algarve é bom	.61	.00	.30	-.12
Algarve é a melhor região do País para se viver	.52	.09	.33	.21
Agrada-me a pronúncia e o modo de falar dos algarvios	.42	-.09	.27	-.07
Dimensão estratégica-regionalista				
A regionalização beneficiaria o Algarve	-.01	.90	.08	-.13
Quero a regionalização para o Algarve ...	-.06	.86	.08	.18
Os algarvios ... são os com mais condições para a regionalização	.14	.77	.01	.157
Dimensão sócio-cultural				
Tradições populares dos algarvios são próprias da região	.19	-.01	.73	.04
Há uma gastronomia específica no Algarve	.22	.12	.73	.06
A arquitectura tradicional algarvia é diferente	.07	.07	.70	.19
Dimensão histórico-social				
Os algarvios são diferentes dos outros portugueses	.17	.02	.12	.79
A fisionomia do algarvio distingue-o dos outros portugueses	.11	.14	-.04	.64
Os contactos passados do algarvio diferenciam-no	.11	.13	.33	.61
Dizem que somos mouros, mas isso não me desagrada	.01	-.03	.05	.50
Valores Próprios	3.74	2.16	1.45	1.30
Variância Explicada (%)	23.4	13.5	9.1	8.1
Percentagem acumulada	23.4	36.9	46.0	54.1
Alpha de Cronbach	.70	.82	.67	.59

do em causa a validade dos resultados. Optámos, então por um plano factorial em que analisámos só o efeito das variáveis idade x zona de residência. Em virtude de não obtermos efeitos principais da zona de residência, numa terceira fase analisámos os efeitos da idade x o sexo. Em resumo, efectuámos análises de variância da idade x zona de residência e da idade x sexo. Assim referiremos os efeitos principais destas três variáveis independentes ou das suas interacções sempre que eles forem estatisticamente significativos.

Os 18 itens foram submetidos a uma AFPC com rotação Varimax, que convergiu em 7 iterações, tendo-se extraído 4 factores com valores próprios superior a 1, critério de Kaiser (Bryman e Cramer, 1993), sendo o total da variância explicada de 51%. Foram retirados, para posterior análise, os factores com saturações factoriais iguais ou superiores a 40% num factor e sem saturações factoriais iguais ou acima desse valor em mais do que um factor (Soczka, 1983, Amâncio, 1989). Com base neste critério foram retirados os indicadores 9 e 18, respectivamente "O Algarve tem mais "para se ver" do que outras regiões do país" e "Geograficamente o Algarve é diferente do resto do país". Os 16 itens restantes foram então submetidos a nova AFPC, com rotação Varimax, que convergiu em 6 iterações, tendo-se extraído 4 factores com valores próprios superiores a 1, sendo o total da variância explicada de 54.1%. No quadro 1 pode-se observar a estrutura factorial da criatividade.

Para analisarmos a consistência interna de cada dimensão encontrada recorreremos ao cálculo do Alpha de Cronbach, cujos valores apresentamos no Quadro 1. Podemos concluir que todas as dimensões são internamente válidas e que há consistência entre os

indicadores que compõem cada dimensão, o que nos permite referir que estes avaliam as dimensões identificadas.

Observando os quatro factores encontradas para a criatividade social, que podem ser observados no Quadro 1, podemos deduzir o seguinte acerca das dimensões para que apontam:

Atributos de distintividade da região: valorizam o que o Algarve tem para se ver, as paisagens, os divertimentos, o clima, um sítio bom para se viver e tem-se até uma pronúncia que é um atributo de distintividade e de avaliação positiva das características da região.

Estratégica - regionalista: é um modo simultaneamente de dizer que se é diferente tendo visibilidade e de competir por recursos para a região, e assim a regionalização beneficiaria o Algarve (a competição através da acção), "eu quero-a e nós algarvios somos os que temos mais condições (a distintividade)".

Sócio-cultural: é uma dimensão que aponta para a distintividade do grupo através da sua cultura, que se reflecte nas tradições, na gastronomia e na arquitectura, é uma estratégia de valorização através desta dimensão, dizendo que se é diferente dos outros.

Histórico-Social: esta dimensão é uma forma, tal como as outras, de diferenciação, mas aqui os algarvios consideram-se diferentes dos outros portugueses e mostram, as suas diferenças através da própria fisionomia, dos diferentes contactos históricos, e até o do facto dos outros "dizerem que somos mouros não nos desagrada", o que é uma forma de se diferenciarem pelo seu passado e, também, de reavaliarem dimensões anteriormente negativizadas.

A análise de variância, sobre as dimensões em causa, permitiu encontrar efeitos principais significativos da ida-

de x zona de residência sobre a dimensão "atributos de distintividade da região", ($F(2, 274) = 15.917; p < .000$) mostrando que quanto mais jovens (médias respectivamente de 0.31, -0.17, -0.52) mais os sujeitos contribuem para a saliência desta dimensão. Encontramos, também efeitos principais da idade sobre a dimensão "histórico-cultural" ($F(2, 274) = 3.465; p = .033$), sendo mais velhos os que mais contribuem para a explicação (médias respectivamente de -0.05, -0.15 e 0.31). Encontramos efeitos principais da variável sexo sobre a dimensão "estratégico-regionalista", ($F(2, 274) = 17.364, p < .0001$), mostrando que são os homens (média=0.49) que contribuem para a significância estatística desta dimensão e não as mulheres (média=-0.1). Não encontramos sobre estas quatro dimensões quaisquer outros efeitos principais, nem efeitos de interacção entre as variáveis estatisticamente significativos.

Discussão e conclusões

Os resultados encontrados, através da AFPC, sobre o conceito de criatividade social permitem confirmar a hipótese genérica. Identificámos quatro dimensões que conferem uma identidade socialmente distinta ao grupo social, os algarvios, e à sua região o Algarve. As dimensões encontradas foram as estratégias de criatividade social, sendo a tónica a da mudança social (Tajfel e Turner, 1979, Tajfel 1981). A dimensão "atributos de distintividade da região" permite a valorização do Algarve através da criação de novas dimensões de comparação da região numa estratégia de legitimação dos produtos do grupo (Tajfel e Turner, 1979), o que passa pela valorização das paisagens, divertimentos, clima e ser um sítio agradável para viver.

mensão "estratégico regionalista" permite aos algarvios, referir que são diferentes, que têm visibilidade, e permitem-lhes simultaneamente competir por recursos para a região dizendo "a regionalização beneficiaria o Algarve, eu quero-a e nós algarvios somos os que mais condições temos (a distintividade)". A dimensão "sócio cultural" apoia-se na revalorização dos atributos, dando-lhes visibilidade e diferenciação positiva, e neste caso "as tradições populares são específicas do grupo, bem como a arquitectura e a gastronomia" numa estratégia de conferir relevância à região e concomitantemente a si próprios (Tajfel e Turner, 1979, Tajfel, 1981/83). A dimensão "histórico-social" é claramente uma dimensão de mudança do valor dos atributos. Os atributos anteriormente negativos "a diferença em relação aos outros portugueses, a fisionomia, os contactos passados e o ser mouro" são nitidamente reinterpretados e positivados como algo de intrínseco ao grupo e que permite a sua distintividade social. (Tajfel e Turner, 1979, Tajfel, 1981/83).

Através dos resultados encontrados pelas análises de variância podemos ao nível das hipóteses específicas confirmar a primeira hipótese na dimensão "atributos de distintividade da região". São os mais novos que contribuem para o efeito principal da variável idade, são eles que descrevem os conteúdos identitários ao nível do ter e não só do mostrar. Tal resultado aponta, também, no sentido dos resultados encontrados no nosso estudo exploratório, que foi analisado através da análise de conteúdo, conforme já mencionámos. Este resultado, confirma assim, que pelo facto deste grupo ter realizado a sua socialização numa zona turística identitariamente ameaçada, apresenta

como resposta a esta ameaça uma estratégia claramente de diferenciação e de distintividade da sua região. Os algarvios têm necessidade de se apoiar nos produtos que distingam a região de outras, e colocam-se, assim, contra uma assimilação cultural que o turismo poderia induzir, é como se dissessem "nós temos atributos de distintividade e conteúdos identitários, não necessitamos de assimilar o dos outros, apesar de vivermos numa zona turística, o que nos permite conhecermos bem o que os outros têm".

Ao nível da dimensão histórico-social, encontrámos, também, um efeito principal da variável idade, sendo neste caso os mais velhos que mais contribuem para ela. Tal facto, confirma o

O facto de não encontrarmos efeitos da variável zona de residência, deve-se, a nosso ver, à circunstância de todos os sujeitos viverem em zonas do litoral (apesar de umas terem impacto turístico e outras não terem, ou terem menos), e pertencerem a grupos profissionais com grande mobilidade física, o que de algum modo faz com que partilhem uma representação social da região como região turística. Este resultado aponta para a necessidade de mais estudos na região do Algarve, neste âmbito psicossociológico, tendo como sujeitos uma população com menor mobilidade e/ou também realizados em zonas não litorais.

Este estudo confirma, assim os pressupostos da Teoria da Identidade So-

a regionalização beneficiaria o Algarve e nós, algarvios, somos os que mais condições temos

sentido do nosso estudo exploratório, onde verificámos que o grupo dos sujeitos mais velhos faz a diferenciação e a valorização de si próprios e da região através do mostrar das diferenças, apesar de não referirem os atributos de distintividade.

Ainda encontrámos neste estudo efeitos principais da variável sexo. Verificámos que são os homens que contribuem para a significância estatística da dimensão estratégico-regionalista. Esta dimensão situa-se ao nível da estratégia sócio política, o que confirma, a nosso ver, que os homens dominam mais do que as mulheres o discurso público e político, enquanto estratégia de afirmação social (e.g. Amâncio, 1989).

cial, e das estratégias identitárias que o modelo prediz, quando os grupos sociais procuram distintividade social, permitindo-nos compreender as estratégias colectivas, por eles assumidas, face às ameaças identitárias. Este estudo, tal como outros que abordam identidades regionais ou nacionais (e.g. Valencia et al, 1991, Palma-Oliveira, Garcia-Marques e Jesuíno, 1992, Lima, 1993, Simon, Kulla e Zobel, 1995, Neto, 1996), conferem relevância à identidade regional, enquanto parcela do autoconceito do indivíduo que tende a ser positivamente valorizada de modo a permitir a distintividade social do grupo de pertença com o um significado emocional e de valor que isso implica.

Bibliografia

- Amâncio, L. (1989). *Factores Psicossociológicos da Discriminação da Mulher no Trabalho*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Amâncio, L. (1993). *Identidade social e relações intergrupais*, in J. Vala e M. B. Monteiro (coord.) *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bryman, A. e Cramer, D. (1990). *Análise de Dados em Ciências Sociais*, tradução portuguesa, Oeiras, Celta Editora, 1993.
- Comissão de Coordenação da Região do Algarve (1990). *Plano Regional de Desenvolvimento do Território do Algarve*, Faro, CCRA.
- Correia, J. A. (1989). *A arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural*, in *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Doise, W. (1976). *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*, tradução portuguesa, Lisboa, Moraes Editores, 1984.
- Furnham, A. (1984). *Tourism and Culture Shock*, *Annals of Tourism*, 11, 41-57.
- Guerreiro, M. G., (1989a). *O Algarve mediterrâneo no contexto nacional*, in *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Guerreiro, M. G., (1989b). *O Algarve perante a regionalização do país*, in *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Hogg, M. A. e Abrams, D. (1988). *Social Identifications. A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Process*, London, Routledge.
- Lima, L. (1993). *Percepção do Risco Sísmico: Medo e Ilusões de Controlo*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Moscovici, S. (1992). Discussion de la contribution de Bar-Tal e Antebi, *Ongoing Production on Social Representations*, 1, 69-71.
- Neto, M. M. (1996). *Nós e os Outros - Dinâmicas Intergupais: Turismo e Identidade Social no Algarve*, Tese de Mestrado, ISCTE.
- Oliveira Marques, A. H. (1987). Para a história do Algarve medieval, *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé.
- Palma Dias, J. e Brissos, J. (1994). *O Algarve Revisitado*, Loulé, Jacinto Palma Dias e João Brissos.
- Palma-Oliveira, J. M., Garcia-Marques, L. e Jesuino, J. C. (1992). *Todos os Estrangeiros São Iguais Mas Uns São mais Iguais do que Outros: O Estudo da Identidade Social em Contexto Alargado*, Comunicação Apresentada no Congresso Ibero-Americano de Psicologia, Madrid.
- Pena, A. e Cabral, J. (1992). *Roteiros da Natureza. Região Algarve*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Sherif, M. (1956). Experiments in group conflict, *Scientific American*, 195, 5, 54-58, reimpresso em E. Aronson e A. R. Pratkanis (eds.), *Social Psychology*, (1993), Vol. III, Hants e Vermont, EE.
- Simon, B., Kulla, C. e Zobel, M. (1995). On being more than just a part of the whole: regional identity and social distinctiveness, *European Journal of Social Psychology*, 25, 325-340.
- Soczka, L. (1983). *SOPOL Estudo Factorial de um Questionário de Atitudes Sociais Validado Para a População Portuguesa*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale, in S. Moscovici (org.) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris, Librairie Larousse.
- Tajfel H. (1978). *Differentiation Between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*, London, Academic Press.
- Tajfel, H. (1881). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, tradução portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 2 volumes, 1983.
- Tajfel, H. e Turner, J., C., (1979). An integrative theory of intergroup conflict, in W. G. Austin e S. Worchel (org.) *The Social Psychology of Intergroup Relations*, Monterey, California, Brooks/Cole.
- Vala, J. (1992). Is siege mentality a hegemonic belief in Israel? A comment on Bar-Tal e Antebi, *Ongoing Production on Social Representations*, 1, 69-71.
- Valencia, J. F. (1991). (coor) *Las Imágenes de Europa en los Europeos*, Donostia, Publicaciones del Departamento de Psicología Social de la UPV-EHU.
- Weinreich, P., (1983). Emerging from threatened identities, in G. Breakwell (ed.) *Treatened Identities*, Chichester, John Wiley & Sons.

O mosaico romano

de motivo decorativo geométrico, no Algarve

Ana Ferreira

Prof. Adjunto da ESGHT

O mosaico romano algarvio não

tem sido objecto dos estudos de investigação que mereceria. Tendo em conta o estado de abandono a que têm sido condenadas as estações arqueológicas que guardavam tapetes de grande valor iconográfico e artístico e o desaparecimento de muitos outros devido à acção do homem e aos elementos da natureza, dentro em breve, se não forem tomadas medidas para impedir a deteriorização dos vestígios ainda mantidos nos locais de origem, apenas poderemos contemplar uma pequena parcela daqueles, muito fragmentada e dispersa, em vários espaços museológicos do país, quase todos fora da região algarvia.

Na elaboração do presente inventário dedicado ao mosaico romano algarvio de motivo geométrico, tivemos já, para podermos tirar conclusões plausíveis, de utilizar fontes escritas e iconográficas que referiam as estações arqueológicas e os tapetes já desaparecidos. É pois com grande apreensão que se assiste à sistemática destruição de um património riquíssimo, numa época em que tanto se fala de uma identidade cultural algarvia, mas em que

pouco se parece fazer para preservar a memória das suas origens.

A tarefa acabou por se revelar relativamente difícil, porque, a partir dos vestígios que chegaram até nós, poucas conclusões se poderiam tirar, dado o estado de degradação e abandono em que se encontram as estações arqueológicas e, conseqüentemente, os mosaicos romanos, com algumas honrosas excepções. Por este motivo, não só consultámos as pesquisas efectuadas pelos grandes investigadores do final do século, como aqueles que, já no actual, se dedicaram à tarefa de valorizar o passado romano do Algarve. A partir do material descritivo e gráfico, publicado por estes autores, sobre mosaicos romanos algarvios (muitos dos quais destruídos e outros muito danificados) conseguimos criar um "corpus" coerente sobre este valioso espólio que se nada foi feito para o recuperar, dentro em breve, apenas poderá ser visto em fotografia ou nos museus, em pequenos fragmentos. No intuito de demonstrar a riqueza de que esta região dispunha em mosaicos romanos, listamos os locais que inventariámos onde existiam e onde existem ainda mosaicos romanos:

Murtinhal - Sagres - Vila do Bispo

Fragmentos no Museu de Arqueologia em Lisboa. De acordo com o testemunho de S. Estácio da Veiga (1), pertenciam a uma pequena povoação com termas e fábrica de tijolos.

Salema - Budens - Vila do Bispo

Desaparecidos. Já Maria Luísa Estácio da Veiga (2), os considera perdidos mas ainda foram fotografados por Saavedra Machado. O arqueólogo Sebastião Estácio da Veiga, avô daquela, encontrara, nesta localidade algumas cetárias.

Burgau - Budens - Vila do Bispo

Desaparecido. Luís Chaves (3) ainda o descreveu e Saavedra Machado (4) fotografou-o. S. Estácio da Veiga (5) assinalara, nesta localidade, a presença de casas e cetárias.

Boca do Rio - Budens - Vila do Bispo

José Formozinho (6) levantou-os e colocou-os no Museu de Lagos. Estácio da Veiga (7) foi o primeiro a identificar aquilo que veio a ser classificado, por Jorge Alarcão (8), como uma "villa" romana.

Lagos

Desaparecidos. Maria Luísa Estácio da Veiga (9) e Maria Cristina Moreira de Sá (10) salientam a sua semelhança com os de Boca do Rio. José Formozinho (11) acreditava que Lacóbriga se situava em Lagos, dado o espólio encontrado quando da abertura da Av. Marginal. Jorge Alarcão (12) defende que se tratava de uma "villa" romana suburbana.

Senhora da Luz - Luz - Lagos

Desaparecidos. Sebastião Estácio da Veiga (13) desenhou-os e Jorge Alarcão (14) classificou os vestígios encontrados no local como uma "villa" romana.

Serro ou Cerro - Lagos

Desaparecidos. Leite de Vasconcelos (15) testemunhava que no Serro, perto de Lagos apareceram mosaicos e Jorge Alarcão (16) assinala o local, como Cerro, no seu mapa de distribuição dos mosaicos em Portugal.

Portimão - Convento de S. Francisco

Fragmento no Museu Nacional de Arqueologia. Estácio da Veiga (17) inventariou neste local umas termas romanas.

Praia da Rocha

Desaparecidos. No local designado por Montemar, foram encontrados, em 1983, mosaicos desenhados, na ocasião, por Aschman Palhinha (18).

Abicada - Portimão

A maior parte dos mosaicos foi destruída por incúria e por actos de vandalismo, encontrando-se alguns, no local, muito danificados, outros, no Museu de Lagos e no Centro de Documentação do Museu de Portimão. Este local foi inventariado, pela primeira vez, por Leite de Vasconcelos (19). Trata-se de uma "villa" romana, de grande

qualidade arquitectónica, pelas semelhanças que apresenta com o "Palácio Dourado" do Imperador Nero, em Roma escavada e estudada por José Formozinho, em 1938 (20). Os mosaicos cobriam então 600m² da casa senhorial.

Vale da Arrancada - Portimão

Vestígios no local, encontrando-se outros fragmentos no Centro de Documentação do Museu Municipal de Portimão onde nos foram mostrados por José Gameiro. Os mosaicos foram descobertos por Leite de Vasconcelos (21).

Monte da Torre**Mexilhoeira Grande - Portimão**

Desaparecidos. Leite de Vasconcelos (22) encontrou neste local um compartimento de 2m por 2,5m revestido de mosaicos, não se encontrando mais informação adicional nos testemunhos de outros investigadores.

Senhora do Pilar - Silves

Desaparecidos. Leite de Vasconcelos (23) foi o primeiro estudioso que localizou aquilo que os Paiva de Andrade (24) designaram, mais tarde, por "villa" com necrópole, perto da Ermida da Senhora do Pilar, em Algoz Velho. Em 1972, foi construída uma grande fábrica nesse local, tendo os referidos investigadores recolhido testemunhos orais que descrevem um grande mosaico, com motivos geométricos, destruído e utilizado para os aterros.

Terras Velhas - Silves

Desaparecidos. Maria Eliza Gomes (25) localiza esta estação arqueológica em Alcantarilha, entre a estrada nacional e a estação de caminho de ferro, incluindo, além de Terras Velhas, Morgado da Câmara, contando que encontrou tesselas brancas, pretas e vermelhas, à superfície da terra. Maria

Luísa Estácio da Veiga, (26) esclarece que aqueles teriam sido destruídos com um tractor.

Caldas de Monchique - Monchique

Fragmentos guardados nas termas. Este local denominado pelos romanos por "Aquae Sacrae" devido à qualidade terapêutica das suas águas, levou-os a edificarem umas grandes termas cujos alicerces foram postos a descoberto quando se realizaram obras de remodelação das actuais, em 1942 (27).

Ferragudo - Lagoa

Fragmentos no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. Jorge Alarcão (28) descreve esta estação arqueológica como "villa" romana com mosaicos e cetárias.

Retorta, Arretorta ou Arreteia Boliqueime - Loulé

Fragmentos no Museu de Albufeira e no Museu Nacional de Arqueologia. Esta estação arqueológica localizada entre a Ribeira da Quarteira e as terras do Morgado, do mesmo nome, cujo lado mais ocidental é ocupado pela antiga ponte romana do Barão, foi localizada pelo padre Azevedo (29).

Loulé Velho - Quarteira - Loulé

Desaparecidos. Jorge Alarcão (30) fala de uma "villa", cujos vestígios incluíam termas, cetárias e um peso de lagar. Abel Viana (31) visitou-a e fotografou-a, antes do temporal de 1941. Em 1948 voltou ao local tendo verificado que tinham desaparecido em consequência daquela catástrofe natural. Maria Luísa Estácio da Veiga (32) revela que, na colecção de José Rosa Madureira, se encontrava um fragmento de mosaico de Loulé Velho. Maria Manuela Vitorino Sousa (33) constatou que os vestígios anteriores a 1941 tinham desaparecido quando estudou esta estação arqueológica.

Quarteira - Loulé.

Desaparecidos. José Ferrajota (34) esclarece que, em 1930, os vestígios romanos foram destruídos, por se encontrarem junto à costa, prendendo assim as redes dos pescadores. O mergulhador da firma Parry and Son que colocou as cargas explosivas, teria relatado que existia, no fundo do mar, vestígios de uma grande povoação.

Cerro da Vila - Vilamoura - Loulé

No local, embora muito danificados. A "villa" romana, das mais belas do Algarve, foi descoberta, em 1966, por José Ferrajota e Afonso do Paço (35), tendo vindo a ser escavada por J. Luís Matos (36).

Faro

Só o "Mosaico do Oceano" (37) subsiste nas instalações do museu Arqueológico Infante D. Henrique. Pinheiro e Rosa (38) escreveu que os mosaicos existentes junto à actual Câmara Municipal de Faro foram destruídos em 1870, para pavimentar a via de acesso e, de novo, em 1883, devido à construção do actual edifício da câmara. Em 1940, Lyster Franco (39), escavou a zona em frente à Sé, tendo encontrado um templo e vestígios de tecelas muito pequenas de desenho muito simples. Em 1926, em escavações realizadas para a instalação dos esgotos da Rua Infante D. Henrique, informava de novo Pinheiro e Rosa, encontraram-se mosaicos e foi danificado o "Mosaico do Oceano" apenas descoberto em 1967. Dos mosaicos descobertos, foram enviados fragmentos para o Museu Arqueológico (sempre segundo aquele autor) vestígios esses que, por certo, desapareceram, uma vez que, a actual directora me informou que naquele, apenas, se guardavam fragmentos de mosaicos do Milreu.

Vale de Carneiros - Faro

Desaparecido. O cônego Pereira Botto (40) encontrou vários objectos na então Horta dos Carneiros, actualmente integrada na cidade de Faro. Aqueles incluíam mosaicos que, de acordo com Santos Rocha, (41) foram utilizados como entulho ou para revestir um poço aberto por iniciativa do proprietário. Maria Luísa Estácio da Veiga (42) testemunha a presença de fragmentos de mosaico, provenientes de Vale de Carneiros, no Museu Arqueológico daquela cidade, o que foi negado pela actual directora.

Amendoal - Faro

Desaparecidos. Maria Luísa Estácio da Veiga (43) lembra que seu avô, S. Estácio da Veiga, explorou, parcialmente, aquilo que teria sido uma "villa", próximo de Faro, informando ainda que dela desenhou a planta e os mosaicos, aproveitando a primeira esse material, para incluir na sua tese de licenciatura..

Milreu - Estoi - Faro

No local, embora muito danificados. As referências à "villa" romana do Milreu ascendem ao período do Renascimento, sendo André de Resende o primeiro autor a fazê-lo, seguindo-se-lhe Frei João de S. José, P. Lima, Frei Vicente Salgado, Silva Lopes, Pinho Leal, Estácio da Veiga, Cônego Pereira Botto e Ataíde de Oliveira. Posteriormente, Abel Viana e Lyster Franco provaram que Óssonoba, não se localizava no Milreu, mas sim em Faro, tese consensualmente aceite nessa época. O primeiro arqueólogo que escavou o Milreu foi Estácio da Veiga (44) e o último Theodor Hauschild (45), que elaborou a sua tese de doutoramento, com base no trabalho desenvolvido no templo desta "villa". Pinheiro e Rosa (46) também lhe dedicou uma pequena monografia. Dos

belíssimos mosaicos do Milreu, assim classificados por todos os seus estudiosos, hoje pouco resta. O estado de incúria, a acção dos elementos da natureza e algum vandalismo desfiguraram-nos para sempre.

Torrejão - Velho - Olhão

Desaparecidos. Maria Luísa Estácio da Veiga (47) aponta os vestígios encontrados na freguesia de S. Bartolomeu do Pechão, por Estácio da Veiga, em 1877, dizendo que era constituídos por umas termas com mosaicos. Luís Chaves, Maria Cristina Moreira de Sá (48) e Jorge Alarcão (49), apenas referem já um pequeno fragmento dos ditos mosaicos.

Marim ou Quinta do Marim - Olhão

Fragmentos no Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa. Neste local existia uma belíssima vila romana de acordo com o testemunho de Jorge Alarcão (50), suficientemente importante para possuir um templo, como a do Milreu. Foi escavada pela primeira vez, em 1877, por S. Estácio da Veiga. Maria Luísa Estácio da Veiga (51) afirma que os fragmentos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia, pertenciam ao conjunto levantado por seu avô, para figurar no Museu Arqueológico do Algarve.

Luz de Tavira - Tavira

Desaparecido. O cônego Pereira Botto (52) afirma que esta localidade fazia parte de Balsa. Com efeito aquela cidade romana incluía também Santa Luzia, Antas e Torre d'Aires.

Domingos da Asseca - Tavira

Fragmento no Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa. Estácio da Veiga (53) recolheu aqui mosaicos que figuravam no Museu Arqueológico do Algarve. Alarcão (54) ainda os menciona, não

se sabendo onde se localizam actualmente.

Quinta das Antas - Tavira

Fragmento no Museu Nacional de Arqueologia. Sá Vilela (55) indica a propriedade do Sr. João Luís de Mendonça e Melo como um local rico em achados romanos. Aqui se localizaria o Circo Romano, como defendem Maria Luísa Estácio da Veiga (56) e Jorge Alarcão (57). A primeira reforça a sua tese evocando a lápide, alusiva aquele edifício, encontrada neste local, ao qual pertenciam os mosaicos encontrados.

Torre d'Aires - Tavira

Fragmentos no Museu Nacional de Arqueologia. No inventário do Museu Arqueológico do Algarve, Estácio da Veiga anotou um mosaico proveniente de Torre d'Aires (58).

Pedras d'El-Rei - Tavira

Fragmentos, no Museu Nacional de Arqueologia. O local de Pedras d'El-Rei foi explorado, de acordo com o testemunho de Maria Luísa Estácio da Veiga (59), por seu avô e por Abel Manta que recolheu mosaicos. Jorge Alarcão (60), na peugada de Manuel Maia (61), afirma que existiam neste local umas termas, um cais (descoberto por Abel Viana) e uma necrópole. Manuel Maia encontrou ainda um troço do aqueduto.

Cacela-a-Velha

Vila Real de Stº António

Fragmento no Museu Nacional de Arqueologia. Apenas Maria Luísa refere os mosaicos aqui encontrados (62).

Manta Rôta - Vila Nova de Cacela

Vila Real de Stº António.

Desaparecidos. Só J.C. George indica a existência de mosaicos nesta localidade (63).

Álamo - Alcoutim

Desaparecido. Maria Luísa Estácio da Veiga (64) informa que foram encontrados mosaicos, nesta localidade, os quais foram fotografados por Saavedra Machado (65).

Montinho das Laranjeiras - Alcoutim

Fragmentos no Museu Nacional de Arqueologia. Esta "villa" romana foi descoberta por S. Estácio da Veiga que desenhou a sua planta e recolheu objectos vários, entre os quais mosaicos, os quais estava inscritos no Inventário do Museu de Arqueologia do Algarve, da sua responsabilidade (66).

Como se pode concluir desta pesquisa sobre o mosaico romano no Algarve, a região apresentava um número assinalável de locais com importantes tapetes de mosaicos, a maioria dos quais desapareceram ou foram gravemente danificados.

Os mosaicos romanos do Algarve provêm, se exceptuarmos alguns como o do Oceano, encontrado em Faro, quase exclusivamente de antigas "villae" romanas. A este facto não seriam alheias as actividades económicas da região, a agricultura e salga de peixe, com destaque para a produção do "garum", iniciada logo no século I - nem posteriormente, a partir do final do século III, a decadência do poder imperial, que levou as classes sociais mais privilegiadas a abandonarem as grandes cidades e a instalarem-se nas suas residências secundárias, as denominadas "villae", propriedades agrícolas e/ou piscatórias, em busca de tranquilidade e segurança.

Um pequeno estudo comparativo das moedas recolhidas nas estações arqueológicas em que se localizaram mosaicos permitem-nos esta conclusão. Em Monchique, Loulé Velho e Abicada fo-

ram encontradas moedas desde o século I até ao século IV. Os locais mencionados teriam certamente, sofrido uma ocupação prolongada, devido ao poder curativo das águas (Monchique), à fertilidade dos terrenos (Abicada) e à produção do "garum" (Loulé Velho). As moedas encontradas noutros locais pertencem aos períodos de Galieno e de Teodósio (Terras Velhas), Teodósio (Senhora da Luz), e de Honório, cobrindo um período de meados do século III até finais do V. No que respeita as "villae" mais detalhadamente estudadas, os arqueólogos responsáveis pelas escavações defendem a existência de núcleos do século I, de proporções modestas, seguidos de campanhas construtivas de maior envergadura, nos séculos III e IV (Cerro da Vila, Milreu). No caso da Abicada é fácil detectar as campanhas de obras, na medida em que existem mosaicos por baixo dos que estão à vista, apontando para uma ocupação anterior aos séculos III e IV. As grandes campanhas decorativas que incluíram a colocação dos mosaicos mais interessantes devem ter ocorrido entre os séculos III e IV.

Na sua grande maioria, as composições dos mosaicos romanos algarvios são geométricas. Até mesmo as desaparecidas são descritas como geométricas, como acontecia com as da Senhora do Pilar, Monchique, Colecção Madureira, Luz de Tavira, Quinta da Trindade e Faro (Largo da Sé).

Nessas composições geométricas predominam as poligonais, num total de dez casos em vinte e seis observados. A unidade compositiva é assegurada através de figuras também elas poligonais, círculos e quadrados. As composições estreladas são também relativamente frequentes, apresentando-se com formas simples, como é o caso de Cerro da Vila, ou mais comple-

xas, como acontece na Abicada e, de novo, no Cerro da Vila, revelando estas últimas grandes semelhanças. Com composições poligonais verifica-se o mesmo, ou seja evoluem de formas muito simples, apresentando-se mesmo em campos secundários, como é o caso da Abicada e do Amendoal, para atingirem um raro requinte no campo do Mosaico do Oceano, do Museu de Faro.

As orlas dos tapetes de mosaicos mostram motivos decorativos, em regra muito simples, organizando-se a partir de figuras geométricas ou flores geometrizadas. Os motivos decorativos geométricos concêntricos são igualmente bastante frequentes.

Os mosaicos algarvios apresentam uma grande unidade. Mosaicos com grandes semelhanças ligam os núcleos de Boca do Rio, Vale da Arrancada e Abicada. Apostam nos motivos geométricos, conseguindo, a partir de formas pouco elaboradas, como quadrados ou polígonos, atingir grande complexidade compositiva cujo dinamismo, criado pelo ilusão de movimento, nunca será demais sublinhar. Estas composições conheceram tal sucesso que ainda as encontramos em Cerro da Vila e no Milreu. A partir de Cerro da Vila, começa-se a encontrar os motivos figurativos ligados ao mar, à actividade piscatória conducente à salga de peixe e à produção do "garum", uma das principais exportações do algarve romano. Cordas, peixes, algas, divindades aquáticas e ventos, estes últimos no Mosaico do Oceano, são os mais frequentes. O percurso do mosaico de motivo decorativo geométrico liga-se com a presença da pelta e inicia-se no extremo ocidental da região algarvia, enquanto as cordas vão aparecendo nesses mosaicos, como motivo decorativo secundário acabando por se destacar como molduras dos motivos figurativos, à medida que caminhamos para oriente.

A svastica e a suástica encontravam-se, sobretudo, no Amendoal, na Abicada, no Milreu e em Cerro da Vila, ou associadas a cântaros, como acontece no Milreu e em Boca do Rio, ou seja, figuravam nos mosaicos das estações arqueológicas mais importantes do Algarve romano, nas ainda existentes e nas desaparecidas.

As grandes composições estreladas localizam-se, desde Cerro da Vila (Casa dos Mosaicos), onde podemos apreciar a mais simples, passando pela Senhora da Luz, hoje desaparecida, até à magnífica composição da Abicada. Esta última, apresenta semelhanças com a de Cerro da Vila (Casa Pequena) e do Milreu, embora, neste último caso, essa influência seja menos nítida.

O motivo decorativo da flor geometrizada, frequentemente o trevo de quatro folhas, aparece em todas as zonas dos tapetes, desde a de inserção até à composição do campo, sendo, também o motivo decorativo mais difundido do Algarve pois encontramos-lo em toda a região.

Peltas, tranças, quadrados, losangos, estrelas, svásticas e suásticas, constituem os motivos decorativos mais frequentes do mosaico romano algarvio de motivo geométrico. Estes temas, relativamente simples, conseguem através da originalidade compositiva e da ilusão óptica, criar espaços de grande beleza, vivacidade e dinamismo.

Esta economia de recursos e aparente simplicidade caracterizam não só o mosaico romano algarvio, mas toda a tradição construtiva e decorativa desta região, como se comprovou ao longo da história.

d'a

Notas

- 1) Sebastião Estácio da Veiga, "Antiguidades Monumentais do Algarve", *Arqueólogo Português*, vol. XV, pp. 211
- 2) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. I, 1971, pp.77
- 3) Luís Chaves, "Mosaicos Lusitano-Romanos em Portugal", *Revista Arqueológica*, 1937, pp.8
- 4) J.C. Saavedra Machado, "Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da Arqueologia do Algarve. Catálogo de plantas, desenhos e mosaicos", *Actas das I Jornadas de Arqueologia*, vol. I, pp.347
- 5) Sebastião Estácio da Veiga, "Antiguidades Monumentais do Algarve", *Arqueólogo Português*, vol. XV, pp.218
- 6) José Formozinho, Abel Viana e O. Veiga Ferreira, *De lo Preromanico a lo Árabe en el Museo Regional de Lagos*, *Arquivo Español de Arqueologia* vol. XXVI
- 7) Sebastião Estácio da Veiga, "Antiguidades Monumentais do Algarve", *Arqueólogo Português*, vol. XV, pp.212-215
- 8) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol.II, fasc. 3, pp.183
- 9) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, Vol. I, 1971, pp.115-122
- 10) Maria Cristina Moreira de Sá, *Mosaicos Romanos em Portugal*, 1959
- 11) Abel Viana, José Formozinho 1888-1960, *Correio do Sul*, 9 a 23 de Março de 1961
- 12) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, pp.184
- 13) Sebastião Estácio da Veiga, "Antiguidades Monumentais do Algarve", *Arqueólogo Português*, pp.218-220
- 14) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3 pp.184
- 15) José Leite de Vasconcelos, "Coisas Velhas", *Arqueólogo Português*, vol. XXII, 1917, pp.129
- 16) Jorge Alarcão, *Portugal Romano*, 1973, pp.197
- 17) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXII, pp.585
- 18) "Património a Saque", *Barlavento*, 28/12/83
- 19) José Leite de Vasconcelos, "Pelo sul de Portugal", *Arqueólogo Português*, vol. XXIII, pp.128
- 20) José Formozinho, Abel Viana, O. Veiga de Oliveira, "Abicada - Interessante Estação Arqueológica da época romana", *Boletim da Junta da Província do Algarve*, 1941, pp.41-42
- 21) José Leite de Vasconcelos, *De terra em terra*, vol. II, pp. 130
- 22) José Leite de Vasconcelos, "Coisas Velhas", *Arqueólogo Português*, vol. XXII, pp.130
- 23) José Leite de Vasconcelos, "Pelo sul de Portugal", *Arqueólogo Português*, vol. XXIII, pp.130
- 24) Ester Liebermann e Luís António Paiva de Andrade "A grande Estação romana da Senhora do Pilar", *Arqueólogo Português*, 3ª série, 7 a 9 - 1974-1977
- 25) Maria Elisa Henriques Gomes, "Monumentos Arqueológicos inéditos no conselho de Silves", *Actas e Memórias do I Congresso de Arqueologia*, vol. II, 1970, pp. 75-94
- 26) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. II, 1972, pp.80-84
- 27) José Formozinho, Abel Viana, O. Veiga de Oliveira, *Estudos Arqueológicos nas Caldas de Monchique*, Instituto de Alta Cultura, 1953
- 28) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, pp.184
- 29) J.M.S. Azevedo, "Retorta. Antiga Carteira?", *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. II, 1970, pp.113-124
- » » "O Museu Arqueológico de Albufeira", *idem* pp.331-333
- Maria Isilda Martins, *A Arqueologia do Conselho de Loulé*, C.M.L., 1988, pp.144-147
- 30) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, pp.207
- 31) Abel Viana, "Ossónoba. O problema da sua localização", *Separata da Revista de Guimarães*, 1958, pp.34
- 32) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. I, 1974, pp. 151-160
- 33) Maria Manuela Baguinho Vitorino Sousa, "Loulé Velho - Uma estação arqueológica do conselho de Loulé", *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, Vol. II, 1974, pp.205-210
- 34) José Ferrajota, Afonso Paço, "Subsídios para uma carta arqueológica do conselho de Loulé", *Separata de Arqueologia e História*, 8ª série, vol. XII, 1966, pp.87
- 35) *idem*
- 36) "Cerro da Vila. Algarve", *Arqueologia*, nº 10, 1984
- 37) Janine Lancha, "O mosaico do Oceano descoberto em Faro", *Anais do Município de Faro*, 1956
- 38) José António Pinheiro e Rosa, "Estamos em Ossónoba?", *Anais do Município de Faro*, 1984, pp.50
- 39) Mário Lyster Frañco, "Os últimos achados arqueológicos no Largo da Sé em Faro", *Correio do Sul*, nº 1199, 10 de Março de 1940
- 40) Monsenhor Cônego Pereira Botto, *Glossário dos principais monumentos do Museu do Algarve*, 1899, pp.42
- 41) Santos Rocha "Antiguidade do concelho de Faro", *Arqueólogo Português*, vol. I, 1985, pp. 200
- 42) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, 1972, vol. II, pp.171
- 43) *idem* pp.173-176
- 44) Sebastião Estácio da Veiga, *Povos Balsenses*, 1866
- 45) Theodor Hauschild, *Der Kulturen nedebeu romish ruinen complex bey Estoi in der Province Lusitania*, 1964, Berlim
- » » "A villa romana do Milreu, Estoi. Algarve", *Arqueologia*, nº 1, 1984
- 46) José António Pinheiro e Rosa, "Roteiro das ruínas do Milreu", *Anais do Município de Faro*, 1969
- 47) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, 1972, vol. II, pp. 244-245
- 48) Maria Cristina Moreira de Sá, *Mosaicos Romanos em Portugal*, 1959
- 49) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, pp.209
- 50) *idem*, pp.208
- 51) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, 1972, vol. II, 269
- 52) Monsenhor Cônego Pereira Botto, *Glossário Crítico dos Principais Monumentos do Museu do Algarve*, 1899, pp.48
- 53) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. II, pp.335
- 54) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, pp. 205
- 55) Sá Vilela, "Antiguidades Romanas do Algarve", *Boletim da A.A.R.A.A.P.*, pp.30-31
- 56) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. I, pp. 232-234 e 293-294
- 57) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, pp. 208
- 58) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, 1972, vol. I, pp.233-234 e pp.293-294
- 59) *Idem*, vol. I, pp.312
- 60) Jorge Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, pp.208
- 61) *Informação Arqueológica*, nº 3, 1980, pp.99
- 62) Maria Luísa Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. I, pp.312
- 63) J. C. Gorges, *Les villas Hispano-Romaines. Inventaires et Problematiques*, 1979, Paris
- 64) Maria Luísa Estácio da Veiga, "Alguns aspectos da Arqueologia Romana do Algarve", *Anais do Município de Faro*, 1976, pp. 175
- 65) J. C. Saavedra Machado, "Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da arqueologia no Algarve. Catálogo de plantas, desenhos e mosaicos", *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, 1870, pp.384
- 66) José Leite de Vasconcelos, "Objectos Arqueológicos de Alcoutim", *Arqueólogo Português*, vol. XXIV, pp.201

Contabilidade: Competência Científica

Ou Competência Técnica?

Cristina Jesus

Equip. a Prof. Adjunta da ESGHT

Introdução

A questão, polémica, da Contabilidade como ciência ou técnica só pode ser respondida face à própria definição de Ciência e de Técnica.

A ciência começa com os primeiros filósofos do século VI a. C. sob o impulso de Tales e Pitágoras na busca ambiciosa de um elemento primordial para a compreensão unitária do mundo sensível (questão da *arché* donde tudo derivava).

A palavra ciência indica, em geral, conhecimento, mas, de facto, designou sempre algo mais do que o conhecimento vulgar, não demonstrativo, com especificação um tanto diversa, desde a antiguidade até hoje.

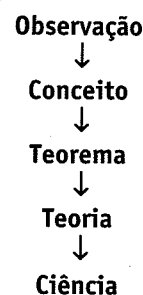
O desenvolvimento extremo alcançado pela ciência e a sua constante multiplicação em ramos e sub-ramos (sendo então mais correcto falarmos em ciências e não em ciência), impõe a busca de critérios que ordenem tanta variedade, indicando as suas relações de afinidade e diferenças. Desde a antiguidade até aos nossos dias, muitos têm sido os critérios propostos.

Num sentido muito amplo, a técnica é o conjunto dos meios postos em acção pelo homem com vista à obtenção dos seus fins. Neste sentido, tanto podemos falar da técnica do amanhã da terra como da técnica da sedução. Num sentido mais restrito, a técnica é a utilização de instrumentos e métodos específicos que visam a obtenção de determinados resultados. Nesse sentido a técnica abrange, praticamente, todos os campos da actividade do homem. A essência da técnica segundo Heidegger¹ (com um trabalho com o mesmo nome) consiste numa actividade do homem e na utilização de determinados meios em relação a determinados fins.

Existe num entanto um "caminho comum" às diversas ciências (económicas, sociais, jurídicas, matemáticas, etc, etc...). É através da análise desta vertente comum que pretendemos explicitar que a Contabilidade não se esgota na aplicação de um conjunto de técnicas - competência técnica -, como alguns investigadores defendem, e possui nobreza científica - competência científica - e estatuto epistemológico.

A Contabilidade Como Ciência

O Homem, ao observar um facto, acontecimento ou objecto, estabelece um raciocínio, estabelecendo, então, relações, ou seja, utiliza um determinado método que o conduz, face à observação estabelecida, a um conceito. Deste conceito nasce o teorema e estes originam teorias, a que se seguem os princípios na hierarquia epistemológica. Esta metodologia conduz à ciência:



Isto é, a ciência tem como finalidade explicar (factos, acontecimentos, ...) e através desta dinâmica oferecer uma determinada utilidade - informação. Ou seja, a Ciência procura explicar, com o objectivo de informar. Esta

informação é posteriormente utilizada por todos os potenciais interessados.

Urge então verificar se a Contabilidade respeita a metodologia.

O primeiro passo consiste na observação e a Contabilidade cumpre este requisito sempre que observa a situação económica-financeira de uma organização. Ao analisarmos essa realidade económico-financeira estabelecemos determinadas relações, isto é, verificamos a ocorrência de um conjunto de conexões, sendo então possível estabelecer os conceitos.

De acordo com a metodologia preconizada, o conceito constitui o segundo passo. Um dos conceitos mais antigos em Contabilidade é o de **Património**.

Um dos conceitos mais antigos em Contabilidade é o de Património

mónio². Este conceito contabilístico é de tal forma relevante que alguns investigadores definiram a **Contabilidade como a ciência do património**³.

O teorema constitui a terceira etapa. A Contabilidade possui um conjunto de teoremas, como, por exemplo, o teorema da **Elasticidade Patrimonial**. Optamos por referir apenas este, dado a época em que vivemos se caracterizar, entre muitos outros atributos, pela mudança, o que leva alguns autores⁴ a denominarem-na como a época da incerteza. Este facto tem origem nas permanentes alterações ambientais que obrigam as empresas a adquirirem tecnologia para obterem informação que as auxilie a enfrentar as exigências do mercado global - e o capital do conhe-

cimento é a chave do sucesso na condução dos negócios da presente sociedade. O mundo dos negócios está passando por uma revolução sem precedentes: alterações tecnológicas, *Internet*, desregulamentação, concorrência global, para citarmos apenas alguns fenómenos representativos desta revolução. A tecnologia e as comunicações têm possibilitado que as transações ocorram instantaneamente. Dada esta necessidade imperiosa de tecnologia, os avanços nesta área são quase diários provocando a obsolescência da tecnologia que as organizações entretanto adquiriram. Lopes de Sá⁵, ao observar este fenómeno, enuncia através do seguinte teorema esta realidade:

"As razões inversas da elasticidade dos elementos patrimoniais, tendem a provocar desequilíbrios do capital, derivadas da ociosidade na massa e de consequente ineficácia, por perda compulsória de utilidade."

Enunciámos a teoria como a última etapa a atingir, ora a Contabilidade tem, como as demais ciências, um conjunto de teorias: a teoria do **Equilíbrio**, a teoria do **Rendimento**, a teoria da **Liquidez**, etc...

A Contabilidade Enquanto Técnica

Na Contabilidade utilizamos um conjunto de métodos, os métodos contabilísticos, baseados no conhecimento da ciência contabilística, utilizados

para obter informação (resultado) técnico-financeira acerca de uma organização.

O método contabilístico mais utilizado e de grande longevidade⁶ assenta no princípio das partidas dobradas que Lopes de Amorim⁷ enuncia nos seguintes termos:

"(...) *Toda a variação de valor ocorrida em qualquer elemento ou componente do património provoca invariavelmente uma variação de valor igual noutro elemento ou componente (...)*".

E é através deste princípio que obtemos a identidade fundamental da Contabilidade:

Activo⁸ = Passivo⁹ ± Situação Líquida¹⁰

Outros métodos contabilísticos, assentes em conhecimentos científicos, são igualmente úteis na Contabilidade como, por exemplo, as amortizações, que são utilizadas com o objectivo de reflectir o problema da obsolescência da tecnologia, anteriormente referido.

A Contabilidade, como qualquer outra ciência, utiliza um conjunto de técnicas, baseadas em conhecimentos científicos, o que lhe permite atingir segundo o procedimento adequado a finalidade que pretende. Ou seja, tal como a biologia (ciência que estuda os seres vivos) utiliza um conjunto de técnicas baseadas em conhecimentos científicos, como por exemplo análises de sangue, análise ADN, análise bacteriana, etc... para poder atingir a sua finalidade - o estudo dos seres vivos - também a Contabilidade utiliza um conjunto de métodos para atingir os seus objectivos. Isto é, a Contabilidade, como as demais ciências socorre-se de um conjunto de técnicas para melhor aferir a situação económico-financeira das organizações.

Conclusão

A questão da Contabilidade como técnica ou ciência tem levantado desde sempre polémica, estando, possivelmente, ainda longe o consenso. Contudo, já no início do século XIX, a Academia Francesa, com base na obra de R. P. Coffy, aceitou que a Contabilidade cumpria todos os requisitos para ser considerada uma ciência, na medida em que o seu objecto está bem definido, fundamentado o seu método e estabelecido o seu fim.

No entanto, num ponto todos estão de acordo, é indiscutível que a Contabilidade tem um papel sobremaneira relevante para a elaboração e análise da informação económico-financeira das organizações dada a complexidade crescente do universo dos negócios. É neste sentido que a ciência contabilística se transformou em arma estratégica de importância primordial para as organizações, tornando-se cada vez mais complexa, assumindo requisitos operacionais - competência técnica - de variada ordem que passaram a exigir intensa e diversa interdisciplinaridade (estatística, sociologia, direito, matemática, etc...). Toda esta evolução se tem traduzido em catadupas de estudos - competência científica - e contributos, por exemplo, os relacionados com as novas preocupações ecológicas (contabilidade ambiental).

Perante o exposto concordamos plenamente com Armandino Rocha¹¹ ao afirmar que a Contabilidade é uma ciência:

"(...) que se preocupa com o equilíbrio patrimonial (...) atendendo a todos os acontecimentos que a possam influenciar e, após o tratamento dos dados, dá deles informação relevante para as tomadas de decisão (...).

d'a

Notas

1 Referido por Antunes, M. in Técnica, Enciclopédia Luso Brasileira.

2 Património é conjunto dos direitos e das obrigações de uma pessoa colectiva ou individual.

3 Esta definição é de Masi, um dos fundadores da Escola Patrimonialista, que conta com muitos seguidores como Lopes de Amorim, Lopes de Sá, Armandino Rocha, entre muitos outros.

4 Idalberto Chiavennato, Charles Handy, etc....

5 Sá, António Lopes (1996): "Aspectos Contabilísticos da Obsolescência decorrente de Efeitos Indirectos e Teorema da Elasticidade Patrimonial", *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*, Outubro, pg. 235.

6 Luca Pacioli em 1494 publica *Tractatus Particularis de Computis et Scripturis*, integrado na obra *Summa de Arithmetica Geometria, Proportioni et Proportionalita, o método das partidas dobradas*.

7 Lopes, Jaime de Amorim (1968): *Digressão através do Vetusto Mundo da Contabilidade*, 1ª Edição, Ed. Aviz, Porto, pg. 557.

8 Segundo o Framework-for the preparation and presentation of financial statements do IASC o Activo é definido como um "conjunto de recursos controlados pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que para a mesma fluam benefícios económicos futuros".

9 O Passivo é definido, segundo o Framework, do IASC, como o "conjunto das obrigações presentes (actuais ou descontadas) da empresa, provenientes de acontecimentos passados, de cuja liquidação se espera que resulte um exfluxo de recursos da empresa, incorporando benefícios económicos".

10 Capital próprio da pessoa singular ou colectiva.

11 Rocha, Armandino Cordeiro dos Santos (1991): *Contributo da Contabilidade Multidimensional para a Análise e Informação Empresarial*, Universidade do Minho, Braga, Portugal, Tese de Doutoramento, pg. 27.

Bibliografia

- Ferreira, Rogério Fernandes. (1996), A Contabilidade E A Fiscalidade No Presente, Comunicação, 5º. Encontro Nacional De Docentes De Contabilidade Do Ensino Superior, Outubro, Porto.
- Guimarães, Raul Avelino Viana Azevedo. (1996), Contabilidade. Uma Técnica Ou Uma Ciência?, Comunicação, 5º. Encontro Nacional De Docentes De Contabilidade Do Ensino Superior, Outubro, Porto.
- Lopes, Jaime De Amorim. (1968), *Digressão Através Do Vetusto Mundo Da Contabilidade*, Porto, Ed. Aviz.
- Oliveira, António. (1992), *Contabilidade Geral E Financeira*, Lisboa, Ed. Rei Dos Livros.
- Quintais, Fernando Costa. (1995), "Contabilidade: Profissão Evolutiva Para A Sociedade Do Futuro", *Revista Eurocontas*, Dezembro, Pp. 32-33.
- Rocha, Armandino C. Santos (1991): *Contributo Da Contabilidade Multidimensional Para A Análise E Informação Empresarial*, Tese De Doutoramento, Universidade Do Minho, Braga, Portugal.
- Sá, António Lopes. (1996), *Autonomia E Qualidade Científica Da Contabilidade*, Comunicação, Escola Superior De Gestão, Hotelaria E Turismo Da Universidade Do Algarve, Outubro.
- Sá, António Lopes. (1996), "Aspectos Contabilísticos Da Obsolescência Decorrente De Efeitos Indirectos E Teorema Da Elasticidade Patrimonial", *Jornal Do Técnico De Contas E Da Empresa*, Outubro, Pp. 233-236.
- Silva, F.v. Gonçalves (1959): *Doutrinas Contabilísticas*, Famalicão, Ed. Centro Gráfico De Famalicão.

Estudo sobre as intenções de voto

no Concelho de Portimão • Junho de 1997

Paulo Batista

Assistente da ESGHT

Paulo Carrasco

Assistente da ESGHT

Este trabalho insere-se no âmbito da disciplina de estatística dos cursos superiores de gestão e gestão hoteleira da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo. Para a sua realização contribuíram os alunos do 2º ano destes cursos no Pólo de Portimão, num total de 3 turmas, correspondendo a cerca de 60 alunos.

O presente estudo encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira, faz-se a apresentação dos objectivos e da metodologia utilizada.

Na segunda parte, procede-se à apresentação dos resultados mais significativos, sua interpretação e conclusões.

Objectivos

A realização deste estudo visa atingir dois grandes objectivos. Em primeiro lugar:

1. Avaliar as intenções de voto da população residente no concelho de Portimão, tendo em atenção as próximas eleições autárquicas;
2. Analisar a opinião das pessoas inquiridas relativamente a um conjunto de variáveis explicativas das intenções de voto.

Em segundo lugar:

1. Envolver os alunos num tipo de trabalho qualitativamente próximo dos realizados em termos profissionais e com impacto junto do meio envolvente;
2. Adquirir experiência neste tipo de trabalhos, uma vez que o factor experimental se revela fundamental para atingir resultados cada vez mais fiáveis.

Metodologia

O inquérito que serviu de base a este estudo, foi dividido em três partes: a primeira parte é constituída pelo "boletim de voto", instrumento necessário à avaliação das intenções de voto dos inquiridos; a segunda, é um ques-

tionário onde se pretende caracterizar os inquiridos, relativamente à sua situação sócio-profissional, idade e sexo; na terceira parte do inquérito fo-ram consideradas questões, que em nossa opinião, podem explicar os resultados obtidos na primeira parte.

Em seguida foi realizado um inquérito por amostragem, através de entrevista directa, ao universo da população residente no concelho de Portimão com mais de 18 anos.

Foi então definida uma amostra estratificada representativa com as seguintes características: dimensão: 387 pessoas; critérios de estratificação: Categoria Sócio-profissional (Empresários e profissionais liberais - EPL, Trabalhadores por conta de outrém - TPCO e Outros activos e não activos - OANA), idade (18-34, 35-49 e >50) e sexo (M e F); fonte: censos de 1991; método: inquérito aleatório e simulação de voto em urna; trabalho de campo: realizado entre Maio e Junho de 1997.

Resultados

O primeiro conjunto de resultados é fornecido pelo apuramento da pri-

Quadro 1. - Distribuição da amostra por estratos

	18-34		35-49		>50		
	M	F	M	F	M	F	
EPL	10	6	7	10	11	14	58
TPCO	27	27	28	25	32	42	181
OANA	22	22	22	23	25	34	148
TOTAL	59	55	57	58	68	90	387

meira parte do inquérito. Portanto, tratando-se de uma amostra estratificada representativa o estimador utilizado foi o seguinte:

$$y_{er}^* = \sum \frac{N_h y_h^*}{N}$$

onde N é a dimensão da população e N_h é a dimensão do estrato h.

Assim, em primeiro lugar foi necessário enquadrar as pessoas que não colocaram qualquer cruz no "boletim de voto". Estas ocorrências podem resultar de duas situações: ou estavam indecisas relativamente à sua escolha; ou pelo contrário, manifestaram a intenção de se absterem. Neste sentido, os indecisos e os abstencionistas formam apenas um grupo (convém não esquecer, que este tipo de inquérito induz

uma abstenção menor, porque a urna e o "boletim de voto" vão ao encontro da pessoa e não o contrário) e são distribuídos proporcionalmente pelas quatro forças políticas (uma outra hipótese seria a distribuição deste grupo de indecisos/abstencionistas de acordo com os resultados das últimas eleições autárquicas).

Em segundo lugar foi então calculada, com base na amostra, a estimativa pontual (em percentagem) para cada uma das forças políticas. No quadro 2 são apresentados estas estimativas (E. 97), e para efeitos de comparação são também disponibilizados os resultados obtidos, pelas diferentes forças partidárias, nas eleições autárquicas de 1993 (A. 93), parlamento europeu de 1994 (P. E. 94) e legislativas de 1995 (L. 95).

Quadro 2. - Estimativas pontuais e outros resultados (abstenção/indecisos distribuídos proporcionalmente)

Força Política	A. 93	P.E. 94	L. 95	E. 97
Partido Socialista(PS)	45,6%	41,9%	50,8%	49,8%
Partido Social Democrata (PSD)	35,7%	26,9%	26,6%	29,2%
Centro Democrático Social /Partido Popular (CDS/PP)	4,9%	12,6%	10,1%	12,5%
Coligação Democrata Unitária (CDU)	12,2%	10,3%	7,8%	8,5%

Uma vez que os resultados obtidos podem variar com a amostra seleccionada, torna-se então necessário introduzir esta variação no cálculo das estimativas, quando se pretende inferir resultados da amostra para todo o universo. Ou seja, ao realizar um inquérito por amostragem, a amostra utilizada é uma das muitas que se poderiam constituir utilizando o mesmo método de amostragem. Cada uma das possíveis amostras fornece estimativas não todas coincidentes, afastando-se mais ou menos dos valores que se obteriam se se inquirisse todo o universo.

Portanto, é conveniente para uma correcta interpretação dos resultados de um inquérito por amostragem, que ao apresentar os valores das estimativas, calculadas a partir da amostra, se forneça também o seu intervalo de confiança.

Neste caso o intervalo de confiança é da seguinte forma:

$$X^* \pm z \cdot \sqrt{\text{Var}(X^*)}$$

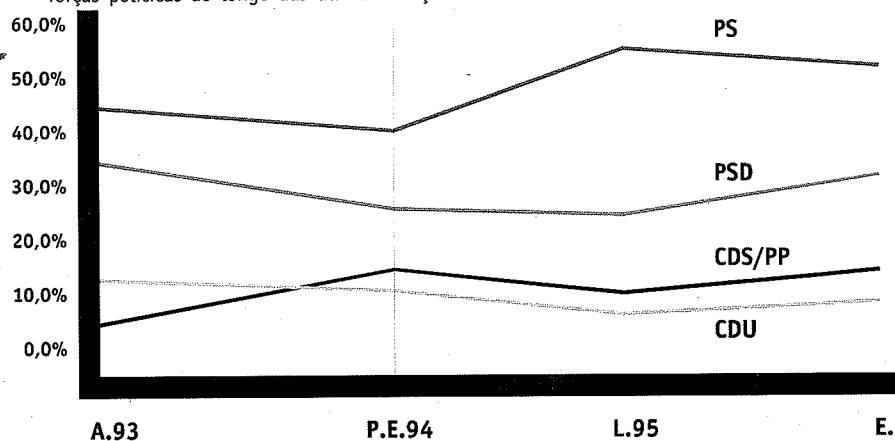
onde X* é a estimativa pontual, z é uma constante que depende do nível de confiança e Var(X*) é a variância da estimativa numa amostra estratificada representativa ou quadrado do erro de amostragem (recorde-se que a selecção dos indivíduos da amostra é independente de um estrato para outro).

$$\text{Var } X^* = \sum \frac{N_h^2 W_h}{N^2 n_h}$$

onde h é o número de estratos, N_h é a dimensão do estrato h, N é a dimensão do Universo, n_h é a dimensão do estrato h na amostra e W_h é a variância no estrato h (variância intra classe).

Estabelecendo, por exemplo, um nível de confiança de 95%, podemos dizer que se fossem sucessivamente seleccionadas todas as amostras possíveis do universo e a partir delas calculadas as estimativas, 95% dessas esti-

Gráfico 1. - Evolução da votação das diferentes forças políticas ao longo das últimas eleições.



mativas pertencem ao intervalo de confiança.

Para analisar de forma mais detalhada os resultados obtidos com o inquérito às intenções de voto, foram colocadas outras questões que de alguma forma poderão explicar o sentido de voto manifestado. Embora não se apresente neste documento todas as questões, aqui ficam alguns resultados, considerados mais significativos.

Assim, solicitou-se aos inquiridos que se pronunciassem relativamente a um conjunto de problemas considerados relevantes. Os problemas identificados foram os seguintes:

Saneamento Básico - SB; Insegurança / Criminalidade - I/C; Trânsito - TRA; Poluição - POL; Insuficiência dos Serviços de Saúde - ISS; Tráfico de Droga - TD; Habitação - HAB e Desemprego - DES.

Cada um dos inquiridos ordenou de forma crescente, numa escala de 1 a 8, a lista de problemas. Portanto, ao problema considerado mais preocupante o inquirido atribuiu o valor 1 e ao menos preocupante o valor 8.

O apuramento efectuado diz respeito apenas às escolhas de primeira e segunda prioridades e os resultados são apresentados no Gráfico 2.

Pela análise do gráfico podemos afirmar que os problemas que mais preocupam as pessoas inquiridas são o Tráfico de Droga - TD, Insuficiência dos Serviços de Saúde - ISS e Desemprego - DES. Note-se, que qualquer um destes problemas tem um enquadramento nacional e portanto, a autarquia não tem responsabilidade directa na sua resolução. Ao contrário dos problemas relativos à habitação, saneamento básico ou trânsito.

Quadro 3. - Intenções de voto a 95% de confiança (abstenção/indecisos distribuídos proporcionalmente)

Força Política	Limite Inferior	Limite Superior
Partido Socialista (PS)	44,9%	54,7%
Partido Social Democrata (PSD)	24,8%	33,6%
Centro Democrático Social /Partido Popular(CDS/PP)	9,3%	15,8%
Coligação Democrata Unitária (CDU)5	7%	11,3%

Outro resultado também interessante, prende-se com a opinião dos inquiridos relativamente à forma como avaliam qualitativamente determinados aspectos do concelho de Portimão. Neste sentido, aproximadamente 70% dos inquiridos considera ser agradável viver no concelho e avalia positivamente o desenvolvimento que o concelho tem evidenciado nos últimos anos.

Estes resultados podem indicar que maioritariamente as pessoas inquiridas estão satisfeitas com a actual gestão camarária, ou pelo menos não lhe atribui responsabilidade directa em diversos aspectos, considerados relevantes. Por forma a sermos mais conclusivos, pediu-se explicitamente aos inquiridos que avaliassem, numa escala de 1 a 5 (onde 1 significa muito desfavorável e 5 traduz uma opinião muito favorável), a actual gestão camarária.

A média obtida situa-se nos 3,2 o que permite afirmar que em média os inquiridos consideram satisfatória a actual gestão autárquica.

Conclusões

Antes de enunciarmos algumas conclusões, convém recordar que os resultados obtidos referem-se ao período compreendido entre Maio e Junho de 1997, e portanto, representam de alguma forma, uma fotografia do concelho de Portimão neste período de tempo concreto. Uma vez que até às eleições autárquicas de 1997 ainda faltam aproximadamente 6 meses, espera-se, que as intenções de voto manifestadas neste estudo possam variar, no entanto, de forma pouco significativa.

O Partido Socialista mantém-se como a principal força política no concelho de Portimão, reforçando a votação obtida nas eleições autárquicas de 1993. Embora as transferências de votos constituam um fenómeno de análise complexa, regista-se no entanto que,

quer o Partido Social Democrata quer a Coligação Democrática Unitária, mostram sinais de perder votos para o Partido Popular.

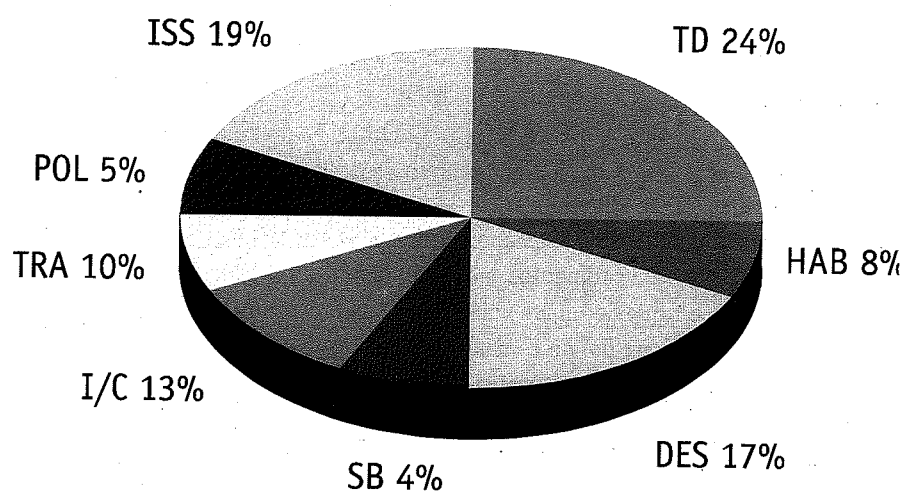
Relativamente à terceira parte do inquérito existem evidências que nos permitem concluir que a actual gestão camarária é avaliada de forma positiva pela maioria da população. Este resultado apresenta-se coerente com a opinião manifestada pelos inquiridos, re-

podendo afirmar que os indivíduos pertencentes a determinada classe etária votam tendencialmente num partido político;

3. a intenção de voto manifestada e a avaliação que os indivíduos fazem à gestão camarária são independentes.

Face aos resultados obtidos, ao empenho evidenciado pelos alunos e ao interesse demonstrado pela comunidade leva-nos a considerar desenvol-

Gráfico 2.-Principais preocupações manifestadas pelos inquiridos (em percentagem)



lativamente aos principais problemas que os preocupam, não penalizando a gestão camarária.

Neste sentido, os resultados obtidos nesta parte do inquérito podem explicar a tendência de crescimento, manifestada pelo Partido Socialista.

Adicionalmente, foi possível concluir que:

1. não existe evidência estatística de uma associação entre a intenção de voto manifestada e a categoria sócio-profissional, ou seja, não se pode afirmar que os indivíduos pertencentes a determinada categoria sócio-profissional votam tendencialmente num partido político;

2. também não se encontrou qualquer associação entre a intenção de voto manifestada e a idade, não se

vimentos futuros, neste tipo de trabalhos. Considera-se, no entanto, a necessidade de proceder a alguns ajustamentos metodológicos, que só se tornaram evidentes após a análise dos resultados. A título de exemplo, refira-se a intenção de referenciar geograficamente os indivíduos da amostra.

d'a

Bibliografia

Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1989-1990, Metodologia, Instituto Nacional de Estatística

Deroo, M. e Dussaix A.M.(1980), *Pratique et analyse des enquêtes par sondage*, Paris, Presses Universitaires de France.

Dussaix, A.M. e Grosbras, J.M. (1993), *Les Sondages: principes et méthodes*, Paris, Presses Universitaires de France.

Alterações estratégicas e/ou estruturais

nas empresas portuguesas e suas implicações na gestão de recursos humanos

Ana Trindade

Assistente da ESGHT

A situação actual que contextualiza as empresas portuguesas caracteriza-se por um conjunto de pressões derivadas quer das necessidades de convergência das políticas da União Europeia, quer das condições de crescente concorrência em que as diferentes empresas se vêem envolvidas num contexto crescente de mundialização e globalização dos mercados.

Tem sido clara a pressão para se operarem mudanças relativamente profundas no sentido das empresas obterem e manterem as necessárias vantagens competitivas num mundo crescentemente concorrencial e instável. O desenvolvimento tecnológico é também marcante e factor potencial de competitividade das empresas. Os equipamentos e os próprios produtos comercializáveis podem-se tornar obsoletos num curto espaço de tempo, o que obriga a aquisição de novos equipamentos, à reorganização dos postos de trabalho, à contratação de novos técnicos especializados e conseqüentemente uma nova estrutura emerge face a estas alterações. Depois de as empresas terem ensaiado há alguns anos uma resposta

estratégica através da diversificação, a maioria das principais empresas após o desaire de alguns investimentos em áreas de negócio em que detinham pouca experiência, optaram por se centrar nos seus respectivos negócios principais (estratégia de focalização) procurando melhorar o conhecimento das regras competitivas e em muitos casos ganhar ou consolidar experiência ao nível da internacionalização. As condições concorrenciais genericamente mais duras levaram também as empresas a focalizarem as preocupações em estratégias de controlo de gestão de custos, ao mesmo tempo que complementarmente dirigiam esforços para a melhoria da qualidade e para as componentes terciárias, ou seja, do serviço aos clientes, cujas necessidades e percepções de "cadeias de valores" se empenharam em conhecer cada vez melhor. Assistiu-se, assim, ao crescente protagonismo conferido às Áreas Comerciais e de Marketing das empresas, com dominância sobre a tradicional orientação para as componentes produtivas. Tais mudanças de estratégia implicaram, quase sem excepção, a

necessidade de múltiplos ajustamentos, quer estruturais quer de funcionamento, tendo as organizações mais eficazes compreendido claramente a necessidade de consolidar as condições necessárias a uma continua aprendizagem e adaptação às variações e desafios externos. Um exemplo dos ajustamentos é o aparecimento da tendência para atomizar as empresas de maior dimensão em unidades de negócio, procurando assim incutir nos gestores uma mentalidade gestionária claramente orientada para os resultados e expressa nos processos de controlo apoiados em centros de responsabilidade, margens de contribuição e fluxos de transacções comerciais internas. Ao nível das estruturas organizacionais assistiu-se em Portugal, predominantemente nos últimos 5 a 10 anos, a sucessivas e graduais transformações, tendo-se caminhado de estruturas piramidais com forte integração vertical para outras mais simples, centradas e devotadas ao negócio principal, tendencialmente mais achatadas e, mais recentemente, ganhado desenhos matriciais ou multidimensionais capazes de integrar

estrategicamente mercados, produtos, negócios e estruturas hierárquicas pre-existentes. Recorrendo às identificadas por Mintzberg (1979) podemos dizer que coexistem em Portugal as estruturas simples com a burocracia mecanicista da traça industrial, passando pelas burocracias profissionais de algumas instituições dedicadas ao serviço público em que impera a especialização profissional e ainda casos mistos ou atípicos.

O ajustamento estrutural não é suficiente para a real defesa da capacidade competitiva ou de mera sobrevivência das empresas no ambiente concorrencial em que se vive.

Nos últimos anos tem-se assistido a importantes movimentos de recomposição dos efectivos das empresas, quer na vertente quantitativa quer na qualitativa.

Curiosamente e talvez por força da evolução recente da economia nacional, a recomposição qualitativa tendeu a dar-se predominantemente nos primeiros anos da década de 80, reflectindo-se numa crescente "animação" e estreitamento das relações entre empresas, universidades e outras instituições de ensino, o que terá também impulsionado o aparecimento de novos investimentos educacionais e formativos.

A crise subsequente terá depois encorajado um movimento contrário de ajustamento quantitativo dos efectivos.

Este esforço traduziu-se em processos de "downsizing", reduções de pessoal integradas num quadro de "emagrecimentos" em busca de maior flexibilidade e de menores custos.

Outras formas de flexibilidade foram surgindo com especial incidência do recurso ao contrato a prazo, que se impôs como forma de emprego precário e forma de contratação. À precarização

associa-se também a externalização de recursos consubstanciada nomeadamente na subempreitada e trabalho temporário, que reduz drasticamente a lógica da integração vertical dominante e leva à focalização no "core business" das empresas.

Apresentando nesta fase uma forte retracção ao recrutamento, as empresas aligeiraram o seu redimensionamento em estudos de reestruturação mais gerais, que na linha da "reengenharia" avaliaram sistematicamente as tarefas, no sentido de as racionalizar, bem como aos processos (ligação horizontal das tarefas) geralmente apoiando novos procedimentos refundidos nas virtudes e facilidades oferecidas pelas novas tecnologias.

mínio percentual de uma população nuclear, mais preparada em termos de competências e tecnologicamente mais equipada, forçou transformações e criou atritos ainda hoje existentes entre novas culturas e esquemas e práticas funcionais já desalinhas da realidade.

Muitas empresas acompanharam ou estão a acompanhar as mudanças com programas genéricos de pilotagem e sustentação de mudança cultural. Processos estes muito centrados na consolidação de valores e na circulação da informação e da comunicação por toda a empresa.

Outro aspecto que se tem revelado fundamental para o êxito das mudanças Estratégicas e/ou Estruturais tem sido a capacidade demonstrada pelas

coexistem em Portugal as estruturas simples com a burocracia mecanicista da traça industrial

As empresas compreenderam, também, a necessidade de controlar as transformações e os processos emergentes através de novas políticas e estratégias diferentes das anteriores que sustentavam estruturas formais fortemente hierarquizadas.

Tem-se assistido a modificações importantes dos processos funcionais e produtivos, reflectidas no seio das equipas de trabalho à medida que se foi tornando dispensável a existência de uma linha intermédia de gestores e que as relações de poder e os papéis desempenhados pelas chefias directas se foram transformando.

A centralização operada nas empresas, a crescente racionalização dos meios e dos processos de trabalho e o predomínio

de empresas para "embutir" os novos princípios e estratégias nas políticas e instrumentos de Gestão de Recursos Humanos.

Assim, alterações têm sido concretizadas ao nível da Estrutura de Carreiras, procurando que as mesmas respondam à crescente necessidade de flexibilidade funcional, mas também que possam dar resposta às necessidades de uma população que não dispensa o reconhecimento e o desenvolvimento pessoal.

Também as Políticas Salariais e principalmente de Incentivos têm denotado a necessidade de se adaptarem plasticamente à nova situação. Devido a necessidade imposta pela convergência europeia de controlar a taxa de in-

flação, os salários têm estado com o seu crescimento controlado o que tem incentivado o crescimento de esquemas de benefícios paralelos, bem como a crescente expressão de remunerações complementares variáveis.

Todos estes movimentos implicam forçosamente a existência de mecanismos adequados de Avaliação de Desempenho, preocupação comum a todos os processos de mudança, assistindo-se a uma tendência para se centrarem mais nos resultados obtidos e na detenção e desenvolvimento de competências, mais do que em estados afectivos. De facto, parece estar hoje na moda a gestão por objectivos e a avaliação da contribuição de cada um

zação nos processos de Selecção e procura-se assegurar mais do que a adequação específica a um posto de trabalho (job fit), a aquisição de um determinado potencial que possa ser no futuro capitalizado em flexibilidade funcional e capacidade adaptativa geral o que é essencial no contexto de mudança acelerada em que nos encontramos. Ao nível da Formação assiste-se a preocupação de fomentar planos gerais de desenvolvimento relacionados com as perspectivas de desenvolvimento estratégico da empresa, a par de esforços muito focalizados no desenvolvimento rápido e flexível de novas competências, adequadas as novas tecnologias e a profunda transforma-

o que entra em ruptura com as teorias dos anos 60-70, em que as linhas teóricas e modelos organizacionais, assentavam na busca de "one best way". A empresa de sucesso mostra-se assim focada no seu "Core Business" e nos seus valores, detém uma estrutura ligeira ou combina em rede um conjunto de estruturas autónomas, mostra-se flexível na capacidade de ajustamento as variações da envolvente e é suficientemente amistosa quer para os seus colaboradores, quer para os clientes a que devotadamente dedica os seus serviços de qualidade.

d'a

os salários têm estado com o seu crescimento controlado o que tem incentivado o crescimento de esquemas de benefícios paralelos

para o lucro da empresa. Daí a saliência da Avaliação de Desempenho, mas que tem falhado em várias empresas Portuguesas nos seus propósitos principais, por não existir uma análise de funções eficaz e indicadores objectivos que permitam uma avaliação posterior. Por fim, mas não menos importante é a implicação de todas estas mudanças estratégicas e/ou estruturais ao nível das políticas e das práticas de Recrutamento e de Formação. Ao nível do Recrutamento assiste-se hoje a uma grande preocupação em "recrutar bem" alertadas que estão as empresas para os graves "custos" de recrutamentos ineficazes. Assiste-se também a uma maior intervenção e peso da imagem institucional e dos valores da organi-

ção que elas operam nas funções e no conteúdo dos postos de trabalho. Regressando a uma análise mais geral, e em jeito de conclusão dir-se-ia que não há uma fórmula mágica a nível de estratégia ou de estrutura que as empresas portuguesas possam prosseguir. Hoje em dia todos os modelos são contingenciais, não podendo assim os gestores pretender copiar uma estratégia de sucesso, ou adoptar um único estilo de liderança que lhes garanta o êxito. Assim a eficácia e a eficiência das empresas residirá na consonância e convergência entre todos os factores situacionais (estratégia, estrutura, equipamento tecnológico, sistemas de informação, comunicação, liderança, nível de habilitações dos empregados)

ficha técnica

dos algarves

revista da ESGHT/UAlg
2º semestre de 1996

directora
Leonor Moreira

conselho editorial
Carla Sousa
Ludgero Sequeira
Neves Pereira

periodicidade
Semestral

tiragem
500 ex.s

propriedade
ESGHT/UAlg
Universidade do Algarve
Campus da Penha
8000 FARO
tel (089) 800136 ext.
6420
fax (089) 803562

composição e paginação
Pedro Calado
José Cerqueira

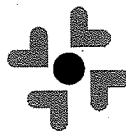
impressão
Empresa Litográfica do Sul

ISSN: 0873-7347

publicado com o apoio de:



FARAUTO
VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, S.A.



JNICT



**CAIXA GERAL
DE DEPOSITOS**

Com o patrocínio de:



**CAIXA GERAL
DE DEPÓSITOS**



FARAUTO
INSTAÇÃO EQUIPAMENTOS S.A.



JNICT